



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

**ATA REUNIÃO DA 9^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, COM A FINALIDADE DE
INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS
PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, BEM COMO DOS
CONTRATOS PACTUADOS COM AS EMPRESAS PERMIAM BRASIL
SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E BIOFILICA INVESTIMENTOS
AMBIENTAIS S.A, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS
E CONSERVAÇÕES E EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS
ESTADUAIS.**

Às Dez horas e cinco minutos do dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, no Plenário da Assembleia Legislativa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. Sob a presidência do Senhor Deputado Alex Redano e presenças dos Senhores Deputados: Pedro Fernandes e Lucas Torres. Participou como convidado o Senhor: João Francisco dos Santos - Assessor Técnico. Estiveram ausentes os Senhores deputados Jean Oliveira, Cirone Deiró e Dra. Taíssa. Havendo número regimental o Senhor Presidente deu início a reunião. O senhor presidente solicitou ao Senhor Deputado Delegado Lucas que realizasse a leitura da ata de reunião anterior, que após ser lida foi aprovada por unanimidade. Os senhores deputados presentes fizeram uso da palavra. Ato continuo, o senhor presidente colocou em deliberação a seguinte lista



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

de candidatos a serem ouvidos, de forma remota, representando a reserva de desenvolvimento sustentável rio machado: Edivan Ferreira dos Santos - Cpf [REDACTED] 3.552-68, Helenilson Silva Felix - Cpf 005.[REDACTED]-93, Maria Auxiliadora Ferreira de Souza - Cpf 063.3[REDACTED]-97, Eliomar Patricio - Cpf 456.951.[REDACTED]. E representando o Parque Estadual Ilha das Flores: Emi Alves Rocha - Cpf 281.[REDACTED]-44. Sendo aprovados por unanimidade. Ato continuo, passou-se as oitivas, através de termo de declaração, dos representantes. Os depoimentos foram taquigrafados e juntados aos autos do processo. Ato continuo, o senhor presidente colocou em discussão e deliberação o seguinte requerimento: requerimento do senhor deputado Pedro Fernandes, requer que seja realizada, via edital, a convocação das seguinte unidades de conservação que ainda não foram ouvidas pela CPI: Reserva de Fauna Pa D'óleo (São Francisco do Guaporé), Parque Estadual Abaitará (Pimenta Bueno), Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro (São Francisco do Guaporé) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande (São Francisco do Guaporé). Requer também que seja incluída na convocação, conforme indicação do deputado delegado Lucas, as seguintes testemunhas citadas nas oitivas dos representantes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado: o Senhor Simeão, a Senhora Denise Borges Viana e a Senhora Amarildo Vieira Mota. Sendo aprovado por



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

unanimidade. Nada mais havendo a tratar, e para constar o Senhor Presidente determinou a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente. Às onze horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e quatro, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião.

alff



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, BEM COMO NOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E BIOFILICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.

PRESENÇA

REUNIÃO: 09º Extraordinária

DATA: 27 / 06 / 2024

HORÁRIO: 10 / 05

DEP. JEAN DE OLIVEIRA	AUSENTE
DEP. CIRONE DEIRÓ	AUSENTE
DEP. ALEX REDANO	
DEP. PEDRO FERNANDES	
DEP. DELEGADO LUCAS	
DEP. DRA. TAISSA	AUSENTE

CONVIDADOS:

DEP. _____
DEP. _____
DEP. _____



Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO |
CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 |
www.al.ro.leg.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO ATO P N° 008/2023-LEG/ALE, DA
DECÍMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA.

Parque Estadual Ilha das Flores (Alta Floresta D'Oeste)

Lista de presença convidados:

Data: 27/06/24

Hora: _____

Nome: Emi Alves Rocha
Órgão/Função: CPF. 281.750-180
Telefone: 69.992.02

Nome: _____

Órgão/Função: _____

Telefone: _____

Nome: _____

Órgão/Função: _____

Telefone: _____

Nome: _____

Órgão/Função: _____

Telefone: _____



TAQUIGRAFIA

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 27.06.2024

INÍCIO: 10h06min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES

MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A., para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, aos 27 dias do mês de junho de 2024, no Plenário da Assembleia Legislativa.

Quero aqui registrar a presença do nosso querido Deputado Delegado Lucas. Registrar a presença também do nosso Deputado Pedro Fernandes. Muito obrigado, Deputado Pedro Fernandes. Quero também agradecer a presença do Doutor Doca, que com maestria lidera a equipe jurídica desta CPI. Quero agradecer aqui a todos os presentes que estão participando de forma remota, que estão assistindo pela TV Assembleia, pelos canais oficiais da Assembleia Legislativa. Quero também agradecer a participação, de forma remota, dos representantes da Reserva Rio Machado. Quero também agradecer a presença da nossa querida amiga Eni, que neste ato representa a Reserva Ilha das Flores.

Gostaria de convidar neste momento, para leitura da Ata, o nobre Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Procede à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. DELEGADO LUCAS - Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Ata lida agora, coloco em votação.

Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Lucas Torres?

O SR. DELEGADO LUCAS – “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também voto “sim”. Fica aprovada a referida Ata.

Nesse momento, convido para uso da palavra o nobre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES – Bom dia a todos, mais uma reunião da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, que vem fazendo o seu trabalho e buscando desde o início, que foi a orientação do nosso Presidente, para a gente manter o rito formal dessa CPI.

A gente já ouviu a Área de Proteção Ambiental Rio Pardo, Porto Velho e Buritis, que é dessa região. Ouvimos também, a Floresta Estadual Rio Pardo, que pertence a Porto Velho e Buritis, também. A Estação Ecológica Umirizal, também já foram ouvidos nas reuniões. A Estação Ecológica Soldado da Borracha, Porto Velho e Cujubim, também foram ouvidos.

No primeiro passo da CPI nós ouvimos os moradores que foram afetados por essa criação das reservas e que moravam ou estavam na época dos estudos que eles fizeram, e a gente ouviu as pessoas. Está tudo nos autos do processo.

Hoje será ouvida, agora de manhã, Ilha das Flores, e a Rio Machado que vai ser on-line, através de videoconferência, o depoimento, devido os moradores daquela região não ter as condições, eles preferiram. É legal também ouvir, não é? Hoje o Judiciário tem feito muito isso, tem ouvido essas pessoas.

A nossa equipe técnica tentou localizar. Ainda faltam serem ouvidas as Reservas da Fauna Pau d’Óleo, lá de São Francisco do Guaporé; o Parque Estadual Abaitará, de Pimenta Bueno; o Parque Estadual da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado; a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, de São Francisco do Guaporé; a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Serra Grande, de São Francisco.

Essas áreas a gente deixa aqui, Deputado Alex, Senhor Presidente, se tiver alguém que tem interesse, que mora nessa região, que foi prejudicado e que tem algum depoimento ou algum esclarecimento, que pode prestar aqui para nossa CPI, a gente convida para que aquelas pessoas se manifestem.

E as pessoas que a gente identificou dentro dos processos foram...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Os amigos que estão de forma remota, desligar o microfone, porque está saindo todo o som aqui no plenário. Pronto, muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Tem o pessoal lá de Machadinho que vai entrar on-line. De repente, é



lá da sala que eles estão reunidos, de onde a gente vai ouvir o depoimento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Perfeito. Pode continuar, Deputado Pedro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Deputado Alex, foram selecionadas algumas pessoas que continham o nome delas dentro dos processos da criação das áreas de reserva. E essas pessoas vão ser convocadas por edital, porque a gente não conseguiu, a nossa equipe técnica já fez as diligências, tentou entrar em contato e ninguém se manifestou dessa região.

Mas, a gente vai por edital fazer a convocação para dar formalidade no procedimento da nossa CPI. Então, eu acredito que podemos, aqui depois, fazer um Requerimento e aprovar, Presidente, para que seja feito dessa forma para gente dar andamento. Nós temos prazos regimentais da CPI para serem cumpridos e precisamos avançar nos trabalhos.

E aí a gente vai para os próximos passos, que é estabelecer um cronograma de trabalho da equipe, dos deputados e fazer os relatórios para gente começar montar esse quebra-cabeça. Ouvir os profissionais, que vão ser definidas as datas, os profissionais ambientais, servidores e técnicos envolvidos na criação dessa reserva. Então, a gente vai fazer esses encaminhamentos a nossa CPI.

No mais, eu acredito que estamos avançando bem. A CPI está cuidando muito bem, conforme a gente acordou no início, para seguir um rito processual para não deixar brechas para questionamentos futuros. Porque, a gente sabe que essa Casa de Leis, aqui, os presidentes que por aqui passaram, tentaram reverter essa situação na época. E o nosso Presidente, Deputado Alex, foi um dos responsáveis pela mobilização também, dessa Casa. E não foi ouvida. Se talvez tivesse ouvido, a gente não estaria hoje com a necessidade de uma CPI. Então, foram "patrolados", não foram ouvidos. E o Judiciário, quando ele é provocado, ele tem que tomar uma decisão. E no meu mandato, que tem um ano e quatro meses, que eu estou aqui, a gente tem observado que o Judiciário alegou, e com certeza correto, que não tem um estudo para a revogação dessas reservas.

E nós estamos aqui também buscando se, realmente, para a criação foi feito esse estudo dentro da formalidade, legalidade? Se sim. Ok! Vamos buscar outros caminhos, porque nós estamos buscando a verdade e a formalidade. Seguir todo o rito processual que eles estão exigindo para revogar também essa situação. Então, é isso. Nós estamos com muita seriedade, com muita responsabilidade.

A gente sabe a responsabilidade que nós temos aqui sobre os nossos ombros. E eu, como relator, e o Deputado Lucas, aqui também, que é um político de primeiro mandato como eu, mas experiente, principalmente nessa área de investigação, de processos e de ouvir.

Temos a Deputada Dra Taíssa, temos o Deputado Cirone Deiró, temos o Deputado Jean Oliveira e presididos pelo

nosso Deputado Alex Redano, que também tem conduzido com muita seriedade esse processo.

Então, Deputado Alex, pode dar seguimento. É o que eu tenho a dizer. E qualquer pessoa que tiver alguma informação, essa Comissão está aberta para ouvir qualquer informação que venha contribuir com esse processo, para que a gente tire essa dúvida, porque por onde a gente anda a gente é questionado: "Por que criaram? Qual motivo? Qual é o motivo disso? O que o Estado ganhou de benefício? Por quê?"

Então, essa interrogação muito grande, porque a pior coisa que tem na vida é a dúvida. Então, nós temos que eliminar essa dúvida da criação dessas 11 reservas no Estado de Rondônia e nós vamos trabalhar firmes pra isso. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, nobre Deputado Pedro Fernandes.

Convido o Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Lucas para uso da palavra.

O SR. DELEGADO LUCAS - Presidente, obrigado pela oportunidade. Quero apenas, ser bem breve, cumprimentar toda a equipe da Assembleia aqui presente. Cumprimentar as pessoas que nos acompanham presencialmente e de forma remota. Parabenizar o senhor pela propositura da CPI. Parabenizar o Doutor Doca pela assessoria jurídica aqui de excelência.

E cumprimentar aqui, por último, nosso relator, Deputado Pedro Fernandes, que tem o compromisso muito forte com essa pauta. Tem feito um belíssimo trabalho como Presidente da Comissão do Meio Ambiente. E nós verificamos a cada reunião da CPI, que se dedica, que estuda, que se debruça sobre os temas. E eu tenho certeza que apresentará, ao final desta CPI, um relatório magnífico, fantástico, que vai concatenar todas as provas e todos os elementos de provas obtidos durante a instrução. Parabenizo Vossa Excelência, Deputado Pedro, pelo seu compromisso com essa pauta.

Estamos à disposição para somar. E vamos aos trabalhos. Obrigado, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero aqui, novamente, agradecer toda equipe técnica, em nome do Framer, da Thainá, todos os demais servidores da Assembleia Legislativa que colaboraram com esta importante CPI.

E falar, principalmente para os envolvidos, que é um trabalho maçante, é um trabalho moroso, mas nós precisamos estar muito atentos aos detalhes. Qualquer erro aqui na CPI, qualquer detalhe que passe despercebido pode ser passível de anulação de todo trabalho. E a intenção da CPI é de fazermos um relatório robusto, um relatório que comprova a nossa tese para encaminhar aos órgãos de controle, ao Judiciário para que possa ser revertida essa situação.

Na época da criação das reservas eu era deputado. O então Governador Confúcio Moura, e nós, Deputado Pedro e Deputado Delegado Lucas ouvimos — não é,



Doca? — o burburinho: "Olha, estão querendo criar reservas." Em 2015 isso. E o que eu, como parlamentar na época, tomei de atitude? Junto com o Doutor Doca, nosso jurídico, nós fizemos uma alteração na Constituição Estadual proibindo a criação de reservas por Decreto. Nós fizemos isso em uma terça-feira. E no outro dia, na quarta-feira, antes da vigência da nossa PEC, Projeto de Emenda à Constituição, amanheceu decretada essas 11 reservas.

E o que nós buscamos agora, com a CPI? Comprovar que não teve tempo hábil para serem feitos esses estudos. Eles estavam com a intenção de criar essas reservas, mas tem todo um trâmite para criação da reserva. Como nós fizemos essa PEC proibindo a criação de reserva por Decreto, eles simplesmente "canetaram" sem passar por todo o devido processo legal, por todas as etapas. E tudo o que é feito de maneira que não é obedecido o rito processual, o famoso "devido processo legal" é passível de anulação.

Então, a CPI tem provas robustas que não foram obedecidas todas as etapas e a nossa intenção é encaminhar o relatório da CPI para o Judiciário com provas robustas para ser cancelada a criação dessas 11 reservas. Então, essa é a nossa intenção. É algo moroso, não sei se vai mais uns dois ou três meses, Doutor Doca, para podemos, realmente, ouvirmos todas as reservas, fazermos todo trabalho com tecnicidade. Então, eu peço a paciência de todos, mas nós temos grandes esperanças de termos vitória com esse trabalho.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) — Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) — Questão de Ordem concedida, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) — Eu quero deixar bem claro aqui que nós estamos trabalhando com uma imparcialidade ímpar. Aos produtores, para ficar bem claro, a todos os técnicos que se envolveram nessa criação, nós vamos fazer um juízo de todos os valores, de tudo o que a gente ouvir, de todas as provas que estão chegando para nós dentro do processo, para a gente fazer um relatório o mais próximo da justiça e fazer os encaminhamentos pertinentes a essa Casa.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) — Muito bem colocado, nobre Deputado Pedro Fernandes.

Passo a palavra neste momento para o nosso jurídico, Doutor Doca para fazer um breve resumo. Logo após, iniciaremos as tratativas das oitivas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) — Muito bom dia aos senhores deputados, nossa assessoria técnica presente, aqueles que estão nos ouvindo remotamente e pelo Youtube.

Deputados, eu vou ser bem objetivo porque a nossa reunião da Comissão estava marcada para as 9h30min, e já estamos no adiantado de mais de 10h. Nós temos pes-

soas que estão nos acompanhando remotamente, que é o pessoal da Unidade de Conservação Rio Machado, que estão lá em Machadinho D'Oeste. E eles moram muito longe, lá para os lados do Tabajara, essa distância aí. Então, nós vamos ser o mais breve possível nas nossas discussões. Mas eu preciso trazer aqui uma pauta, senhores deputados, eu peço a atenção dos senhores. Hoje nós trataremos da oitiva das unidades de conservação. Ficou entabulado que hoje nós ouviremos as sete unidades restantes. Nós contatamos aquelas que a gente tinha conhecimento de algum representante que nelas resida, e temos aqui representantes da Ilha das Flores e o pessoal de Rio Machado que está de forma remota, acompanhando.

Todavia, as demais unidades de conservação, nós não temos contato com um representante direto, aquela pessoa que se dispõe a resolver. Até porque, pelo regime jurídico, as localidades, parece-nos, não existe um consenso da criação dessas demais, como o Parque Abaitará, Limoeiro, Serra Grande.

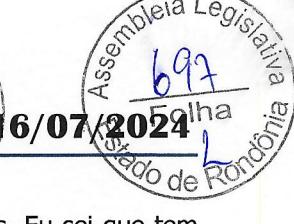
Então, essas outras unidades, para cumprirmos a questão de contraditório e etc, e posteriormente dizerem "ah, mas não ouvimos tal região", tecnicamente, eu propoно que posteriormente os senhores apoiem a convocação via edital. Publica-se o edital no diário da Assembleia Legislativa, e nós damos esse procedimento processual por encerrado com a oitiva. Daí, passaríamos, numa próxima reunião, a ouvir os técnicos e profissionais servidores envolvidos nos estudos que estão encartados nos processos administrativos de criação dessas unidades de conservação.

Seria a nossa sugestão para submeter à apreciação dos senhores, posteriormente, para ser aprovado e deliberado sobre isso. Ok?

Outra questão que nós precisamos realmente, de forma definitiva resolver, é quanto a essa questão de contratar ou não especialista que avalie os contratos de carbono. Eu vou explicar o porquê. Porque ele está nesse mesmo processo das unidades de conservação e nós não podemos elaborar um relatório com esse apêndice do lado, sem que tenha um norte.

Nós temos aqui um processo da Biofilica e da Permiam. O processo da Permiam, o Governo do Estado já fez o seu mister, chamou o feito à ordem, abriu o contraditório para a Permiam e o tornou nulo por vícios, na elaboração, na forma de contrato e etc. Só que nós não podemos delimitar, pelo que tem do relatório da Sedam, o parecer da Procuradoria do Estado, o que foi feito em relação, por exemplo, hoje nós não temos como saber o valor que a Permiam recebe. Lá, para os senhores terem uma ideia, é a exploração de 146.400 hectares, nessa área da Reserva Extrativista Rio Cautário. (146 mil hectares). O que isso geraria de renda, benefício? Nós não temos, porque ninguém sabe o quanto a Permiam recebe.

Sabemos que ela contratou um valor mensal de R\$ 1.000,00 por família, reajustados em 5% por ano, que esse valor hoje está em torno de R\$ 1.375,00 por família, e continua, por um período de 30 anos. Isso demanda



daria que a Permiam, também, ela disse que aplica um valor anual de R\$ 250.000,00 corrigidos anualmente, em um contrato de 30 anos.

O Governo do Estado não é parte nesse processo. Ele atua como superveniente. Mas, como o processo estava, na sua contratação, eivado de vícios, direcionamento de servidores que participaram dos estudos posteriormente se tornarem empregados da própria empresa que foi contratada, então esse é um processo que a Sedam tornou nulo. Encaminhou à Delegacia de Polícia para ser investigado, ao Ministério Público, mas não se questionou o dano que foi. O que o Estado perdeu com isso, com esse contrato? Não se sabe o valor sequer que a Permiam recebe.

E seria muito raso aqui, de forma irresponsável e leviana, trazermos aqui "ah, perdeu uma monta de R\$ 1 bilhão ou de milhões de Reais" sem que pudéssemos tecnicamente — com o estudo técnico — precisar e o quanto, dessa área, poderia a Permiam ter recebido com essas extrações, com a venda desse carbono. São contratos complexos que não são da nossa área.

Então, será que eu me fiz entender? Precisamos definir se será contratada essa empresa ou esse técnico para que nós tenhamos luz e seja elucidada essa questão do contratual.

Quanto aos vícios do processo, esses já estão aclarados. A Permiam continua operando, porque após a nulidade do processo administrativo, ela recorreu à Justiça e o juiz concedeu uma liminar para que ela continue operando. Todavia, a liminar do juiz impede que ela possa aferir quaisquer valores do carbono. Ela pode continuar a prestação de serviço, todavia ela não pode auferir os valores decorrentes da extração desse carbono. Então, tem essa complexidade. Seria interessante os senhores também deliberarem sobre isso.

Outro tema que precisamos avançar também é já deixar aqui marcada a data da audiência para começarmos a ouvir os servidores e técnicos que trabalharam nos processos administrativos. Ok? Era o que tinha para o momento. E qualquer esclarecimento eu estou à disposição.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vamos deliberar aqui, Presidente, com sua permissão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Com certeza. Vamos iniciar agora, neste momento, as oitivas. Eu passo aqui a palavra para o nobre Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O que se busca com as oitivas é extraír da população ocupante dessas áreas em que se criaram as 11 (onze) unidades de conservação, se dois requisitos legais para a criação de uma unidade de conservação foram observados nos processos administrativos — se todos, não é? Não dois, acho que são todos, que colocaram errado aqui — que deram origem a essas unidades, em observância ao devido processo legal no âmbito administrativo.

Então, é por isso que a gente está ouvindo as pessoas. Pedimos aqui, Presidente, a todos que forem ouvidos

para serem bem diretos nas respostas. Eu sei que tem um contexto emocional em tudo isso, porque afetou diretamente a vida das pessoas, as famílias. Então a gente pede, assim, o que for perguntado, fala "sim" ou "não". Fala se conhece, não conhece. Fala bem claro para a gente seguir, porque aqui nós estamos em um processo de investigação. Aqui é um papel tipo o Deputado Delegado Lucas faz lá na delegacia de polícia.

Nós estamos buscando a verdade dos fatos. E para isso, para que esse processo seja instruído e a gente tenha êxito nas informações, na finalização dele, precisamos que as pessoas que forem ouvidas aqui sejam bem, falem rápido e o que sabem, sem muito... Porque nós já ouvimos toda a construção de tudo isso; já fizemos audiências públicas. Então, esse momento aqui é técnico. É um momento do trabalho em que a gente vem construindo um processo para a gente formalizar isso de uma forma, seguindo o devido processo legal.

Presidente, quero submeter aqui representantes da Reserva Rio Machado, que foi criada entre essas 11, que nós estamos investigando. O senhor Edivan Ferreira dos Santos, a qualificação fica no processo; o senhor Heinenilso Silva Félix; o senhor Edivan Ferreira dos Santos; a senhora Maria Auxiliadora Ferreira de Souza e o senhor Eliomar Patrício.

Quero submeter também, fazer tudo em conjunto, representante do Parque Estadual Ilha das Flores, em Alta Floresta, a senhora Eni Alves Rocha.

Senhor Presidente, vamos submeter à votação aqui da nossa CPI, para aprovação desses nomes, para serem ouvidos aqui na oitiva de hoje.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em votação. Como vota o Deputado Lucas Torres?

O SR. DELEGADO LUCAS - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também voto "sim". Fica aprovado. Pode dar prosseguimento, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Obrigado, Presidente. Vamos iniciar pela presencial aqui... remoto primeiro? Vamos no remoto, então. Vamos pela ordem aqui, os representantes como são maioria, são da área do Rio Machado. Então, aí nós vamos ouvir primeiro, vou convidar aqui — que já está convocado e aprovado —, e o Deputado Lucas vai inquirir. Pode ser, Deputado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS - Sim, Senhor Relator.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Se alguém tiver algum questionamento no meio, aí a gente contribui, mas o Deputado Lucas já tem essa expertise, de dele-



gado do Estado de Rondônia, já representa, já inquiriu muita gente. Então, ele tem essa expertise, eu vou passar para ele essa missão aqui e a gente vai contribuindo, se houver necessidade a gente intervém.

O senhor Edivan Ferreira dos Santos está presente aí?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Está ouvindo bem? Está nos ouvindo? Tudo certinho?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim, estou ouvindo. O senhor está me ouvindo bem?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Estou ouvindo. Então, o Deputado Lucas vai fazer alguns questionamentos ao senhor e eu peço que o senhor seja bem preciso e fale a verdade. O que o senhor sabe. Tudo bem?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Positivo, tudo bem.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Deputado Delegado Lucas, por favor.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Edivan, bom dia. Vamos já direto às perguntas aqui, para esse objetivo, está bem?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Desde quando o senhor ocupa a área onde o senhor reside atualmente?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) - Não comprehendi, Deputado. O senhor pode repetir a pergunta?

O SR. DELEGADO LUCAS - Desde quando o senhor ocupa a área onde o senhor reside atualmente?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Desde o meu nascimento, deputado. Nasci e me criei lá na região.

O SR. DELEGADO LUCAS - Quantos anos o senhor tem?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Tenho 46 anos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, há 46 anos o senhor mora na área onde o senhor... o senhor a utiliza como moradia, não é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS - A utiliza como moradia, está bom. E essa área, hoje, onde o senhor reside há 46 anos, onde o senhor mora, ela foi determinada um Parque Estadual?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Foi denominado como lá? Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado, não é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso, sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Está bom. O senhor possui algum tipo de documento dessa área? Título definitivo, georreferenciamento aprovado ou não, pelo sistema SIEG (Sistema de Gestão Fundiária), CAR (Cadastro Ambiental Rural). O senhor tem algum tipo de documento?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim, nós temos toda a documentação.

O SR. DELEGADO LUCAS - Quais documentos o senhor possui? O senhor pode elencar para mim? Quais tipos de documentos o senhor possui? Possui CAR, Título definitivo? Escritura Pública?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Toda aquela documentação...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Pela Ordem.

O SR. DELEGADO LUCAS – Deputado Pedro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - A gente pede para que ninguém interfira na resposta do entrevistado, está bom? Porque isso aí pode prejudicar o procedimento. É ele mesmo tem que falar o que ele sabe certinho. Beleza? Obrigado.

O SR. DELEGADO LUCAS - O senhor tem documentação lá qual que é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Lá, (inteligível) a gente fez toda a parte, toda parte ali de documentação, a gente tem. A gente pagou imposto de renda por muitos anos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Será que caiu (referindo-se à internet)? Oi? Voltou, senhor Edivan?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Oi.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor está afirmando que o senhor tem Título definitivo? O senhor tem certeza?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – E CAR, o senhor tem? Contrato de vendas? Tem tudo?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Tudo.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. Qual é a atividade que o senhor desenvolve lá nessa área? Atividade econômica?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Atividade lá?

O SR. DELEGADO LUCAS – É.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS – A atividade lá é fazer plantação de mandioca, para fazer aquela farinha que uns chamam de puba, outros chamam de farinha d'água.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, o senhor planta mandioca. Tem algum outro tipo de agricultura lá que o senhor trabalhe?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não, só isso mesmo. E tipo assim, às vezes (ininteligível). Com a extração de óleo de copaíba e na época da colheita de castanha, nós trabalhamos também. O dia a dia é na roça de mandioca mesmo.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor tem criação de algum animal? Tem criação? Galinha, porco, boi?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tem também, não é? E é mais para voltada para a subsistência do senhor e da sua família?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – O senhor pode repetir de novo?

O SR. DELEGADO LUCAS – A produção lá é voltada subsistência da sua família?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. O senhor já foi entrevistado por algum técnico da Sedam ou qualquer alguma outra empresa ou órgão público, sobre a intenção do Estado em criar uma unidade de conservação na área onde o senhor mora há 46 anos?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconfe-

rência) – Eu desconheço Deputado. Nunca, nunca eles procuraram a gente lá. Se foram algum dia, eu não estava presente nesse dia. Eu desconheço.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, tá. Então, a próxima pergunta vai perder o objetivo. Eu iria perguntar se o Senhor sabe o nome de algum técnico que tenha visitado o senhor. Mas, o senhor afirma que, na sua propriedade, nunca foi procurado por nenhum técnico, não é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor sabe dizer sobre informação, de que o senhor mesmo tenha ou de alguma pessoa que o senhor conheça e confie, se alguns técnicos fizeram estudos na região, mesmo não tendo passado na sua propriedade?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS – Eu ouvi um comentário, mas eles não me procuraram. Então, eu não vou (ininteligível) porque eles não me procuraram. Ouvi um comentário que foi uma equipe.

O SR. DELEGADO LUCAS – Ouviu um comentário que uma equipe teria ido lá, não é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso, mas o que eu ouvi no comentário é que eles escolheram algumas pessoas para fazer esse trabalho. Não sei dizer ao senhor se teve reunião, se alguma audiência, eu não sei lhe falar.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor sabe por quanto tempo eles teriam ficado na região?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Senhor?

O SR. DELEGADO LUCAS – Se eles foram uma vez, duas vezes, se eles passaram seis meses lá. O senhor sabe dizer mais ou menos, por esses comentários aí, se essa equipe que foi, quanto tempo que ela permaneceu desempenhando algum tipo de estudo ou consulta lá?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não sei lhe dizer. Talvez uma vez, não é?

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. Talvez tenham ido uma vez só, é isso o que o senhor afirma? Se foram, uma vez só.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor mencionou que parece que selecionaram algumas pessoas nessa única ida. O senhor sabe indicar o nome de alguma pessoa que tenha sido selecionada?



O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Dos que foram ouvidos? Eu vi, deixa eu ver... O Simeão.

O SR. DELEGADO LUCAS – Como é o nome?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Simeão.

O SR. DELEGADO LUCAS – Simeão.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor conhece o senhor Simeão? Ele vive aí até hoje?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não. Ele já é falecido.

O SR. DELEGADO LUCAS – Foi a óbito. E a família dele permanece no lote dele?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – A família permanece, a viúva, esposa dele está residindo lá, e tem um filho que está residindo até hoje na propriedade.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. E o senhor sabe de alguma outra pessoa que tenha sido visitada por essa equipe técnica?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) - Dos profissionais que foram?

O SR. DELEGADO LUCAS – É.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) - Não sei lhe falar.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. O senhor tem informação de quantas pessoas residiam, quantas propriedades existem ou existiam aí nessa área do Rio Machado, nessa época em que essa equipe teria ido aí na região? Sabe dizer quantos ocupantes residiam aí nessa área?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) - Nessa área que vai ser abrangida, que eles falaram que ia ser abrangida, deputado, aproximadamente umas 30 propriedades que serão atingidas se caso for criada.

O SR. DELEGADO LUCAS – Umas 30 propriedades?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – E essas 30 propriedades,

cada uma, então, tem um núcleo familiar composto, em média, por quatro pessoas?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – É mais ou menos isso.

O SR. DELEGADO LUCAS - Além das quatro pessoas, há alguma pessoa contratada para trabalhar? Ou não, a mão de obra é só familiar?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – É família mesmo. Esposo, mulher e os filhos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, em média umas 120 pessoas, umas 30 famílias?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Por aí. Mais ou menos isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. Nessa área onde foi estudada, em tese, para criação desse parque, a gente está falando entre 2016 e 2017, o senhor sabe dizer se no interior dessa área haviam comunidades tradicionais, no interior ou entorno? Comunidades tradicionais, a gente se refere a comunidades extrativistas, a quilombolas, talvez povos indígenas, comunidades tradicionais. Existiam, existem no interior dessa área?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – No meu conhecimento, não, deputado.

O SR. DELEGADO LUCAS – Não, né?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. Na época desse estudo, aqui a gente está falando entre 2016 e 2017, se houve um estudo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado, o senhor sabe dizer se tinha, mais ou menos, 13 famílias distribuídas em colocações de seringa. Essa informação procede?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Nessa época não.

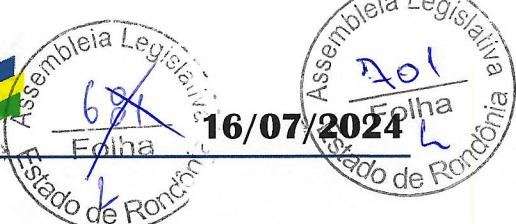
O SR. DELEGADO LUCAS – Não, né? Tinha mais, é isso?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Na verdade, (ininteligível) na parte da extração da borracha não tem ninguém que trabalha nessa área.

O SR. DELEGADO LUCAS – Não tem ninguém hoje extratando o látex?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS – E em 2017 também não existia?



O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. As famílias aí, em geral, é agricultura familiar de subsistência?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – É. Como eu falei para o senhor, a cultura que mais se faz é a fabricação de farinha.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor trabalha com fabricação de farinha. Os vizinhos do senhor, a maior parte é no mesmo segmento?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – É (ininteligível) ou seja, a subsistência vem da farinha.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Faz a farinha, tira para fora, vende para comprar o que precisa para sustento da família.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. Eu faria para o senhor uma pergunta, eu iria elencar um uma lista de nomes de pessoas, profissionais, gestores ambientais, engenheiros e técnicos, mas o senhor disse que na sua propriedade não foi ninguém representando nenhum órgão público, nenhuma empresa privada para fazer nenhum tipo de questionamento. Então, eu vou me abster dessa pergunta aqui, porque o senhor já falou que ninguém visitou o senhor.

O senhor já participou de alguma reunião, oficina ou algum evento em que indicaram com clareza qual seria a modalidade de unidade de conservação que se estaria criando, quais as respectivas consequências dessas criações, tais como o que poderia ou não ser praticado dentro dos limites dessa unidade que se criou?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Participei não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Nem dentro da área, nem fora? O senhor não foi convidado para participar de nenhuma forma em nenhuma reunião nesse sentido, não é?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Não, senhor.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. Houve alguma consulta ou audiência pública sobre a criação de um parque estadual aí?

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – O senhor pode repetir?

O SR. DELEGADO LUCAS – Desconsidera essa pergunta,

por gentileza.

Eu me dou por satisfeito, senhor Edivan. Algum dos outros membros da Comissão deseja fazer algum questionamento?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Não, estou satisfeito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Satisfeito também.

O SR. DELEGADO LUCAS – Doutor Doca?

Senhor Edivan, obrigado pela colaboração do senhor. Eu vou pedir, para gente permanecer com a incomunicabilidade das testemunhas, que o senhor se retire do recinto, por gentileza. E a gente vai passar agora a oitiva do senhor Helenilso. Muito obrigado pela colaboração do senhor, foi de grande valia para os trabalhos dessa comissão.

O SR. EDIVAN FERREIRA DOS SANTOS (Por videoconferência) – Obrigado. Eu que agradeço.

O SR. DELEGADO LUCAS – Nós que agradecemos. Vou pedir para o relator, Presidente, fazer a convocação da próxima testemunha.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Quero convocar agora o senhor Helenilso Silva Felix. Presente aí, senhor Helenilso? Está nos ouvindo bem?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (por videoconferência) - Presente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O Deputado Delegado Lucas vai fazer alguns questionamentos para o senhor e o senhor responde o que o senhor sabe, ok?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (por videoconferência) – Positivo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Está tendo interferência.

Senhor Helenilso, eu acho eu acho que a internet, está inaudível. É o sinal que está ruim?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Deve ser, meu irmão, porque eu ainda estou aqui na minha propriedade... (ininteligível).

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Nós precisamos que quem está na sala, se estiver algum áudio ligado, desligue.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Não está saindo som. Está saindo só um chiado. Baixa o máximo possível o som que está saindo, o nosso aí.

O SR. DELEGADO LUCAS – Senhor Helenilso, baixa o



som do seu autofalante, por favor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Helenilso, se você fechar o microfone quando nós estivermos falando, resolve. E quando você for falar, você abre o microfone.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Beleza.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Fechou o microfone seu?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Fechei e abri de novo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Agora você vai só ouvir a gente, beleza?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Baixa, baixa o som que está saindo da nossa voz aqui, o máximo possível. É que se fechar tudo, o senhor não vai ouvir. Tenta falar um “oi” agora, só para ver se sai. Não. Agora ficou silêncio total.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Alô? Pode fazer perguntas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agora ouvimos. Vamos tentar.

O SR. DELEGADO LUCAS – Senhor Helenilso, o senhor sabe me informar...

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – (ininteligível).

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Senhor Helenilso, tem que fechar o microfone.

O SR. DELEGADO LUCAS – Senhor Helenilso, como é o nome da área onde o senhor reside?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Agora você abre o seu microfone para falar.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – (ininteligível).

O SR. DELEGADO LUCAS – Montenegro?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Monte Verde.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tudo bem. Desde quando o senhor ocupa essa área? O senhor a utiliza como moradia?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Então, essa moradia aqui, ela vem passando de geração

em geração, né? Hoje, está no meu domínio, mas já foi dos meus antepassados. Eu sou nascido, criado aqui. Eu me retirei aos oito anos com a minha avó, e retornoi aos 14 anos, né, que eu estudei só cinco anos. Daí foi passado para a minha mãe.

O SR. DELEGADO LUCAS – E o senhor tem quantos anos hoje? O senhor está com que idade, hoje?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Vou fazer 42 anos em agosto.

O SR. DELEGADO LUCAS – Dos 14 aos 42, o senhor está aí há 28 anos. Mas o senhor nasceu aí, depois voltou, né?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Foi. Eu saí aos oito anos com minha avó e fui para estudar na capital, e voltei aos 14 anos, né, que eu não aguentei ficar lá não, muito ruim.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está certo. E o senhor tem algum tipo de documento dessa área aí em que reside?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Oi?

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor tem algum tipo de documento?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Então, a gente tem. Os documentos que eu tenho aqui nessa propriedade é o Requerimento de Posse, que na época o dono fez, aí eu fiz um “geo” em cima desse requerimento, mas até hoje não aprovou por causa dessa unidade, né, que está em cima.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. O senhor tem o “geo” e tem o Requerimento de Posse. Qual é a atividade que o senhor desenvolve aí?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Hoje, farinha de mandioca. Atividade principal.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mandioca. O senhor produz farinha, não é?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Isso. Inclusive nós estamos produzindo hoje.

O SR. DELEGADO LUCAS – Em todo esse tempo em que o senhor reside aí, foi entrevistado por algum técnico da Sedam, sobre a intenção do Estado em fazer uma unidade de conservação aí? Nunca?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Aqui não. Inclusive, deputado, na época em que as pessoas vieram aqui entrevistar, elas foram guiadas por outras pessoas que vieram de outra reserva, está enten-



dendo? Na época o pessoal da Reserva Rio Preto-Jacundá, a liderança, eles acompanharam os técnicos e eles foram ouvir simplesmente aquelas pessoas que interessavam a eles. Não foi assim: "vamos fazer a beirada do rio completa, ver quem é contra e quem é a favor". Então, o pessoal da diretoria, na época da Asmorex (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá), eles foram entrevistar aquelas pessoas que tinham certeza que não tinha objeção com a criação.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, vocês que estavam aí dentro da área onde foi criada a Reserva de Desenvolvimento Rio Machado, não foram ouvidos.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Sim. A gente sempre esteve por aqui.

O SR. DELEGADO LUCAS - Na sua propriedade, nenhum técnico foi, não é?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Aqui, não.

O SR. DELEGADO LUCAS - O senhor falou que os técnicos foram nas imediações da área Rio Preto Jacundá, que é aí próximo. O senhor sabe por quanto tempo esses técnicos permaneceram aí na região?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Olha, eu não vi. Pessoalmente, não vi eles. Eles estiveram num dia só, numa passada só. E foi assim, foi guiada, que nem eu estou te falando. Eles vieram acompanhados de uma liderança onde eles já sabiam onde eles tinham que ir.

O SR. DELEGADO LUCAS - O senhor sabe indicar quem era essa liderança?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Na época era o finado Antônio Teixeira, que ele era Presidente da Asmorex.

O SR. DELEGADO LUCAS - Ele faleceu?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - É, ele já faleceu tem um tempo já.

O SR. DELEGADO LUCAS - Como era o nome da associação que ele representava?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Ele era presidente da Associação Asmorex. E hoje ela administra ali, ela tem a Rio Preto Jacundá, que hoje a presidente lá é a Denise.

O SR. DELEGADO LUCAS - Como é o nome da atual presidente?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência)

– Se eu não estou equivocado, deputado, é Denise. E é moradora de lá da reserva também.

O SR. DELEGADO LUCAS – Denise é o nome dela?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Denise Borges Viana.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor tem informação de quantos proprietários residiam ali da área da Rio Machado nessa época em que a equipe da Sedam ou da empresa que acompanhou a Sedam foi aí nessa passada só?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Deputado, na época era em torno de 25 a 30 famílias. Porque tem localidade, que nem aqui onde eu moro hoje, nós estamos em três famílias. São duas propriedades com três famílias. Sou eu com a minha família, meu genro com a família dele e meu cunhado com a família dele. Então, eram aproximadamente de 25 a 30 famílias na época.

O SR. DELEGADO LUCAS – Nessa época havia alguém aí trabalhando com seringa?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Na época eu acho que o único que cortou seringa, o último a cortar a seringa aqui, eu acho que foi eu, em 2009, que a gente iniciou um trabalho daquele tecido da floresta que estava um sucesso, mas que não foi para frente. Eu acho que foi o último a cortar, que eu me lembro aqui, em 2009.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor foi o último então a mexer com seringa. E foi lá em 2009. Não é?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Que eu conheço, na época, eu acho até, inclusive o último entrevistado aí, o Edivan, ele lembra que eu fui o último a cortar seringa, em 2009, mas foi por um período muito curto para fazer o tecido da floresta. Mas, não foi para frente, então a gente parou também.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bem. Eu tenho só mais uma pergunta para você. Minha última pergunta. O senhor disse que não foram na sua propriedade lhe visitar, mas convocaram ou convidaram o senhor para participar de alguma reunião, oficina ou qualquer evento pontual em que foi indicado com clareza qual seria a modalidade de unidade de conservação que estariam criando ou quais as respectivas consequências dessas criações, tais como o que poderia ou não ser praticado dentro dos limites dessas unidades, em algum lugar?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Deputado, a gente participou de algumas reuniões. E foi falado a respeito dessa criação, mas nunca foi uma coisa que ficou bem clara, porque na época da Asmorex,



ela era a associação era, assim, a Asmorex é a sigla da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá e Ribeirinha do Rio Machado, entendeu? Abrangia o rio Machado. Aí, quando fazia reunião, eles convocavam a gente. Aí depois que eles obtiveram o que queriam, eles abandonaram os ribeirinhos e ficaram só com a questão da Rio Preto. Inclusive, tem pessoas que moveram processo contra a associação. Até hoje está rolando por causa disso. Porque quando era de interesse deles, eles buscavam todos os ribeirinhos do outro lado do rio. Depois que eles obtiveram o sucesso, eles ficaram somente com o pessoal da reserva, porque diz que a associação era só da Reserva Rio Preto-Jacundá. E aí, quando a gente participava dessa reunião, eles (ininteligível). Eu acredito que a primeira reunião que tocaram nessa criação de reserva, acho que foi em 2008, por aí, mas nunca foi falando assim qual seria a finalidade da reserva.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mais essas reuniões foram com a associação? Eu pergunto se tinha reunião com algum órgão público ou empresa, representando algum interesse do governo estadual, com vocês, os moradores.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) – Que eu lembre, só uma reunião que estava, na época, o chefe do escritório de Machadinho, que era o Elizeu Berçacola.

O SR. DELEGADO LUCAS - Ele era da Sedam?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Ele era portariado da Sedam, na época, ele era...

O SR. DELEGADO LUCAS - Portariado da Sedam, o nome dele era Elizeu?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - É, Elizeu Berçacola. Ele foi chefe do escritório da Sedam por um período aí, acho que de uns três anos, quatro anos. Nessa época ele...

O SR. DELEGADO LUCAS – Em que ano foi essa reunião que ele participou?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Eu acho que foi de 2010, 2011, nesse período aí. Ou foi 2009. Eu não tenho bem certeza do ano.

O SR. DELEGADO LUCAS - Tá.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Mas foi nesse período de 2009 a 2011, por aí.

O SR. DELEGADO LUCAS - Tudo bem. Então, tudo bem. Tem certeza que não foi ali entre 2016 ou 2017? Foi bem anterior?

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) -

Não. Foi. Nessa época o Eliseu nem era mais chefe do escritório, acho que já era o Ataíde.

O SR. DELEGADO LUCAS - Está bom, Senhor Helenilso, obrigado pela sua colaboração. Eu me dou satisfeito com as perguntas.

O SR. HELENILSO SILVA FELIX (Por videoconferência) - Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu só quero aqui quebrar o protocolo, para registrar e agradecer a presença de um grande amigo, uma grande liderança do Município de Candeias do Jamari, meu grande amigo, Lázaro. Seja muito bem-vindo a esta Casa de Leis e quero aqui, de coração, parabenizar seu grande trabalho - que você tem feito pelo Município de Candeias do Jamari. Que Deus abençoe a sua caminhada, Deus abençoe a sua missão. Obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu estou satisfeito com o questionamento e vamos dar seguimento aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também estou satisfeito. Passo a palavra ao Deputado Delegado Lucas Torres para dar prosseguimento.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor relator, por gentileza convocar a próxima testemunha.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Agora, vamos convocar o Senhor Edivan Ferreira dos Santos. Edivan, está nos ouvindo aí? Já foi ouvido? Ah, é que está repetido.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está duplicado, viu?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, a senhora Maria Auxiliadora Ferreira de Souza. Está por aí? Está nos ouvindo, senhora Maria?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) - Estou ouvindo, sim, deputado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então está bom. O Deputado Delegado Lucas Torres vai fazer alguns questionamentos para a senhora. Alguém que está aí, se puder, coloque ela na tela para a gente, para ficar mais visível. É a de cor rosa, não é?

O SR. DELEGADO LUCAS - É. Isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Isso. Então está. Senhora Maria, a senhora responda conforme a senhora sabe, não é? Sempre falando a verdade sobre os fatos. O Deputado...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Só um minutinho, Deputado Pedro, Deputado Lucas, pedir só uma genti-



leza, para trocar de lugar com o Eliomar, pode ser Eliomar? Maravilha, maravilha, muitíssimo obrigado, desculpa. Perdão, Deputado Pedro, pode prosseguir.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Muito bem, agora ficou mais próximo aí, senhora Maria. A senhora se compromete a falar a verdade sobre tudo que a senhora sabe, dos questionamentos. Tudo bem, senhora Maria?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Sim, tudo bem.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhora Maria, como é que a senhora se refere a área onde a senhora reside atualmente? Chama como? Na região aí?

A SRA. MARIA AUXILIADOREA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – (ininteligível).

O SR. DELEGADO LUCAS – A área onde a senhora mora?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – A área que eu moro é a Rio Machado.

O SR. DELEGADO LUCAS - Rio Machado. E desde quando a senhora ocupa essa área?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Desde que eu nasci. Nasci e me criei lá, estou com 25 anos, hoje.

O SR. DELEGADO LUCAS - Há 25 anos, então, a senhora ocupa essa área. É lá que a senhora mora mesmo. A senhora utiliza como moradia, não é?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Moro lá.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está. Tem algum documento lá nessa área? A senhora possui CAR, georreferenciamento, Título, alguma coisa?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não. Lá a gente não tem documento.

O SR. DELEGADO LUCAS - Tem contrato compra e venda, só?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) - Não entendi.

O SR. DELEGADO LUCAS - Contrato de compra e venda, tem?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Assim, lá a gente não tem o contrato de compra e venda porque foi na época (ininteligível) só a gente não conseguiu documentar, até hoje.

O SR. DELEGADO LUCAS - Tudo bem. E qual que é a atividade que a senhora desenvolve lá?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – A gente mexe com mandioca, faz farinha (ininteligível).

O SR. DELEGADO LUCAS - Produção de farinha e plantação de mandioca.

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS - Nesses 25 anos que a senhora reside nessa área, a senhora foi entrevistada em alguma oportunidade por algum técnico da Sedam ou alguma empresa, ou órgão público, em que foi informada a pretensão do Estado em criar uma Unidade de Conservação naquela área?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não. Nunca a Sedam veio lá. Nunca fui me consultada.

O SR. DELEGADO LUCAS – Nunca trataram sobre isso com a senhora lá na sua área, não é?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. E se a senhora sabe informar se com algum morador da região, passou algum técnico pra fazer algum estudo? E se sim, quanto tempo eles qual o período, qual mês, qual ano eles fizeram isso?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não, não sei informar. Se foi alguém lá algum dia, não me consultaram.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. Não tem essa informação. Entre 2016/2017, quantas famílias residiam ali nessa região da senhora? Quantos proprietários haviam ali?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Eram 25 a 30 propriedades.

O SR. DELEGADO LUCAS – De 25 a 30. Tudo bem.

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – E a senhora sabe dizer se existia alguma família aí que era distribuída em colocações de seringa?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não, não sei lhe dizer, porque é

como a gente está falando a nossa produção lá (ininteligível).

O SR. DELEGADO LUCAS – Tá. A senhora disse que não recebeu a visita de nenhum técnico ou encarregado da Sedam, ou qualquer empresa ou órgão público.

Mas, a senhora foi convidada para participar, na sua região ou fora mesmo da área de alguma reunião, oficina ou algum evento pontual, em que indicaram com clareza qual seria a modalidade da unidade de conservação que se estaria criando na área? E quais as respectivas consequências dessas criações, tais como que poderiam não ser praticado dentro e nos limites dessa unidade aonde a senhora reside?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não, nunca fui convidada, nunca fizeram uma reunião.

O SR. DELEGADO LUCAS – Nunca participou de nada, não é? Nunca chamaram, nem nada.

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Como foi que a senhora tomou conhecimento que a área onde a senhora reside há 25 anos virou um uma reserva de desenvolvimento sustentável?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Pode repetir a pergunta?

O SR. DELEGADO LUCAS – O Estado de Rondônia transformou a área onde a senhora vive, criou ali nos limites da área onde a senhora reside em uma reserva desenvolvimento sustentável denominada Reserva do Desenvolvimento Sustentável Rio Machado.

A senhora ficou sabendo disso como? Alguém falou pra senhora, um terceiro, um morador, soube pela internet, por uma notícia, por algum vizinho? A senhora soube em que ano? Quando foi que a senhora soube que a área que a senhora estava residindo há mais de 25 anos teria sido transformada numa reserva?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Então, a gente ficou sabendo pela boca de terceiros.

O SR. DELEGADO LUCAS – Pelos outros, por comentários. Nunca foi um órgão oficial do governo lhe comunicar quando seria, de que forma seria, de que qual o procedimento de transformação de reserva, nada disso, não é?

A SRA. MARIA AUXILIADORA FERREIRA DE SOUZA (Por videoconferência) – Isso. Nunca apareceu ninguém lá para esclarecer qual seria o motivo de criar essa reserva.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tudo bem, Dona Maria. Então, eu me dou por satisfeito aqui pelas perguntas. Abro aos demais membros da CPI, caso queiram fazer alguma colocação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu me dou por satisfeito pelos questionamentos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Satisfeito também.

O SR. DELEGADO LUCAS – Dona Maria, obrigado pela sua contribuição. Agora passo ao relator para convocar a última testemunha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Quero convocar o Senhor Eliomar Patrício. Senhor Eliomar, posicione-se, por favor.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Pois não, senhores deputados.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor se compromete em falar a verdade para essa CPI?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Absolutamente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu vou passar ao Deputado Delegado Lucas, que vai fazer os questionamentos ao senhor. E o senhor responda conforme o senhor sabe. Obrigado.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Eliomar Patrício, bom dia. Obrigado pela sua disponibilidade. O senhor poderia informar a desde quando o senhor ocupa a área que o senhor possui?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Bom dia. Então, nós ocupamos a área desde o ano de 2014.

O SR. DELEGADO LUCAS – Desde 2014. Então, são dez anos. O senhor utiliza essa área como moradia ou o senhor reside em outro lugar?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Parcialmente.

O SR. DELEGADO LUCAS – Parcialmente.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Se o senhor me permite, essa área é ocupada há mais de 60 anos. Então, foi passando o direito de posse até chegar em nós que estamos lá.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mas, lá o senhor tem uma sede com um quarto, cama. Se precisar pousar lá, fica lá, utilizar como moradia definitiva? Ela é apta para tal finalidade?



O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – O senhor pode repetir, por gentileza?

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor falou que parcialmente o senhor utiliza como moradia. A pergunta é: se existe uma sede fixa com cama, com quarto e com acomodações que o senhor eventualmente se precisar fazer uma maioria definitiva lá está apta.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Sim, deputado. Lá tem energia elétrica, tem residência, água encanada.

O SR. DELEGADO LUCAS – Entendi. E essa área aí ela é denominada como? Como é que vocês se referem a ela? A denominação dela?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Então, na verdade, veio com o nome de São Raimundo.

O SR. DELEGADO LUCAS – Ficou baixo o áudio. Se você puder falar um pouquinho mais alto, por gentileza.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – São Raimundo, o nome da localização da área.

O SR. DELEGADO LUCAS – São Raimundo. E o senhor tem algum documento dessa área aí onde o senhor reside ou que o senhor possui? Tem Título, tem georreferenciamento, tem CAR? Tem alguma coisa? Contrato compra e venda, qualquer tipo de documento?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Contrato sim, direito de posse, CCIR, Cadastro Ambiental Rural. O CCIR é o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural, do INCRA, o “geo”... (ininteligível) Mas deputado, eu quero aproveitar e dizer para o senhor que eu sou esposo da Raquel Pereira de Souza. Ela até está participando, mas ela está com dificuldade, talvez de áudio, foi por isso que eu me inscrevi para falar, porque a propriedade, oficialmente, está no nome dela. Raquel Pereira de Souza.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor ou a sua esposa, a Senhora Raquel, já foram entrevistados por algum técnico da Sedam ou qualquer outro órgão público ou empresa, o qual esclareceu sobre uma pretensão do Estado em criar uma unidade de conservação naquela área?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Não senhor, deputado.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor sabe ou possui alguma informação confiável se esses técnicos eventualmente realizaram estudos na região, visitaram outros moradores ali do entorno?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Então deputado, a partir das conversas que nós tivemos

com pessoas da região, depois que nós tivemos a informação que estava sendo criada, ficou muito claro que foram pessoas pontuais, que tinham dificuldades. Aliás, é importante ressaltar que eles orientaram as pessoas que era importante criar a reserva, que era bom criar reserva, que daria para eles estabilidade financeira. E aí, alguns participaram.

Inclusive, deputado precisa ser esclarecido que os planos não estavam dentro do processo. Lá tem aproximadamente 30 propriedades, foram ao todo 10 pessoas. Desses 10 pessoas, uma era um professor que tinha chegado, mais ou menos, há cerca de 20, 30 dias, pelo que nós levantamos, na área. E esse outro era de menor. Então, assim, 10 pessoas ouvidas, três se manifestaram (ininteligível) no processo e, dois, um era de menor e o outro não era da localidade.

O SR. DELEGADO LUCAS – Oito não eram da localidade?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Não. Oito eram da localidade.

O SR. DELEGADO LUCAS – Oito eram de lá.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Os dois: um era menor e o outro não era de lá da localidade. Dois.

O SR. DELEGADO LUCAS – Um menor e um recém chegado?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – É, exatamente.

O SR. DELEGADO LUCAS – Essas oito pessoas da localidade que foram ouvidas, o senhor conhece?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Todos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eles residem aí até hoje?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Não todos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Alguns, sim?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Alguns, sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – São pessoas simples, humildes?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Inclusive tinha um que faleceu que tudo o que perguntava a ele, ele: “ah, tá bom.” Era o jeito dele.

O SR. DELEGADO LUCAS – Vocês já tiveram contato com essas pessoas?



O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Já.

O SR. DELEGADO LUCAS – E elas alegam que entenderam o que estava acontecendo quando elas foram procuradas por esses funcionários da Sedam?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Deputado, eu conversei ontem com um morador de lá, de nome Amarildo e ele disse que na época ele não entendeu. Eles chegaram convencendo ele de que reserva era bom.

O SR. DELEGADO LUCAS – Desculpa, como é o nome dele?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Amarildo. Deve ter nesse processo, em algum lugar, o nome dele. Ele falou: "Olha, na época eles chegaram dizendo que reserva era bom, que a gente ia ter renda líquida das madeiras vendidas." Por isso que eu falei (ininteligível) Amarildo Vieira Mota.

O SR. DELEGADO LUCAS – Ferreira Mota? Ferreira?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Amarildo Vieira Mota.

O SR. DELEGADO LUCAS – Está bom. Então, o senhor alegou que na época havia mais ou menos ali em torno de 30 famílias e que os técnicos da Sedam que, em tese, foram na área procuraram apenas algumas pessoas, não entraram em contato com todos os moradores. Tudo bem.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Eu gostaria de deixar claro uma coisa: são 30 propriedades. Todas as pessoas que têm propriedades, têm residências. Às vezes alguns ficam um período, outros acabavam saindo, mas é propriedade deles. É importante ressaltar que o Estado esteve ausente desse povo, por ser uma região distante, esteve ausente ao longo da vida. O Incra foi (ininteligível) para regularizar, nós acabamos voltando. E pela dificuldade de deslocamento, que antigamente era só por barco a Porto Velho, ninguém ia lá regularizar. Então, foram adquirindo posse, alguns só tem contrato de compra e venda, outros conseguiram avançar mais. Mas, a maior parte dessas propriedades estão lá, são existentes dentro dessa área abandonada pelo governo.

O SR. DELEGADO LUCAS – Entendi. Obrigado.

O senhor falou que na sua propriedade nem o senhor nem a sua esposa foram procurados para nenhum tipo de consulta. Mas, o senhor foi convidado ou participou de alguma reunião, evento pontual ou oficina, mesmo que fora da região ou ali na área mesmo e que foi indicado com clareza qual modalidade de unidade de conservação que se estaria criando, qual era o procedimento que se estava adotando, quais as consequências da cria-

ção de uma unidade de conservação ali para os moradores, assim como o que poderia ou não ser praticado dentro ou nos limites da unidade?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Absolutamente não. Com toda a certeza, deputado. Não foi feito audiência pública, não foi feito reunião na comunidade.

É o seguinte. Passaram uma vez e estudo da área também não existe.

O SR. DELEGADO LUCAS – Interessante. Muito esclarecedora a sua colocação, Eliomar. Eu me dou por satisfeito, senhores membros da Comissão.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu quero fazer um questionamento. Essa região aí, ela pertence ao Município de Machadinho D'Oeste, é isso, Eliomar?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Não. Ali, é assim: hoje, o meio de sobrevivência das pessoas, o lugar onde se compra, é Machadinho. Mas, ela pega a divisa de Machadinho para baixo. Mas todo mundo usa Machadinho — eleitores, em Machadinho; compra no comércio de Machadinho — ou seja, o limite é com Porto Velho, mas depende de Machadinho d'Oeste.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Entendi. Foi na sede do município, que é próximo a Machadinho D'Oeste. A sociedade ficou sabendo? Foi feita alguma audiência pública? Ou as pessoas daí foram convidadas para a sede do município a qual pertence essa área - Porto Velho - para uma audiência pública? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Deputado, eu era prefeito, o senhor sabe disso, em 2017, e os processos (ininteligível) em 2028. E eu volto a repetir: eu sempre estive, todo esse período, naquela comunidade, naquela propriedade, trabalhando com a minha esposa, construindo com a minha família, minhas filhas; inclusive, todas estiveram ao longo da vida ali, e na época, como prefeito, quando a gente soube da notícia, inclusive quando eu participei de audiência contra, já tinha criado.

E como prefeito, também, várias vezes, essa discussão. Eu não sabia que estava sendo discutido, mas eu inclusive questionava, que eles deveriam fazer audiência. Mas, eles ignoraram toda a sociedade, inclusive as autoridades que tinham aqui e são responsáveis por aquele povo de lá. Como eu disse, o Título de Eleitor deles é Machadinho D'Oeste. Estão de olho na qualidade de interessados diretamente. Não como representantes. Na época, eu tentei ir atrás, conversamos, cheguei a dialogar com a Sedam, mas eles ignoraram qualquer tipo de consulta oficial.

Inclusive, deputado, vale lembrar, me perdoe, que tem uma discussão dessa lá em 2009, até eu ouvi, de criar na época, uma reserva federal. Foi consultada a comu-



nidade, a comunidade foi contra. Inclusive tem, ... Não tem talvez os documentos originais, mas tem atas que foram feitas que a comunidade toda foi contra naquela época. Seria uma reserva federal. Foram contra. Mas, na época, foi feita consulta, e depois, nunca mais teve consulta.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Senhor Eliomar, qualquer tipo de documento, informação importante, se o senhor puder encaminhar para esta CPI, a gente fica grato.

Eu estou satisfeito com o questionamento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu quero aqui agradecer mais uma vez, em nome do meu amigo Eliomar. O Eliomar, eu lembro desde as primeiras movimentações foi uma das pessoas que veio aqui na Assembleia alertar o que estava acontecendo e alertar a grande quantidade de pessoas que residem há muitos e muitos anos nessa região denominada Rio Machado.

Então, Eliomar, eu quero aqui agradecer a participação de vocês. Quero aqui agradecer a todos os participantes da Reserva Rio Machado. E falar que sem a participação de vocês, nós não conseguiríamos dar prosseguimento a esta CPI.

Então, o nosso muito obrigado, de coração, a cada um de vocês. Muito obrigado mesmo.

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Nós que agradecemos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Opa, pode se pronunciar. Alguém gostaria de se pronunciar?

O SR. ELIOMAR PATRÍCIO (Por videoconferência) – Deputado, só agradecer aí, fico feliz pelo trabalho que vocês estão fazendo e muito entristece as pessoas que estão ali. Esse rapaz, o Helenilso, ele está falando de lá, de dentro da área, com internet. As pessoas perceberam a dificuldade. Mas, nós estamos felizes porque nós sabemos que tem alguém olhando pelas injustiças que foram cometidas no passado. Eu, por exemplo, depositei a minha vida naquele lugar, assim como dezenas de outras pessoas depositaram.

Então, para gente é muito triste ver um direito nosso ser inválido. Um direito que, no meu caso, ainda não. Mas a maioria que está deu a vida esperando, esperando. A presença do Estado, o Estado não fez nada para regularizar, para dar condições e de repente "a partir de hoje é reserva", uma indecência. A gente tem pessoas nas outras reservas que sobrevivem hoje trabalhando na diárida (ininteligível) eu não sou contra. Mas eu quero deixar isso claro para os senhores, quem está lá dentro, a maioria vive trabalhando na diárida... É diárida que eles fazem para poder comprar comida.

Então, é muito triste, principalmente nessa região nossa. Muitas florestas ainda estão falando em criar reservas. Muito obrigado. Desculpe o desabafo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, mais uma vez. Parabéns pela união de todos.

Vamos dar prosseguimento? Passo aqui a palavra ao nosso relator da CPI, Deputado Pedro Fernandes, para as convocações.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - A gente vê que realmente, o que o Eliomar falou é a realidade dessa população que foi atingida diretamente.

Então, como eu sempre preguei, Deputado Alex, se quer proteger o meio ambiente, que é a nossa, eu estou na Comissão de Meio Ambiente desta Casa, da forma que estão fazendo, estão trabalhando totalmente contrários à preservação; o desmatamento. Quando o Estado afronta pessoas que estão a vida toda em uma localidade, a pessoa perde a esperança. E o homem sem esperança não tem consequência, ele fala "já estou lascado mesmo, vou acabar de moer esse trem".

Então, gente, esses ambientais, as pessoas que querem de verdade preservar o meio ambiente dentro do nosso Estado de Rondônia, nós temos que repensar, porque se nós não trabalharmos o tripé econômico, social e ambiental junto, nós não vamos a lugar nenhum. Desde que não haja interesses escusos de gente que se diz defensor do meio ambiente, que é o que me deixa uma dúvida muito grande e um ponto de interrogação, mas eu estou aqui deputado e onde eu puder avançar para esclarecer a nossa população.

Cheguei em Rondônia com oito anos de idade e conheço a realidade desse Estado. E nós não podemos deixar intervenções, pessoas de outros países dar as regras aqui. É lógico, nós temos que ter responsabilidade ambiental; nós temos que ter compromisso, sim; mas da forma que estão fazendo, estão trabalhando no contrassenso do que está acontecendo.

Então, vamos ter cuidado. Eu sei que tem muitas pessoas que são apaixonadas pelo meio ambiente, que defendem, mas da forma que estão fazendo, infelizmente, nós estamos trabalhando contra nós mesmos. Então, tem uma forma de preservar juntamente com a sociedade. A sociedade precisa ser ouvida. Nós, que somos representantes do povo, a voz do povo, as vozes das ruas, é que fortalece a democracia, é que fortalece todo o nosso povo.

Então, agora vamos para as oitivas do Parque Estadual Ilha das Flores. Dona Eni está aqui. A gente já aprovou a convocação dela para ser ouvida neste dia de hoje. E eu vou agora passar ao meu colega Deputado Delegado Lucas para que entreveja a Dona Eni.

A Dona Eni se compromete em falar a verdade, em responder preciso e sucinto. A senhora sempre tem acompanhado. Eu sei que o seu desejo, e a gente está caminhando para tirar esse ponto de interrogação da cabeça das pessoas. Realmente está certo? Ok. Mas está errado? Vamos corrigir. Então, é essa a grande missão nossa aqui dessa CPI.

Deputado Lucas, vamos agora ouvir a Dona Eni, que é do Parque Estadual Ilha das Flores, lá em Alta Floresta, terra do nosso amigo Jean Oliveira.



O SR. DELEGADO LUCAS - Dona Eni, um bom dia, obrigado pela colaboração da senhora mais uma vez aqui em comparecer nessa CPI. Eu gostaria que a gente, para o bom andamento dos trabalhos, nos atenhamos aqui às perguntas, está bem?

A senhora se compromete falar a verdade de tudo que a senhora sabe?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Muito bom. A senhora reside há quanto tempo? Ocupa essa área há quanto tempo?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Eu já tenho essa área desde 1999.

O SR. DELEGADO LUCAS - Desde 1999. Então, 25 anos aproximadamente?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Sim, é.

O SR. DELEGADO LUCAS - A senhora utiliza essa área como moradia?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Não, moradia não. Só tem barraco para emergência.

O SR. DELEGADO LUCAS - Moradia, não. Tem um barraquinho. Tudo bem. E a senhora tem algum documento dessa área, Dona Eni?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Tenho, sim, senhor.

O SR. DELEGADO LUCAS - Qual é o documento?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Eu tenho cadastro, contrato de compra e venda; eu tenho "geo", eu tenho CAR; eu tenho cadastro do Idaron.

O SR. DELEGADO LUCAS - GTA (Guia de Trânsito Animal), não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Eu tenho a nota do produtor rural. E tenho pedido de titulação.

O SR. DELEGADO LUCAS - Legal. Ao Incra, não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Sim. E outros documentos mais.

O SR. DELEGADO LUCAS - E outros documentos.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Já foi feito, juntamente com o engenheiro, tirado os perímetros. A gente está avançando na documentação que pode.

O SR. DELEGADO LUCAS - Excelente. E a senhora desempenha qual atividade lá?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Já tive negócio de gado lá, mas eu pelo menos não tenho criação de gado no local. Situação financeira no limite, ainda mais com essa demanda.

O SR. DELEGADO LUCAS - E a instabilidade, a insegurança acaba freando os investimentos que a senhora poderia fazer lá.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Acabou. Não se pode fazer nada lá mais. Meus vizinhos quase todos foram multados.

O SR. DELEGADO LUCAS - Entendi.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Por causa de um barraco. Não pode fazer nada. Tudo a Sedam passa e multa.

O SR. DELEGADO LUCAS - Mas, nesses 25 anos a senhora chegou a desempenhar algumas atividades lá.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Gado.

O SR. DELEGADO LUCAS - Gado.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Que é pecuária de corte.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - É. Lá é área, a minha pelo menos é área aqui alaga igual ao Pantanal. Nesse momento, lá está seco. Mas depois, junta bastante água na região.

O SR. DELEGADO LUCAS - Aí só pode operar, manusear, ali a área, alguns meses do ano.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Sim, inclusive, com o mesmo pasto nativo, que é o jaraguá.

O SR. DELEGADO LUCAS - Entendi. E nesses 25 anos que a senhora reside lá, em algum momento, algum técnico da Sedam ou de alguma empresa, ou órgão público, entrevistou a senhora; procurou a senhora na sua propriedade para informar de uma pretensão do Estado em criar uma Unidade de Conservação naquela área?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS - A senhora nunca foi procurada? A senhora, pessoalmente, nunca foi procurada, não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA (Por videoconferência) - Não, e inclusive, com os meus vizinhos que eu conheço, todas as pessoas que eu tenho reunião com eles, eu nunca vi ninguém falar.

O SR. DELEGADO LUCAS - Essa seria a próxima pergun-



ta: se a senhora sabe ou possui a informação confiável, se os técnicos procuraram pessoas ali na região para realizar estudos ou consultas, se conversaram com algum dos seus vizinhos?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Não.

O SR. DELEGADO LUCAS - Não tem conhecimento que eles tenham ido lá efetivamente, conversar com alguém que mora lá?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Não, para a gente foi uma surpresa saber que criou essa reserva porque foi um susto para nós.

O SR. DELEGADO LUCAS - Ficaram sabendo por terceiros, depois que já tinha sido...

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Pela TV.

O SR. DELEGADO LUCAS - Pela televisão, depois que ela já tinha sido criada.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - TV Rondônia.

O SR. DELEGADO LUCAS - Entendi. E em que ano que a senhora tomou conhecimento dessa criação dessa reserva, a senhora se lembra?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Em 2021, acho.

O SR. DELEGADO LUCAS - Em 2021. A senhora tomou conhecimento pela televisão que a área que a senhora estava tinha virado um...é o quê? É um Parque Estadual, a senhora sabe dizer?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - É, ouvi falar nessa época, mas antes, a gente já vinha pesquisando. Pesquisava dentro do Incra. Não existia nada.

O SR. DELEGADO LUCAS - Entendi.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Dentro de órgão nenhum, não aparecia nada. Era uma coisa secreta pelo jeito.

O SR. DELEGADO LUCAS - Entendi. Era guardado a sete chaves, não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS - A senhora sabe dizer, nessa época, que em tese foi transformado em reserva, que houve o Decreto transformado em reserva, quantos proprietários ou ocupantes residiam ali na área?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Até onde eu soube, eu acredito que era mais de 500 pessoas.

O SR. DELEGADO LUCAS - Pessoas, não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - É, assim, moradores e donos de terra aqui, digamos que não moram em cima, mas tem a área de terra.

O SR. DELEGADO LUCAS - Sim. Então, entre ocupantes e proprietários, que não ocupavam como moradia, aproximadamente 500 pessoas?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Eu acredito que bem mais, porque a área que foi afetada lá da Ilha das Flores, me parece, não sei se mudou o mapa, mas era 98 mil hectares de terra. Então, uma área muito grande. É imensa.

O SR. DELEGADO LUCAS - A senhora sabe dizer se existia ali algum tipo de comunidade tradicional?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - No Porto Rolim, sim. Eu ouvi falar que tinha indígena. Lá tem bastante índios. E também já ouvi falar de quilombolas na região de Porto Rolim.

O SR. DEPUTADO LUCAS - Então existia, lá no interior dessa área onde foi criado o Parque, provavelmente, a senhora afirma que há uma informação, que circula, de que haviam indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, não é?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - É, no Porto Rolim.

O SR. DELEGADO LUCAS - Porto Rolim.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Não é nas nossas áreas de fazenda, ali.

O SR. DELEGADO LUCAS - Não é no interior da área, mas no entorno dela.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Não. Acredito que pegou alguma parte deles também, porque a Reserva é assim... a gente nem tem certeza da quantidade que ela é, porque é uma área muito grande.

O SR. DELEGADO LUCAS - Da delimitação. Entendi. Tudo bem.

A senhora disse que nunca foi visitada por nenhum técnico, mas a senhora foi convidada para participar ou chegou a participar de alguma reunião, oficina, algum evento pontual em que indicaram, com clareza, que seria criada ali uma modalidade de unidade de conservação? Qual modalidade seria criada? Qual o procedimento adotado para que isso acontecesse? Quais as respectivas consequências da criação dessa reserva, como o que poderia ou não ser praticado dentro do limite dessa Unidade? Isso foi explicado de uma forma inteligível, de uma forma assim, com clareza, e uma linguagem acessível, todas as implicações para a população residente no interior, no entorno dessa unidade proposta?

A senhora tomou conhecimento disso em alguma reunião pública, audiência pública, em algum encontro e



com algum órgão ambiental competente para fazer algum tipo de oitiva da população lá?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Nunca. Nunca houve nada disso lá.

O SR. DELEGADO LUCAS - De forma nenhuma, não é? Simplesmente foi criada e a senhora ficou surpreendida quando tomou conhecimento pela televisão a respeito da criação da área onde a senhora já ocupava.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - O senhor acredita que até hoje ninguém acredita que criou essa reserva lá? Até hoje, o povo não acredita.

O SR. DELEGADO LUCAS - Acredito.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Eles acham que não tem. Eles acham que isso aí é política, é fofoca. Só eu aqui que mais tenho certeza, porque eu estou aqui direto nessa audiência.

O SR. DELEGADO LUCAS - E a senhora sabe de alguma dessas pessoas lá que alegue, que tenha sido procurada por algum técnico? Alguém? Não, ninguém.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Que eu saiba, ninguém. Só se é um "chegado" da parte deles.

O SR. DELEGADO LUCAS - Entendi.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Que fez alguma coisa secreta, eu não sei. Também, se fizeram alguma visita, foi por helicóptero ou então, aérea. Por terra, não.

O SR. DELEGADO LUCAS - Vocês não viram lá. Tudo bem.

Senhor Presidente, me dou por satisfeita aqui. Obrigado, senhora Eni pela sua colaboração, foi de grande valia para o trabalho da Comissão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu quero, mais uma vez, agradecer a senhora Eni, está sempre presente, muito atuante.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - À vontade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Quero reforçar aqui um questionamento para a gente esclarecer bem, senhora Eni. Os estudos juntados ao processo, relatam que não existiam moradores dentro da área que estava sendo estudada para a criação do parque, no ano de 2016/ 2017. Bem como, não existiam comunidades tradicionais no interior e nem no entorno dessa área. Isso é verdade? Em 2016/2017, tinha pessoas dentro dessa área morando?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - E muitas pessoas! Muitas pessoas que moravam nessa região.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator)- Então, nesse estudo, eles não identificaram essa pessoa, mas essas pessoas estavam lá? A senhora consegue identificá-las?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Eles não identificaram ninguém, não existe isso aí. Eles não tiveram lá com ninguém.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, isso não é verdade?

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Isso não é verdade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Muito bem, obrigado. Satisfeito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado, Deputado Pedro. Quero aqui, mais uma vez agradecer à Dona Eni. A senhora se desloca de tão longe para vir aqui participar. Que agradecer a confiança.

Estávamos aqui conversando com o Deputado Lucas, Deputado Pedro, antes de iniciar, que nós temos muitas esperanças na conclusão final dessa CPI. Então, que seja feita justiça. E mais uma vez, muitíssimo obrigado pela participação.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Posso dar uma palavrinha?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Pode, pode sim.

A SRA. ENI ALVES ROCHA - Eu, nesse momento, em nome do pessoal de Alta Floresta, da Ilha das Flores, que é o que eles desejam, que eu acredito que não vão conseguir, nome do Senhor Jesus.

Eu quero agradecer aos deputados: Deputado Alex Redano, Deputado Pedro Fernandes, Deputado Lucas Torres, Deputado Cirone Deiró, Deputado Jean de Oliveira, à Deputada Drª Taíssa e outros deputados que eu talvez não lembre o nome. O Delegado Camargo também. Agradeço em nome da Ilha das Flores e de nós, produtores, nós donos de terra daquela região. Agradecemos imensamente por esse trabalho que vocês estão fazendo. Muito Obrigada mesmo. Sem vocês, o que seria da gente? Muito Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Nós que agradecemos. Nosso muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Presidente, vamos fazer encaminhamento dos Requerimentos. Eu tenho algumas anotações aqui.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Passo a palavra, para a leitura dos Requerimentos ao nobre Deputado Pedro Fernandes.



O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Nós precisamos deliberar aqui sobre a questão das áreas que a equipe técnica não conseguiu identificar as pessoas a qual a gente queria ouvir. Tivemos algumas diligências, mas a gente não conseguiu convocá-las.

Nós precisamos, Presidente, convocar através de publicação de edital essas áreas. Então, nós precisamos deliberar aqui sobre essa situação autorizando a equipe técnica a fazer esse procedimento. Vamos pôr em votação essa deliberação para que seja feito dessa forma.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Lucas Torres?

O SR. DELEGADO LUCAS - Eu gostaria, Presidente, que pela ordem, pedir para eu acrescentar, se for possível, como um resultado das oitivas que foram feitas hoje, foram indicados aqui três testemunhas que eu acredito que serão de bom alvitre para o andamento dos trabalhos, incluir nessa lista, que aí poderão ser eventualmente oitivados junto com os demais.

Então, a testemunha Edivan indicou uma testemunha chamada Simeão, lá na Rio Machado. Aí se nós pudéssemos acrescentar o Simeão.

A testemunha Helenilso, pela oitiva dela, é interessante nós tentarmos ouvir a Denise Borges Viana, que é atual Presidente da Associação. Então, a testemunha Denise Borges Viana.

E o Eliomar Patrício indicou a testemunha Amarildo Vieira Mota. Então, eu solicito à Vossa Excelência que inclua no Requerimento de convocação pelo edital, das testemunhas Simeão, Denise Borges Viana e Amarildo Vieira Mota.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Está incluso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E também, Deputado Lucas, foi falado que tinha um menor de idade que também foi ouvido a época, que essa pessoa era menor de idade.

E o professor Amarildo, foi citado. Se puder identificar esse menor, e a gente conseguir convocar ele. O nome dele está no processo. A gente identificar e também aproveitar essa convocação e já fazer tudo em conjunto.

O SR. DELEGADO LUCAS - Assim sendo, Presidente, meu voto é favorável ao Requerimento pela aprovação.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - "Sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também voto "sim". Fica aprovado. Próximo requerimento.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Mais algum Requerimento? A próxima reunião, a gente vai deixar para que dia, mais ou menos?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Entra agora o recesso. Suspende todos os prazos. Eu creio que segunda semana de agosto. Eu acho que mais próximo, porque está muito longe. Vamos deixar mais próximo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vamos deixar autorizada a convocação por data deliberar e convoca.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Na primeira Sessão da Sessão Legislativa nós já definimos as datas. Vamos dar publicidade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Combinado. A gente vai marcar, lá em Buritis, será que o Presidente vai estar presente? A gente podia fazer uma reunião, não é, Deputado Delegado Lucas?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Se o Presidente Marcelo não estiver presente, nós fazemos uma ligação para ele para deliberarmos sobre um instituto para nos ajudar.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Ele acha a forma. A forma de contratação, o Presidente acha o meio legal. E a gente só precisa que ele contrate para nós essa pessoa para fazer um estudo, para a gente poder, realmente, ter números de parâmetros técnicos para que a gente possa avançar. Que, de repente a gente está imaginando uma coisa e na hora que o técnico avaliar está tudo ok. Se não tiver, a gente toma as providências cabíveis e necessárias.

Tem mais alguma pauta?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Mais alguém gostaria de usar a palavra?

Então, neste momento, sob proteção de Deus declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. Obrigado Eni. Obrigado Rio Machado. Obrigado aos deputados. Obrigado a todos os técnicos aqui da Assembleia Legislativa pelo excelente trabalho. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se esta Reunião às 11 horas e 54 minutos)



SECRETARIA LEGISLATIVA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI



A Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A., para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais. No uso de suas atribuições, convoca os representantes das unidades de conservação abaixo relacionadas, para prestarem depoimento na reunião da comissão a ser realizada no dia 21/08/2024 às 10:00h no Plenarinho 2 da Assembleia Legislativa.

Convocados:

- Representantes da Reserva de Fauna Pa D'óleo (São Francisco do Guaporé)
- Representantes da Parque Estadual Abaitará (Pimenta Bueno)
- Representantes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro (São Francisco do Guaporé)
- Representantes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande (São Francisco do Guaporé)
- Representantes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim (Porto Velho)
- Representando a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado (Porto Velho), as seguintes pessoas:
 1. Simeão de tal.
 2. Denise Borges Viana.
 3. Amarildo Vicira Mota


DEPUTADO ALEX REDANO

PRESIDENTE/CPI/ATO P Nº 008/2023



Av. Farquhar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO |
 CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 |
www.al.ro.leg.br



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE/RO

MEMORANDO Nº 0234365/2024-ALE/GDEP-ALEX-REDANO/ASSTEC

Da: GDEP-ALEX-REDANO/ASSTEC

Para: SECRETARIA GERAL

Processo nº: 100.421.000033/2024-29

Assunto: Reitera solicitação de contratação de profissional

Senhor Secretário,

Com meus cordiais cumprimentos, e a constar os trabalhos da CPI deste Parlamento, que visa investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) Unidades de Conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados para o desenvolvimento de projetos de conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, este Presidente da CPI, vem por meio deste, **reiterar** solicitação feita através do Memorando 001/CPI/ATO P Nº 008/2023, o qual requer a contratação de profissional especializado para auxiliar na análise da documentação da Comissão.

Tendo em vista a necessidade de consultoria especializada para auxílio na análise da documentação que compõe o processo, bem como trazer um estudo técnico para amparar os Parlamentares nos temas objeto da CPI, se faz necessário que esta Casa Legislativa forneça profissional com notória know-how e expertise na área do meio ambiente, em especial nas questões de exploração de carbono, para prestar subsídios técnicos à Comissão.

Ressalta-se a urgência deste profissional, posto estar em andamento os trabalhos da CPI, sendo primordial a disponibilização de técnico para acompanhar as reuniões, prestar suporte aos deputados membros, bem como elaborar estudos e pareceres consultivos, auxiliando assim o desenvolvimento da Comissão.

Desse modo, em face da relevância do objeto deste pedido, solicitamos a aprovação do presente, na forma acima especificada.

Atenciosamente,

DEPUTADO ALEX REDANO

PRESIDENTE/CPI ATO P Nº 008/2023



Documento assinado eletronicamente por **Alex Mendonça Alves, Deputado(a) Estadual**, em 26/06/2024, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0234365** e o código CRC **FC82A9C0**.

Referência: Processo nº 100.421.000033/2024-29

SEI nº 0234365

Av. Farquar, 2562 - Bairro Arigolândia - CEP 76801-189 - Porto Velho/RO
Site www.al.ro.leg.br





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE/RO

DESPACHO Nº 0250308/2024-ALE/SEC-GERAL

Da: SECRETARIA GERAL
Para: ADVOCACIA GERAL
Processo nº: 100.421.000033/2024-29
Assunto: Conhecimento e providências

Senhor Advogado,

Atendendo ao conteúdo constante no MEMORANDO Nº 0234365/2024-ALE/GDEP-ALEX-REDANO/ASSTEC, exarado pela Gabinete do Deputado Alex Redano, o qual solicita de contratação de profissional com notória know-how e expertise na área do meio ambiente.

Encaminha-se para vosso conhecimento e providências com vistas a manifestação se há advogado especializado na área supramencionada.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral - ALE/RO



Documento assinado eletronicamente por **Arildo Lopes da Silva, Secretário Geral**, em 16/07/2024, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0250308** e o código CRC **0ED45607**.

Referência: Processo nº 100.421.000033/2024-29

SEI nº 0250308

Av. Farquhar, 2562 - Bairro Arigolândia - CEP 76801-189 - Porto Velho/RO
Site www.al.ro.leg.br



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE/RO

DESPACHO Nº 0269168/2024-ALE/ADV-GERAL/ADV-GERAL-ADJUNTA

Da: ADV-GERAL/ADV-GERAL-ADJUNTA

Para: Secretaria-Geral

Processo nº: 100.421.000033/2024-29

Cuida-se de memorando expedido pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, d. Presidente da CPI proveniente do Ato P n. 008/2023, no escopo de viabilizar a contratação de profissional especializado para análise da documentação técnica produzida pela referida Comissão Parlamentar.

Pois bem.

Inicialmente, cabível registrar que esta manifestação tomará por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, visto que, incumbe a este órgão prestar sua lida sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração.

Importa frisar, pois, que não compete a esta Advocacia-Geral apreciar as questões de interesse e oportunidade do ato que se pretende praticar, visto que são da esfera discricionária do Administrador, tampouco dos atos, especificações e fundamentações de ordem técnica. Além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gestor Público^[1].

Feita a ressalva retro, oportuno ater-se à questão de fundo.

Nessa quadra, é de sabença que a Administração Pública está adstrita aos princípios elencados no *caput* do artigo 37, da Carta da República, dentre os quais, o da legalidade administrativa, verdadeira pedra angular, que baliza os demais postulados do direito administrativo, pelo qual somente é lícito, na gestão da coisa pública, atuar nos exatos limites conferidos pelo legislador.

A propósito, esclarecedor é o escólio de **DIÓGENES GASPARINI**:

"O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal, ou que exceda ao âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe-se a anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular."

Na Administração Pública, não há espaço para liberdades e vontades

*particulares, deve, o agente público, sempre agir com a finalidade de atingir o bem comum, os interesses públicos, e sempre segundo aquilo que a lei lhe impõe, só podendo agir secundum legem. Enquanto no campo das relações entre particulares é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe (princípio da autonomia da vontade), na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza” (GASPARINI, Diógenes. *Manual de Direito Administrativo*. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2001)*

Na mesma linha, JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO professa:

*“O princípio da legalidade é certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é lícita. Tal postulado, consagrado após séculos de evolução política, tem por origem mais próxima a criação do Estado de Direito, ou seja, do Estado que deve respeitar as próprias leis que edita” (CARVALHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 22ª Ed. Rio de Janeiro: 2011)*

Na jurisprudência, outro não é o entendimento:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - No âmbito da administração pública o que não está permitido está proibido. (TRT-3 - RO: 00109033820145030053 0010903-38.2014.5.03.0053, Relator: Luis Felipe Lopes Boson, Terceira Turma)

In casu, como dito, almeja-se para a consecução dos trabalhos da CPI a contratação de profissional especializado para análise dos documentos produzidos durante a instrução do procedimento.

Ocorre que como é de sabença, as contratações públicas se sujeitam a observância estrita dos procedimentos legais aplicáveis.

Nessa quadra, em regra, para contratação de profissional de área específica do conhecimento, para trabalho eventual, ou seja, não perene, onde a regra do concurso público não se aplica, pode a administração pública lançar mão de contratação temporária (artigo 37, IX, da CF) ou de procedimento licitatório (lei n. 14.133/2021).

Ocorre que, na espécie, ao nosso sentir, a contratação temporária por excepcional interesse público (artigo 37, IX, da CF) não se mostra adequada. Isto porque não há no organograma do Poder Legislativo, cargo/vaga com a especificação técnica respectiva, razão pela qual impossível deflagrar procedimento seletivo para tanto.

Sendo assim, em verdade, a demanda em debate deve ser atendida mediante contratação via regular procedimento licitatório (lei n. 14.133/2021), cujo carece da adoção de procedimentos e formalidades específicos, inclusive no tocante à opção da modalidade da contratação.

Informações que, até este momento, não se vislumbra nos autos.

Dito isto, esta advocacia opina no sentido de que a contratação em questão deve ser feita nos moldes da lei n. 14.133/2021.

Por oportuno, a título de sugestão, mormente que concerne à elaboração de estudo técnico preliminar e termo de referência, bem como da opção pela modalidade de licitação a ser adotada, sugere-se que se busque, previamente, informações junto ao Conselho Profissional respectivo, ou seja, da área de conhecimento onde o profissional irá atuar.

Porto Velho/RO, 19 de agosto de 2024.



Walter Matheus Bernardino Silva

Advogado-Geral Adjunto – ALE/RO

[1] TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES, DOU de 17/05/2011.



Documento assinado eletronicamente por **Walter Matheus Bernardino Silva, Advogado Geral - Adjunto**, em 19/08/2024, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

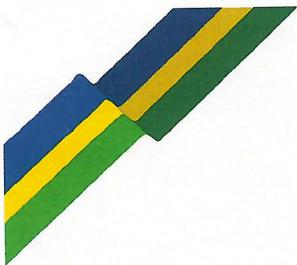


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0269168** e o código CRC **73D189F5**.

Referência: Processo nº 100.421.000033/2024-29

SEI nº 0269168

Av. Farquar, 2562 - Bairro Arigolândia - CEP 76801-189 - Porto Velho/RO
Site www.al.ro.leg.br



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

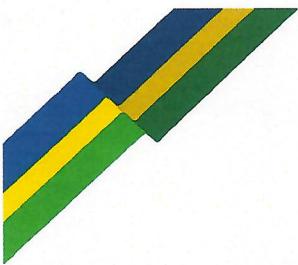


**ATA REUNIÃO DA 10^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, COM A
FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11
(ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE
RONDÔNIA, BEM COMO DOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS
EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E
BIOFILICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A, PARA O
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E
EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.**

Às Dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, no Plenarinho 02 da Assembleia Legislativa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. Sob a presidência do Senhor Deputado Alex Redano e presenças dos Senhores Deputados: Pedro Fernandes e Lucas Torres. Participou como convidado o Senhor: Welys Araujo de Assis - Assessor Técnico. Estiveram ausentes os Senhores deputados Jean Oliveira, Cirone Deiró e Dra. Taíssa. Havendo número regimental o Senhor Presidente deu início a reunião. O senhor presidente solicitou ao Senhor Deputado Delegado Lucas que realizasse a leitura da ata de reunião anterior, que após ser lida foi aprovada por unanimidade. Os senhores deputados presentes fizeram uso da palavra. Ato continuo, o senhor deputado delegado Lucas realizou a leitura do



Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO | CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 | www.al.ro.leg.br



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

seguinte expediente recebido: Despacho nº 0269168/2024- ALE/ADV-GERAL/ADV-GERAL-ADJUNTA. Após a leitura do expediente, o senhor presidente colocou em discussão e deliberação os seguintes requerimentos: requer que seja encaminhado ofício ao CREA, CRBIO e demais conselhos de classe para indicação de profissionais com expertise em projetos de extração e crédito de carbono - objeto dos contratos realizados entre o Governo do Estado de Rondônia e as empresas permiam e biofílica. Sendo aprovado por unanimidade. requer que seja encaminhado ofício aos presidentes do CREA/CONFEA e CRbio, convocando-os para que sejam ouvidos e possam colaborar na investigação. E também solicitar deles as seguintes informações: 01 - se houve registro de ART (anotação de responsabilidade técnica) e ART de cargo e função dos estudos técnicos preliminares relacionados à criação das 11 unidades de conservação. 02 - Caso tenha a ART a documentação apresentada como estudo tem validade, tendo em vista que os conselhos tem prerrogativa de fiscalizar e regulamentar o exercício das atividades profissionais dos engenheiros e biólogos. 03 - Os estudos técnicos realizados atendem as normas da ABNT e regulamentos. Sendo aprovado por unanimidade. Após a aprovação dos requerimentos, os senhores deputados presentes definiram a ordem dos trabalhos das próximas reuniões, restando definido que serão ouvidos primeiro os representantes dos conselhos de



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



classe, para após serem ouvidos os técnicos e servidores definidos na oitava reunião extraordinária. Nada mais havendo a tratar, e para constar o Senhor Presidente determinou a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente. Às onze horas e quatro minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião.



Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO | CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 | www.al.ro.leg.br



10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 21.08.2024

INÍCIO: 10h25min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES
MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A., para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, aos 21 de agosto 2024, no Plenário 02 da Assembleia Legislativa.

Quero imensamente agradecer a presença do nosso Deputado Pedro Fernandes, que está de maneira virtual aqui na reunião. Quero parabenizar também o Deputado Pedro Fernandes pela sua dedicação, a condução da Comissão do Meio Ambiente, que é uma das Comissões mais importantes desta Casa Legislativa e Deputado Pedro Fernandes vem trabalhando com maestria.

Quero também agradecer ao Deputado Delegado Lucas, deputado dedicado, está muito presente nessas questões ambientais, principalmente in loco, visitando esses locais. Então, parabéns pela sua dedicação. Convido agora o nobre Deputado Delegado Lucas para secretariar os trabalhos, e faça a leitura da Ata.

O SR. DELEGADO LUCAS - Procede à leitura da Ata da reunião anterior.
Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Neste momento, franqueio a palavra aos nobres deputados. Algum deputado gostaria de fazer uso da palavra? Deputado Pedro Fernandes? Deputado Delegado Lucas? Não?

Coloco neste momento em votação a Ata que foi lida. Como vota, Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Voto “sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vota “sim”. Como vota, Deputado Delegado Lucas Torres?

O SR. DELEGADO LUCAS - Nada a opor. Pela aprovação da Ata.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Fica aprovada a Ata.

Peço agora ao nobre deputado que secretaria os trabalhos que faça a leitura do recebimento do material de Expediente.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Presidente, nós estamos recebendo nesta reunião da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) DESPACHO Nº 0269168/2024-ALE/ADV-GERAL/ADV-ADJUNTA. Também será procedida à leitura do Despacho e apresentação do conteúdo deste referido Despacho e discussão sobre a sugestão de oficiar ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), o CRBio (Conselho Regional de Biologia) e demais Conselhos de Classe para indicação de profissionais com expertise em projetos de extração e crédito de carbono — objeto de contratos realizados entre o Governo do Estado de Rondônia e as empresas Permiam e Biofílica.

Eu queria só registrar aqui, Senhor Presidente, que o próximo item seria a oitiva dos convocados, conforme o edital publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Foi mencionado aqui na leitura da Ata, todos puderam presenciar, que foram convocados os representantes da Reserva Fauna Pau D’Óleo, de São Francisco do Guaporé; do Parque Estadual Abaitará, de Pimenta Bueno; da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, de São Francisco do Guaporé; da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande, de São Francisco do Guaporé; da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim e Rio Machado, ambas de Porto Velho.

E ainda reforçando ali três testemunhas específicas que foi o Simeão, a Denise Borges Viana e o Amarildo Vieira Mota. Contudo, embora devidamente publicado nos meios oficiais de comunicação, no Diário Oficial da Assembleia, nenhum dos interessados aqui destas áreas compareceu hoje na presente Comissão, de modo que resta prejudicada a colheita aqui do Termo de Declaração dos convocados.

E continuando então os materiais de Expediente recebidos, vou proceder à leitura aqui, Senhor Presidente, do despacho que eu mencionei, de origem aqui da Advocacia-Geral Adjunta da Assembleia. “DESPACHO Nº 0269168/2024-ALE/ADV-GERAL/ADV-ADJUNTA

Da: ADV-GERAL/ADV-ADJUNTA

Para: Secretaria-Geral

Processo nº: 100.421.000033/2024-29

Cuida-se de memorando expedido pelo

Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, d. Presidente da CPI proveniente do Ato P n. 008/2023, no escopo de viabilizar a contratação de profissional especializado para análise da documentação técnica produzida pela referida Comissão Parlamentar.

Pois bem.

Inicialmente, cabível registrar que essa manifestação tomará por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, visto que, incube a este órgão prestar sua lida sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise de conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração.

Importa frisar, pois, que não compete a esta Advocacia-Geral apreciar as questões de interesse e oportunidade do ato que se pretende praticar, visto que são de esfera discricionária do Administrador, tampouco dos atos, especificações e fundamentações de ordem técnica. Além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gestor Público."

Nota de rodapé menciona um julgado.

"Feita a ressalva retro, oportuno ater-se à questão de fundo.

Nessa quadra, é de sabença que a Administração Pública está adstrita aos princípios elencados no caput do artigo 37, da Carta da República, dentre os quais, o da legalidade administrativa, verdadeira pedra angular, que baliza os demais postulados do direito administrativo, pelo qual somente é lícito, na gestão da coisa pública, atuar nos exatos limites conferidos pelo legislador. A propósito, esclarecedor é o escólio de DIÓGENES GASPARINI:

"O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal, ou que excede ao âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe-se a anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular.

Na Administração Pública, não há espaço para liberdades e vontades particulares. Deve o agente público sempre agir com a finalidade de atingir o bem comum, os interesses públicos, e sempre segundo àquilo que a lei lhe impõe, só podendo agir secundum legem. Enquanto no campo das relações entre particulares é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe (princípio da autonomia da vontade), na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza" (GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2001).

Na mesma linha, JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO professa:

"O princípio da legalidade é certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é lícita. Tal postulado, consagrado após séculos de evolução política, tem por origem mais próxima a

criação do Estado de Direito, ou seja, do Estado que deve respeitar as próprias leis que edita" (CARVALHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 22ª Ed. Rio de Janeiro: 2011)

Na jurisprudência, outro não é o entendimento: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - No âmbito da administração pública o que não está permitido está proibido. (TRT-3-RO:00109033820145030053 0010903-38.2014.5.03.0053, Relator: Luis Felipe Lopes Boson, Terceira Turma)

In casu, como dito, almeja-se para a consecução dos trabalhos da CPI a contratação de profissional especializado para análise dos documentos produzidos durante a instrução do procedimento.

Ocorre que como é de sabença, as contratações públicas se sujeitam a observância estrita dos procedimentos legais aplicáveis.

Nesta quadra, em regra, para contratação de profissional de área específica do conhecimento, para trabalho eventual, ou seja, não perene, onde a regra do concurso público não se aplica, pode a administração pública lançar mão de contratação temporária (artigo 37, IX, da CF) ou de procedimento licitatório (lei n. 14.133/2021).

Ocorre que, na espécie, ao nosso sentir, a contratação temporária por excepcional interesse público (artigo 37, IX, da CF) não se mostra adequada. Isto porque não há no organograma do Poder Legislativo, cargo/vaga com a especificação técnica respectiva, razão pela qual impossível deflagrar procedimentos seletivo para tanto.

Sendo assim, em verdade a demanda em debate deve ser atendida mediante contratação via regular procedimento licitatório (lei n. 14.133/2021), cujo carece da adoção de procedimentos e formalidades específicos, inclusive no tocante à opção da modalidade da contratação.

Informações que, até este momento, não se vislumbra nos autos.

Dito isto, essa advocacia opina no sentido de que a contratação em questão deve ser feita nos moldes da lei n. 14.133/2021.

Por oportuno a título de sugestão mormente o que concerne à elaboração de estudo técnico preliminar e termo de referência, bem como da opção pela modalidade de licitação a ser adotada, sugere-se que se busque, previamente, informações junto ao Conselho Profissional respectivo, ou seja, da área de conhecimento onde o profissional irá atuar.

Porto Velho, 19 de agosto de 2024.

Walter Matheus Bernardino Silva - Advogado-Geral Adjunto ALE/RO."

Lido o Memorando, Senhor Presidente.

E aqui de forma, em apertada a síntese, a resumir, essa CPI visa desde a sua concepção, a contratação de uma banca profissional de advogados especialistas ou profissionais engenheiros, enfim, geólogos ou engenheiros agrônimos e florestais, não

sei, a contratação de profissionais qualificados, da forma mais específica possível, para que haja uma análise técnica profissional apropriada, e muito competente, de todo o amealhado de elementos probatórios que se acumulam no decorrer dessas reuniões.

Então, sabemos que a contratação desses profissionais exige um gasto público, onera os cofres da Assembleia, portanto, houve essa consulta à Advocacia-geral para verificar quanto à legalidade dessa concentração, porque o objetivo desta Comissão é atender sempre todos os requisitos legais - que é um compromisso que esta Casa também possui com o cidadão contribuinte, de saber que todos os requisitos devem ser atendidos e observados pela lei, porque se essa Casa formula leis, nada mais digno e justo, do que ela cumprir as próprias leis.

Então, o relatório aqui em síntese apresentado pela Advocacia-geral indica que há possibilidade, é legal, é lícito e que o procedimento mais correto a ser adotado seja o licitatório, não contratação seletiva ou temporária, e seguindo os requisitos da Lei 14.133/2021. Portanto, é possível, sim, a contratação.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. É importante. Creio que não será um valor alto. Nós temos várias entidades que podem colaborar conosco, nós vamos convidar para estar junto conosco nessa CPI. Eu quero aqui fazer apenas dois comentários. O primeiro que tem muitos problemas, são 11 reservas, mas têm algumas que é mais tranquilo, que realmente são pouquíssimas pessoas que estão dentro e não estão antropizadas. Então, esses locais, nós temos que ter uma visão diferente mesmo porque são locais que não estão antropizados.

Diferente, por exemplo, de outros locais: Rio Pardo, Soldado da Borracha. Essa semana mesmo, fui procurado, tive uma reunião. As pessoas estão muito preocupadas nessa questão do Soldado da Borracha, inclusive, estavam preocupados que estava passando energia, redes de energia, e parece que tem algum impedimento por parte da Sedam (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental). Então falei que iria verificar essa situação.

Outro assunto é a importância do crédito de carbono. É o "ouro verde". Rondônia tem um potencial muito grande. A CPI vai levantar através desses estudos e podem ser utilizados em Projetos de Lei, em convênios para que esses recursos fiquem em Rondônia, principalmente para o pequeno agricultor.

Hoje, nós temos áreas e são obrigadas a não serem desmatadas, a serem cuidadas, que é reserva legal. E é possível que essa área dê um bom lucro. Eu assisti rapidamente uma matéria que passou domingo, se não me engano, no Fantástico.

Um médico de São Paulo fraudou as áreas públicas, mas conseguiu um montante muito grande, muitos milhões de Reais de lucro de crédito de carbono. De forma fraudulenta, errada. Foi condenado, está preso e mais do que justo impedir esses crimes.

Mas, o que eu quero dizer? Que é possível sim, a nossa população do Estado de Rondônia ter lucros para manter floresta em pé. Então, nós precisamos avançar nesse sentido. Então, a CPI principalmente com a contratação desses profissionais, vai servir de base para avançarmos mais.

A questão da ausência dessas reservas nós já previmos, porque são reservas que estão mais tranquilas, assim por se dizer. Mas olha, muitas pessoas estão noites e noites sem dormir, preocupadas principalmente dessas reservas que já estão antropizadas, reservas que as pessoas tem Título definitivo, tem Escritura Pública. Realmente é impensável você ter uma Escritura Pública e de repente da noite para o dia, a sua área ser considerada reserva. Então, nós precisamos lutar para dar tranquilidade para essas pessoas.

Quero aqui de forma especial, ela já virou aqui a nossa espectadora pelas redes sociais e está sempre de forma presencial. Anda muitos quilômetros para estar aqui, que é a nossa querida amiga Eni, da Ilha das Flores. Muito bem-vinda. Ficamos muito felizes. E a Dona Eni, foi uma das primeiras que começou a cobrar para que fosse feita essa CPI.

Então, nós estamos avançando através de pessoas como a senhora que se preocupa com a coletividade. E a CPI tem todo um rito que nós não podemos ter nenhum erro. Não é mesmo, Doutor Welys? Qualquer erro aqui na CPI pode ser passível de uma anulação de todo o trabalho.

Então, nós temos que ter paciência e seguindo os ritos necessários e todo o devido processo legal. Mas, nós avançando e creio que terá uma boa definição, principalmente conseguindo fazer os ajuizamentos necessários para lutarmos por essas áreas que estão totalmente antropizadas. Estão com milhares de famílias dentro e, essas famílias têm o seu sonho de ter a sua segurança jurídica, sua tranquilidade para poder trabalhar em paz.

Obrigado a todos que estão presentes. E gratidão a cada servidor, aos Deputados Pedro Fernandes, Lucas Torres, aos demais deputados que fazem parte da CPI que não estão presente hoje, mas deixo aqui o nosso agradecimento, muito obrigado.

E vamos liberar, a discussão sobre a sugestão de oficializar o CREA, CRBio e demais Conselhos de Classe. Vamos para cima que tem uma deliberação. Neste momento vamos deliberar sobre a convocação do Presidente do CREA, CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) e CRBio, Conselho dos Biólogos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Presidente, pela ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, Deputado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu acredito que antes de a gente entrar na questão da convocação, participar o

Deputado Pedro que está acompanhando remotamente e discutir aqui de forma transparente e pública com a população que acompanha, que a intenção é oficiar o CREA, o CRBio e demais Conselhos de Classe para que esses órgãos - que são os conselhos que têm aptidão para as áreas que nós precisamos dos especialistas, dos experts -, para que eles possam indicar profissionais que tenham aí o know-how necessário, no nível técnico que se almeja, que se pretende trazer para CPI.

Especialmente no que diz respeito, no tange aos projetos de extração de crédito de carbono, que é uma área também muito específica, que o senhor mencionou agora muito bem do valor econômico que isso pode trazer para o nosso produtor rural rondoniense, para o Estado em si.

Mas, nós precisamos de profissionais dessa área que esse é o objeto do contrato realizado entre o Governo do Estado e as empresas que são mencionadas aqui na CPI. E a intenção então de convocar para participar da CPI é que essas entidades de controle de classe, esses órgãos de classe possam sugerir formas de colaboração com a CPI e também de indicação das áreas dos profissionais, dos ramos e até indicação, eventualmente, dos profissionais que vão poder vir a colaborar com os trabalhos. Essa é a discussão que se quer trazer.

Eu acredito que já é pacífico, nós já discutimos. O Deputado Pedro está nos acompanhando. Se quiser fazer algum comentário acerca, Deputado Pedro, que em seguida nós já vamos discutir a respeito da convocação dessas entidades de classes para as próximas reuniões.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Pedro?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Deputado Delegado Lucas, esse é o caminho. Vamos trabalhar nisso e dar encaminhamento, Deputado Alex. Esse é o meu posicionamento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. Mais que justo, essas entidades, realmente, sabem os profissionais gabaritados e é muito interessante e fica uma maneira mais transparente. Quero parabenizar a sugestão.

Discussão, nesse momento, sobre a convocação do Presidente e corpo técnico do CREA/CONFEA Rondônia, CRBio para colaborar na investigação.

Eu vou fazer toda a leitura e a gente vota de uma só vez.

Outro Requerimento: solicitação de informações se houve registro de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e ART de cargo e função dos estudos técnicos preliminares relacionados à criação das 11 Unidades de Conservação.

E, caso não tenha o ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) a documentação apresentada como estudo tem validade? É uma pergunta. Tendo em

vista que os conselhos têm a prerrogativa de fiscalizar e regulamentar o exercício das atividades profissionais dos engenheiros e biólogos.

Outra pergunta, outro questionamento, requerimento: os estudos técnicos realizados atendem às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e regulamentos?

Então, eu vou colocar em votação todos esses itens, ao invés de fazer de maneira individual. Todos esses itens lidos, como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Voto “sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vota “sim”. Como vota o Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS – “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vota “sim”. Então, ficam aprovados todos esses itens.

Próximo item: definição da reunião para oitiva dos técnicos e servidores que atuaram nos processos administrativos de criação das Unidades de Conservação objeto dessa investigação.

O SR. DELEGADO LUCAS – Essa etapa agora dá continuidade às oitivas que têm sido realizadas e com o não comparecimento, hoje, dos representantes das reservas mencionadas, a gente vira essa chave dos moradores e passa agora a direcionar os questionamentos aos servidores a época da criação, da elaboração dos Decretos da criação das reservas, que participaram assinando documentos e apresentando estudos, eventualmente, que constam nos processos. Se é que em alguns casos havia um processo. Mas a gente passa para uma etapa muito importante agora da CPI, que é a oitiva desses técnicos e servidores que colaboraram com a administração pública à época. Vamos definir uma data e a metodologia que nós vamos adotar.

Eu acredito que se nós vamos convocar a equipe do CREA/CONFEA, CRBio para indicar para eles esses Requerimentos que foram aprovados aqui, já é assunto suficiente para uma reunião apenas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Senão fica muitas, muitas horas.

O SR. DELEGADO LUCAS – Sim. E é importante essa convocação anteriormente aos técnicos e servidores para que nós possamos eventualmente, até confrontá-los e dizer “olha, o próprio CREA esteve aqui e disse que faltou isso, faltou aquilo, não seguiu...” A gente vai ter mais elementos. Eu acredito que para continuar de forma organizada, como nós temos o compromisso aqui



na CPI de fazer os ritos todos bem organizados, acredito que a primeira etapa é o Presidente do CREA e os demais mencionados.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vamos definir do CREA. Oficiar o CREA e a gente define a data depois. Vamos ouvir o CREA/CONFEA e CRBio na mesma reunião. Eu acho que os três é tranquilo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário) – Eles precisam ter um prazo, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O prazo final da final da CPI é janeiro. Então, a gente vai ter que dar uma acelerada. Esse momento agora é mais complexo.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mas, Presidente, esse período eleitoral, os presidentes do CREA, CONFEA e CRBio precisam de um prazo, porque eles serão convocados para vir e já vão receber essas indagações.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, é necessário que eles tenham um tempo para analisar documentos que serão encaminhados.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – Porque, se nós solicitarmos que eles compareçam a curto prazo, eles vão chegar sem ter analisado essa documentação.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não dá. A gente define a data posteriormente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Uma sugestão, Deputado Alex Redano. A gente marca depois do dia seis de outubro. Pode marcar qualquer data. Eu acho que a gente acelera em outubro, novembro e dezembro, que é o período que nós teremos para trabalhar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – É, eu estava pensando a mesma coisa. Você acha que é possível ou fica muito distante?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Eu acho que é possível, porque não tem como agora. Aí vai ter que ter um prazo para que esses técnicos olhem a documentação e poder analisar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Depois, a data nós definimos posteriormente.

O SR. DELEGADO LUCAS - Em outubro...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deixa a data em aberto. A gente precisa conversar com eles também, porque precisa da resposta deles também. Documentação.

O SR. DELEGADO LUCAS - Mas em outubro, tem que ser, provavelmente, se ficar definido em outubro, que na primeira reunião de outubro já, na primeira semana já seja essa reunião com eles e dali já marque a próxima reunião em seguida logo ou na semana seguinte para já ouvir os técnicos e servidores.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gostaria de passar a palavra aqui para o nosso jurídico, Doutor Welys. E falar, gente, que nosso Doutor Doca, querido Doutor Doca, que está aqui desde o início, uma das pessoas que fez sugestão, ele está de licença médica, mas graças a Deus está dando tudo certinho. Alguns procedimentos no coração, mas vai dar tudo certo e em breve Doca já vai estar aqui com a gente. Grande profissional. E está aqui também nosso jurídico, grande profissional também, estudioso, dedicado, Doutor Welys. Com a palavra.

O SR. WELYS ARAUJO DE ASSIS - Bom dia, Senhor Presidente. Bom dia, Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes, que está remotamente presente aqui nessa reunião. Nobre Secretário Deputado Delegado Lucas; e todos os demais aqui presentes.

Queria aproveitar da palavra, da oportunidade e parabenizar a equipe técnica que dá suporte a essa CPI, essa Comissão Parlamentar de Inquérito; Doutor Doca, como bem frisado aqui pelo Deputado Alex Redano; Doutora Tainá; Doutor Felipe Gaspar; Doutor Antônio; Werley; o secretário aqui que assessorava essa importante reunião, Rafael; toda equipe da Taquigrafia; e todo o público aqui presente. Fazer menção à presença da Dona Eni. Importante a participação da sociedade civil, principalmente das pessoas impactadas.

Senhor Presidente, Deputado Estadual Alex Redano, só queria fazer uma menção para justificar o prazo dessa data para outubro posterior a essa data, por conta de que esse profissional que essa Casa Legislativa procura com essa expertise é para estudar 11 processos administrativos. São 11 processos administrativos, de criação dessas unidades de conservação a toque de caixa.

Então, existem 11 processos administrativos. Existe o próprio processo administrativo aqui dessa CPI. Então, é um volume muito grande. Nós precisamos primeiro localizar em Porto Velho, ou no Estado, ou regionalmente, ou no Brasil mesmo um profissional que detém a expertise nesse objeto da CPI, que é fiscalizar esses contratos para que elabore um parecer e subsidie o trabalho da CPI.



Então, Doutora Tainá, deve ter aí o que cada processo, cada volume pelo menos aqui da CPI são 200 páginas, não é? Sem contar os 11 processos administrativos. Então, primeiro nós gostaríamos de frisar isso, que é um volume imenso. Então eu acho que justifica, Senhor Presidente, esse prazo para outubro. E após ter esse trabalho, esse parecer, aí, sim, marcar a reunião para que eles sejam ouvidos. E enfim. Era essa a minha participação. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, doutor.

As considerações finais. Gostariam de usar a palavra — Deputado Lucas, Deputado Pedro — antes do encerramento?

O SR. DELEGADO LUCAS - Quero apenas, Presidente, parabenizar o senhor pela condução da CPI. Ainda tenho uma caminhada longa pela frente, embora o curto período de tempo. Então, vamos acelerar. Muito trabalho prestado já ao longo desse período em que foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito. E dizer que seguimos animados, ansiosos aqui pelo deslinde e torcendo para que a verdade absoluta dos fatos prevaleça ao final, com a elaboração do relatório pelo Deputado Pedro Fernandes. Eu tenho certeza que será muito bem elaborado por toda a sua equipe técnica. E estamos à disposição também, para colaborar como pudermos.

Então, sigo à disposição de Vossa Excelência para auxiliar nos processos aqui, no procedimento da Comissão, como for do vosso entendimento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Lucas. Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Obrigado, Deputado Alex. Quero aqui parabenizar o senhor por presidir uma Comissão tão importante.

Temos muitas pessoas esperançosas, com grandes expectativas sobre esse nosso trabalho e nós vamos conduzir sempre como a gente tem feito, com muita seriedade, muita responsabilidade.

Agradecer ao Deputado Lucas e outros membros dessa Comissão; a equipe técnica que está nos assessorando, e vamos fazer os encaminhamentos corretos. E após esse período, que a gente sabe que nesse período eleitoral as coisas também ficam muito difíceis para todos. Todos os trabalhos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sim, sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por

videoconferência) – Acaba interferindo um pouco, mas a gente faz um compromisso aqui, que a partir do mês de outubro vamos focar todos os nossos esforços, dessa Comissão, para darmos um resultado positivo para nossa população, que anseia, trazer à tona a verdade dos fatos, como Deputado Lucas falou, para a gente buscar. E realmente, as pessoas ficam com essas dúvidas se houve ou não houve um atropelo nesse processo de criação dessas reservas, que tem prejudicado muita gente e trouxe uma insegurança jurídica muito grande. Então, eu estou aqui junto com os nossos pares, fazendo esse compromisso com a nossa população do Estado de Rondônia. Obrigado, Deputado Alex.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputado Pedro Fernandes. Parabéns, Deputado Lucas Torres.

Quero também agradecer à nossa assessoria técnica. Doutor Franber, vem fazendo um trabalho incrível, tem ajudado muito essa CPI e várias questões ambientais, questão de regularizações. Então, parabéns Franber pelo seu trabalho.

Quero de maneira especial também, está aqui presente a Dona Eloisa, que faz um trabalho fantástico, um trabalho social à frente da São Tiago Maior. Semana passada tivemos a honra, o privilégio de entregar uma Emenda nossa na São Tiago Maior, 6.450 cestas básicas para as famílias que necessitam.

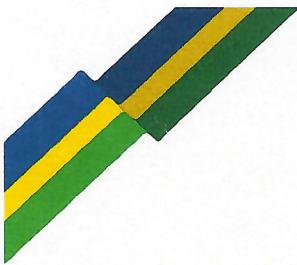
Então, a São Tiago Maior é uma entidade séria, deixo aqui um abraço ao Padre Enzo. E a Dona Eloisa é uma grande articuladora, nós estamos muito honrados de ter a senhora no grupo. Só abrimos mão devido à questão eleitoral, apesar que não há nenhuma vedação, mais por prudência, o Município de Ariquemes não será contemplado com essas cestas básicas, mas no mais, serão mais de 30 municípios; Hospital do Amor, Santa Marcelina e várias outras entidades que vão receber esse apporte.

Então, a São Tiago Maior também tem cursos, panificadora solidária, são muitos recursos e um trabalho sério desenvolvido com maestria. Então, parabéns, Dona Eloisa. E um abraço a todos os nossos assessores presentes, também.

Agradecer também a equipe técnica aqui, maravilhosa, obrigado pelo apoio. A Tainá também, que muito nos ajuda, funcionária muito competente, dedicada. Só agradecer a todos, estou muito feliz com o andamento de tudo.

Sob a proteção de Deus declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se esta Reunião às 11 horas e 04 minutos)



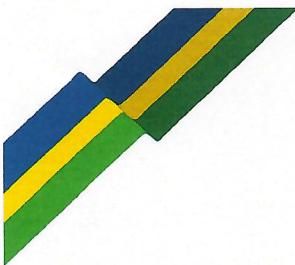
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

**ATA REUNIÃO DA 11^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, COM A
FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11
(ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE
RONDÔNIA, BEM COMO DOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS
EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E
BIOFILICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A, PARA O
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E
EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.**

Às Quinze horas e quarenta minutos do dia dezesseis de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Plenarinho 02 da Assembleia Legislativa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. Sob a presidência do Senhor Deputado Alex Redano e presenças dos Senhores Deputados: Pedro Fernandes, Lucas Torres e Dra. Taíssa. Participou como convidado o Senhor: João Francisco dos Santos - Assessor Técnico. Estiveram ausentes os Senhores deputados Jean Oliveira e Cirone Deiró. Havendo número regimental o Senhor Presidente deu início a reunião. O senhor presidente solicitou a Senhora Deputada Dra. Taíssa que realizasse a leitura da ata de reunião anterior, a mesma solicitou a dispensa da leitura da ata, sendo aprovada por unanimidade. Os senhores deputados presentes fizeram uso da palavra. Ato continuo, o senhor presidente colocou



Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho |
RO | CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 |
www.al.ro.leg.br



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



em discussão e deliberação o seguinte requerimento de autoria do deputado Pedro Fernandes: requer a convocação dos seguintes servidores: Isadora Araújo Chagas - Engenheira Florestal, Dalita da Silva Rover - Engenheira Florestal, Dárius Augustus Váquer Araújo- Extrativista, Osvaldo Castro Oliveira - Extrativista, Priscila Rocha - Engenheira Florestal, Paulo Sérgio Lima - Gestor Ambiental, Eli Winte Shockness - Engenheiro Florestal, Sebastiana Socorro da Silva Almeida - Engenheira Florestal, Márcio Antônio Nunes Brandão - Engenheiro Floresta, Sílvia Gonçalves - Bióloga. para serem ouvidos em reunião da comissão parlamentar de inquérito, no dia 30 de outubro de 2024, as 14 horas e 30 minutos, no plenarinho 02 da Assembleia Legislativa. Sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, e para constar o Senhor Presidente determinou a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente. Às dezesseis horas e dezenove minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e quatro, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião.



Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO | CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 | www.al.ro.leg.br



REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, BEM COMO NOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E BIOFILICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.

PRESENÇA

REUNIÃO: 11º Extraordinário

DATA: 16 / 10 / 2024

HORÁRIO: 13 / 40

DEP. JEAN DE OLIVEIRA	A U S E N T E
DEP. CIRONE DEIRÓ	A U S E N T E
DEP. ALEX REDANO	<i>Cleff</i>
DEP. PEDRO FERNANDES	<i>PD</i>
DEP. DELEGADO LUCAS	<i>Lucas</i>
DEP. DRA. TAISSA	<i>Taissa</i>

CONVIDADOS:

DEP. _____
 DEP. _____
 DEP. _____





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XIII

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2024

Nº 197



733
Folha
L

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA.....	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2925
ADVOCACIA-GERAL.....	2930
SECRETARIA-GERAL.....	2931
SEC. DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2935

TAQUIGRAFIA

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 16.10.2024

INÍCIO: 15h36min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES
MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS
SRA. DRA. TAÍSSA

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis

irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A., para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, aos 16 dias do mês de outubro de 2024, no Plenário 02, da Assembleia Legislativa.

Quero registrar a presença do Deputado Delegado Lucas, do Deputado Pedro Fernandes, da Deputada Drª Taíssa e também do jurídico, Doutor Doca. Convidado a Deputada Drª Taíssa para fazer a leitura da Ata.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Senhor Presidente, boa tarde a todos. Requeiro a dispensa da leitura da Ata.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata.

Antes de iniciarmos, eu gostaria de franquear a palavra aos deputados. Mas, primeiramente, quero agradecer aqui, em nome do Francisco, do Zoca, a todos os nossos amigos representantes do Soldado da Borracha.

Quero agradecer também aqui, o Sucatinha, Glades, que está nos visitando, seja sempre bem-vindo a esta Casa de Leis. Ele é uma grande liderança no município de Ariquemes. Quero cumprimentar também, o nosso amigo Jonas, que está presente, muito obrigado.

Agradecer a toda a imprensa presente, aos nossos servidores e aos técnicos. E gostaria também de comentar sobre uma longa reunião que tivemos e quero até justificar o atraso da CPI, que seria para as 14 horas, mas tivemos uma reunião que ultrapassamos o horário.

Nós fizemos uma visita institucional ao Ministério Público, mais precisamente aos Promotores do Meio Ambiente. Quero aqui agradecer a forma educada com que fomos muito bem recepcionados pelos Promotores. Tratamos de alguns assuntos relacionados à questão ambiental e passamos algumas preocupações também. É nítido, é claro, é notório que, de uns tempos para cá, teve um aperto a mais nas questões, principalmente no

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL
1º Secretário: CIRONE DEIRÓ
2º Secretário: JEAN MENDONÇA
3º Secretário: NIM BARROSO
4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Dept. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais - Whisraniely Alves do Nascimento

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO N° 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

2919

VIDE ORIGINAL <https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/>



ISABELLA LOPEZ DE SOUZA 2024.10.23 16:08:53
PINTO:04885373557 -04'00'



que se diz respeito ao Soldado da Borracha.

Foram efetuadas algumas recomendações, que nós vamos depois marcar uma reunião com o Governo do Estado e nos preocupamos muito, sabemos da importância da questão ambiental, mas nós precisamos nos preocupar também com os reflexos dessas ações. Uma das recomendações, que eu muito me preocupo, é para que a prefeitura e o Governo do Estado arrumem e deem atenção para as estradas que estão dentro das reservas.

Só que isso é preocupante, porque não afeta só a questão ambiental. Afeta direito de ir e vir, afeta a educação; são centenas e milhares de pessoas e crianças que precisam se locomover nessas estradas. Afeta a saúde, imagine uma grávida de 9 meses tendo que se deslocar para o hospital ou em caso de um acidente.

Então, são vários reflexos. E eu quero também fazer um alerta para o reflexo econômico e social. Nós estamos falando de milhares de famílias, mais de 250 mil cabeças de gado, e essas famílias tiram o seu sustento da sua terra. A partir do momento que essas pessoas não conseguirem ter direito a entrar na sua propriedade, vamos ter o caos social na cidade. Para onde que essas pessoas vão? Terá emprego para essas pessoas?

E também faço alerta econômico. O nosso Estado não tem grandes indústrias; é dependente do agro. Quem sustenta o nosso Estado é o homem do campo. A partir do momento que milhares de cabeças de gado não poderem ser atendidas e milhares de famílias ficarem seus sem os seus sustentos, isso terá um reflexo direto na economia do Estado de Rondônia.

Então, eu deixo aqui esse desabafo, essa preocupação. Nós saímos da reunião do MP preocupados; entendemos, pois, a Promotora foi muita clara e com razão, ela falou: "Olha, eu obedeço às leis, obedeço às leis." Então, vamos marcar.

Inclusive, quero convidar todos os demais deputados, não somente os que estão aqui na CPI, todos da Casa, para nós termos uma reunião com o Governador do Estado de Rondônia Coronel Marcos Rocha, passar a nossa preocupação e tentar encontrar uma saída. Na reunião agora com o Ministério Público até falei, de repente reflorestamento através de plantas nativas, viáveis economicamente: cacau, café, cupuaçu. Alternativas. Então, nós precisamos encontrar uma solução, nós precisamos de uma força-tarefa, amigos, para concluirmos a CPI.

Hoje, aqui nós vamos aprovar a convocação dos técnicos. Que técnicos? Os que estavam nas audiências. A gente precisa de comprovação. Teve audiência? Cadê foto? Cadê a comprovação? Quem estava lá? Isso é primordial. Então, hoje nós vamos fazer essas convocações e já vamos marcar reunião para a outra semana. E esse é o pensamento de todos da CPI: dar celeridade, sem nenhum erro. Saliento, gente, se tiver um erro, tudo pode ser anulado. Então, nós não podemos errar.

Obrigado pelo tempo. Passo a palavra, primeiramente, para a Deputada Drª Taíssa, que tem um compromisso, então passar primeiro a palavra para a Deputada Drª Taíssa. Quero agradecer a presença do Vereador Jacó, de Novo Horizonte do Oeste, vereador reeleito. Parabéns, amigo.

Com a palavra, Deputada Drª Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Boa tarde a todos, principalmente, os servidores da Casa, a partir das 16 horas todo mundo aqui, justamente para que possamos desenvolver os trabalhos. Ao nosso Presidente da Comissão, Deputado Alex Redano, Deputado Delegado Lucas, Deputado Pedro Fernandes e ao nosso jurista — falo nosso, Deputado Alex, porque já se tornou nosso —, o Doutor Doca e a todos que estão nos acompanhando, principalmente, da imprensa. E um boa-tarde especial ao Soldado da Borracha.

Primeiramente, parabenizar vocês, porque através da insistência, da perseverança de sempre correr atrás, de muitas vezes tirar o pouco de recurso que tem, de sair das localidades de vocês para vir aqui na Assembleia para representar outras pessoas, que às vezes não têm condições de estar aqui hoje. Eu quero dar uma boa tarde especial a todos vocês, porque quem está na ponta, quem está sofrendo, e que muitas vezes não está sendo escutado e que precisa dessa compreensão são vocês.

Dizer que hoje nós tivemos uma reunião em que eu, como parlamentar, falei bem claro da minha visão. A lei é muito fria e muitas vezes nós precisamos da função social. Nós não podemos falar apenas da legislação. Nós sabemos que muitas vezes a lei se movimenta conforme a sociedade muda. Se fosse assim, se falou tanto da questão ambiental da BR-319 que hoje há grande necessidade de ter um acesso ali da BR-319, houve uma autorização.

Então, nada mais justo também que nós possamos levar os clamores das pessoas das reservas e automaticamente mostrar que lá há homens e mulheres trabalhadores, onde tem uma economia extremamente forte e se isso acontecer de as pessoas serem realmente todas, além do patrimônio, retiradas das suas propriedades, onde essas pessoas vão ficar? Quem vai sustentar? Tem espaço na cidade? Como que as pessoas vão trabalhar? São esses questionamentos que não só eu, mas todos os deputados fizemos. Mas eu falo, porque tudo o que a gente decide tem um impacto social. E, além disso, como fica quando não tem acesso, não tem autorização para manutenção das estradas? Como que os filhos vão estudar? Será que o direito entre ter o acesso à educação é inferior ao direito ambiental? Será que o direito de ter acesso à alimentação é inferior ao direito ambiental? Então, há esses questionamentos. Até eu falo uma coisa que muitas vezes quando tem um terremoto, tem uma situação de catástrofe em outro



país, muitas vezes são vários recursos remanejados. Nós tivemos aqui na nossa fronteira do Acre, onde remanejaram vários recursos quando o Haiti sofreu. E para o nosso povo, o que nós estamos fazendo? Tirando as pessoas da propriedade? As pessoas que hoje, na minha região ali de Nova Mamoré, o segundo maior rebanho de produção de leite, de gado, hoje as pessoas não têm segurança nenhuma. Em várias propriedades, Soldado da Borracha e outros, tinha gente com o Título definitivo e hoje não têm a garantia de ter sua propriedade.

Então, assim, eu acredito, Deputado Alex, que o caminho é chamar o Executivo, montar uma comissão junto com todas as instituições e começar construir as coisas verdadeiramente, porque o povo está cansado e a gente sabe que tem toda uma proteção, que se fala bastante a nível internacional, da questão ambiental. Mas, nós não podemos esquecer não adianta ter floresta se não tem povo nem para plantar nem pra comer.

Então, é uma fala que a gente vem repetindo bastante. Fomos bem recebidos ali no Ministério Público, e assim, acredito que, com muito diálogo, a gente vai conseguir caminhar. Mas, precisamos muito de uma ação rápida, principalmente no Poder Executivo, no Governo do Estado, porque tem coisas que por mais que nós, parlamentares, possamos solicitar, é competência do Poder Executivo, é de competência da Sedam, e principalmente, precisamos estruturar a Sedam. A Sedam precisa melhorar na liberação de encargos, de documentação, de tecnologia, para que, automaticamente a população tenha uma resposta.

Então essas são minhas considerações. Eu tenho que fazer um deslocamento e também vou falar uma coisa: eu sou de uma região onde tem Reserva Rio Ouro Preto, tem lá várias aldeias indígenas. O povo lá, meu amigo, quer comer; o povo quer se vestir; o povo quer ter moto; o povo quer colocar o filho na faculdade; o povo quer ter saúde e ninguém quer ficar dentro de uma aldeia.

Ninguém quer estar dentro de uma reserva passando fome, porque é isso que as pessoas estão passando. Hoje lá na minha região — eu estive lá no domingo — tem mais de 5 mil pessoas isoladas precisando de medicação. Não tem estrada. As pessoas nas aldeias não têm energia. Quem é que quer passar por isso? Não tinha um pingo de luz. Agora que veio um projeto.

As pessoas têm que entender que só falar de reserva e só falar da questão de aldeias — tem que ter, tudo bem — mas as pessoas têm que ter condições mínimas do mesmo jeito que quem está produzindo quer produzir, ter condições melhores de vida. Quem está nas reservas também tem que ter.

Então, a gente precisa, antes de falar de toda essa situação de sustentabilidade, precisamos ter responsabilidade social. Porque só árvore, sem o básico do básico, não adianta nada. E aí quem vai passar fome e quem sente a dor, só quem está na pele. Muito obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Dra Taíssa. Passo a palavra agora ao Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Uma boa tarde a todos. Quero aqui cumprimentar o Deputado Alex Redano, nosso Presidente da Comissão; a Deputada Dra Taíssa, que está aqui conosco; o Deputado Delegado Lucas, que também tem contribuído muito nesse processo.

Realmente hoje foi um dia importante para nós parlamentares. Quero aqui agradecer ao Deputado Luis do Hospital, também, que esteve conosco. E o apoio de vários parlamentares. Deputado Laerte Gomes que deu um apoio para a gente; não foi lá na reunião do Ministério Público, a Deputada Ieda Chaves também e falou que quer construir junto com a gente esse processo, para a gente estar sempre buscando mais parceiros.

Quero aproveitar aqui, cumprimentar o Senhor Aluizio, morador lá do Soldado da Borracha. Quando ele adquiriu a propriedade dele, ninguém nem sonhava que um dia iria se transformar nessa situação. Colocou todos os seus sonhos lá, todos os investimentos, toda uma história; é um homem que "pula cedo", trabalha e cuida da sua propriedade com muito zelo, com muito carinho. E está aí, correndo atrás, vindo aqui nesta Casa, buscando nosso apoio. Então, isso aí é uma coisa que, às vezes até nos emociona, e tem alguns discursos incisivos nessa cobrança por alguma coisa.

Está o senhor Carmo aí também, conhecido meu, amigo, que também tem propriedade lá. Uma pessoa que batalhou, sofreu e hoje está aí nessa situação.

Então, o Zoca, ali também. O Zoca, a situação dele ainda é mais complexa, é uma situação do Soldado da Borracha, onde ele tem um projeto de manejo aprovado pela Sedam e não pode tirar esse projeto. Como é que um órgão ambiental autorizou, fez o Autex (Autorização de Exploração Florestal), fez toda a documentação, Deputado Delegado Lucas? Então, a gente vê que tem muitas coisas ali que não condizem com a realidade.

O Francisco também que está lá Presidente da associação, encabeçando essa caminhada, sempre tem acompanhado o nosso trabalho.

Esta CPI aqui, a gente já ouviu essa população. Quero aqui agradecer ao Deputado Alex Redano, por disponibilizar o Doutor Doca, que é uma pessoa que tem contribuído muito nesse processo, principalmente eu, que estou à frente dessa relatoria, a gente tem feito vários trabalhos em conjunto com a nossa equipe. Ao Doutor Felipe, a toda a nossa equipe do gabinete, a equipe do gabinete do Delegado Lucas, do Deputado Alex Redano, da Deputada Dra Taíssa, todo mundo empenhado nesse trabalho da CPI.

A essa CPI, a gente agora vai dar um novo encaminhamento, não é, Deputado Alex Redano, de convocar as pessoas para serem ouvidas aqui. Então, é um momento de a gente ouvir o outro lado da moeda. Nós estamos caminhando bem. Fizemos aqui um acordo

de acelerar os trabalhos da CPI para que, o mais breve possível, possamos fazer o relatório final e fazer os encaminhamentos.

A reunião do Ministério Público, a gente viu que eles nos recepcionaram. Sentimos, também, preocupação, porque é um problema de todo o Estado de Rondônia, mas como eles são os guardiões da lei, eles têm um posicionamento que é combativo em algumas questões, mas pelo menos nos ouviram. Levamos todas as nossas amarguras, o que a gente ouve da população, porque às vezes a pessoa fica isolada unilateralmente, não ouve o que está acontecendo com as pessoas que convivem com a gente o dia a dia.

Eu convivo com as pessoas lá do Soldado da Borracha, como o Deputado Lucas, que foi delegado em Buritis por muitos anos. E quando ele era delegado, ele tinha o trabalho dele, era dentro daquelas comunidades, convivendo com aquele povo. Conheceu, quando as pessoas entraram lá com o cacaio nas costas — não é, Deputado Lucas? —, muitas vezes na picada, no sofrimento, e hoje está aí representando essa população e nós trabalhando juntos, porque essa união aqui é que nos dá coragem para seguir em frente.

Como o Alex falou, precisamos dessa reunião com o Governador, chamar ele para essa responsabilidade, que ele é o nosso gestor principal do Estado de Rondônia. E o povo está dentro desse contexto. Tem pessoas envolvidas nesse processo, são vidas, são pessoas que estão dentro dessas áreas, com a emoção, muitas vezes, à flor da pele. Na situação de Buritis já ocorreram até fatos para ao extremo. E essa é a preocupação que a gente tem.

Então, Deputado Lucas, Deputado Alex, estamos aqui fazendo esses encaminhamentos. Vamos dar seguimento. Passo aqui ao Presidente Deputado Alex para dar seguimento na nossa reunião.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Parabéns pelas palavras, nobre Deputado Pedro Fernandes. Passa a palavra agora ao Excelentíssimo Senhor Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS – Cumprimentar todos os presentes. Eu serei bem objetivo para a gente poder prosseguir com a nossa reunião. Só pontuar aqui, todos já falaram, foi muito bem dito, da nossa reunião hoje do Ministério Público. Nós temos essa preocupação aqui muito grande quanto a essas recomendações e os efeitos delas diretamente contra essa população que se encontra nas unidades de conservação.

Não é porque essa população está em uma área que hoje, pela lei, é considerada uma área de domínio público, que não é permitido nenhum tipo de desenvolvimento econômico, que eles não podem mais ser tratados como seres humanos, que eles se desvestem da roupagem de seres humanos. Eles sempre serão seres humanos e precisam de ter dignidade humana para continuar trabalhando, para ter sua subsistência, enquanto que o Estado opta ou não por retirá-los de

lá, de qual forma isso vai ser feito, que seja de uma maneira, então, respeitando a dignidade humana.

Nós temos aí, inclusive, pareceres de Procuradorias federais, de outras Promotorias, etc., nesse sentido. Então, há um duelo aqui, uma colisão entre atribuições institucionais. Porque, enquanto a Promotoria Ambiental fala que não pode ter uma estrada, uma outra Promotoria, um outro Ministério Público de outra instância diz que se o prefeito não garantir que as crianças daquela região tenham acesso ao estudo, ele vai ser penalizado.

Então, você vê que a gente não pode analisar o direito em tiras. Tem que ser avaliado sempre a conjuntura total da norma para que, ao final de tudo, o interesse difuso e coletivo seja atendido na sua essência. Aí a gente sempre lembrando que o elemento humano não pode ser preferido. É claro que o ambiental, ninguém está dizendo aqui que deve ser colocado em segundo plano e esquecido. Mas, a solução que o Ministério Público às vezes apresenta, se é que a gente pode falar que é uma solução, seria a retirada de 100% de todo mundo e a recuperação total da área ambiental da mata e da floresta em áreas que estão pesadamente antropizadas há muitos décadas.

Enquanto que uma solução razoável, já que os moradores acreditam que a maior parte deles concorda que a permanência lá será, não há outra alternativa que não havendo a possibilidade de permanecer, que não haja uma compensação, que não haja uma recuperação de área degradada, uma recomposição. Todos são cientes disso. A gente não engana ninguém. Nós sabemos das normas federais, o Código Florestal vigente; nós sabemos do que o Congresso já se posicionou a respeito, os tribunais.

Então, eu acho que deveria caminhar, é claro, naturalmente, para um entendimento no sentido de que quem vai preservar essas áreas é quem já está lá. A área já está ocupada, a área já está consolidada, a área já está degradada e já tem uma pessoa lá com a sua família tomando conta dessa área.

Se for feito um acordo que essa família, esse proprietário, poderá recompor parte dessa área, estamos aí, sim, efetivamente, fazendo o bem para o meio ambiente, porque estaremos recompondo áreas, reflorestando e estaremos então solucionando um problema, no qual o meio ambiente ganha e as famílias, então, serão atendidas e o Estado de Rondônia poderá continuar prosperando.

Porque o retrocesso econômico e social proveniente dessa medida que o Ministério Público tenta promover através das recomendações, é incabível no ponto de vista socioeconômico.

Então, para ser objetivo, eu acredito que nós temos que encaminhar, assim como já foi dito por todos os colegas que me antecederam, em uma reunião com o Governador, que como gestor maior do Estado de Rondônia, do Poder Executivo, possa dizer qual é a sua posição, qual é a posição oficial do governo a respeito dessas áreas. E como ele vai se propor, se posicionar e

atuar doravante.

Mas agora aqui, voltando para o cerne do escopo, do diapasão principal da nossa CPI, que é dar o andamento para a ver a legalidade dos Decretos, eu acredito que devemos então prosseguir, Presidente e Relator, para que nós possamos ter uma conclusão o quanto antes.

Eu acho que fica, após a promulgação dessas recomendações, claro, que nós não temos tempo a perder. O senso de urgência está a nossa porta, não se ligou apenas uma luz amarela, podemos dizer que é praticamente uma luz vermelha, então nós temos que correr contra o tempo porque a conclusão dessa CPI, hoje, é mais urgente do que jamais foi.

Então, eu proponho aqui, Presidente e Relator, que nós possamos unir esforços e por mais que seja dispendioso, que nós coloquemos para terminar o quanto antes essa CPI, e façamos todos um esforço conjunto, para que nós possamos chegar à conclusão, e quem sabe, a partir daí dar uma luz de esperança, de justiça para a nossa população do Estado de Rondônia.

Eu estou à disposição, no nosso gabinete, para que nós possamos enveredar os esforços necessários para concluir o quanto antes, acelerando a previsão de conclusão da CPI.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Passo a palavra agora para o nosso jurídico, que não é mais somente meu, é nosso. Doutor Doca, na verdade, eu e o Doutor Doca nós estamos juntos já desde muito, muito tempo, desde a vereança. Ele nos acompanhou como deputado e hoje, nós estamos emprestando o Doutor Doca, que na verdade, é nosso jurídico.

Quero agradecer, Doutor Doca, está sempre nos orientando. É um advogado realmente dedicado, mergulha nos assuntos envolvidos. E hoje, se tornou um expert nessa questão fundiária, nessa questão das Reservas. E deixo aqui a nossa gratidão, em nome de todos da CPI.

Com a palavra, Doutor Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Obrigado pelas palavras tão elogiosas.

Bom tarde aos senhores, a todos os presentes, senhores deputados.

Eu gosto sempre de reiterar que a minha manifestação verbal aqui nas reuniões, decorre de uma autorização que ficou entabulada lá no nosso plano de trabalho, pois a palavra aqui, só é tecnicamente, regimentalmente dos deputados. Mas, para manifestação técnica, a gente colocou esse dispositivo lá no nosso plano de trabalho inicial.

Antes de a gente entrar na pauta dos próximos passos da CPI, eu vou trazer um tema - não é que seja alheio à CPI porque tem correlação. Esse fato já foi reiteradamente trazido aqui pela Comissão, inclusive

pelo deputado, que esses Decretos surgem de forma açodada, por conta de uma Emenda Constitucional, de uma Proposta de Emenda Constitucional, que o Deputado Alex Redano apresentou à época, colocando vários artigos da Constituição, dispositivos que vetavam Unidades de Conservação por meio de Decreto, que teriam que ser necessariamente apreciados pela Assembleia Legislativa.

Evidentemente que na data da aprovação dessa Emenda, no dia seguinte, antes mesmo dela ser promulgada, teve a edição desses 11 Decretos de criação, isso aí já é uma história já contada e recontada, mas o que me faz trazer o tema, deputado, o que me traz a esse tema, é que a Emenda 126, do Deputado Alex Redano, a Emenda à Constituição, foi declarada inconstitucional.

Epasmem, a Ação Direta de Inconstitucionalidade original, tinha como pedido a inconstitucionalidade dos 11 Decretos Legislativos, mas uma Lei Ordinária, de autoria do Deputado Maurão de Carvalho, à época. E a Emenda Constitucional para efeito de restrição, não impôs, ela não tem nenhum efeito sobre a criação dos 11 Decretos. Porque a Emenda Constitucional foi editada posteriormente à edição dos Decretos. Portanto, não se aplicava a regra de submeter toda a matéria ambiental à apreciação da Assembleia Legislativa.

Ainda decorre que, no caminhar do processo - essa era uma informação que eu desconhecia -, eu confesso que ela foi trazida por um dos moradores lá da Unidade de Conservação do Soldado da Borracha e, por arrastamento na decisão final foi declarada inconstitucional. E hoje, quando a gente faz a consulta na Constituição do Estado, está lá: a Emenda Constitucional 126 foi declarada inconstitucional.

Eu estou averiguando o processo, todos os autos, amiúde, e vendo com a assessoria jurídica e a advocacia da Casa o que pode ser feito. Essa matéria não foi enfrentada contraditório dela, pois ela não era o pedido original pela Casa. Portanto, é uma matéria que a gente vai precisar tratar junto à Advocacia-Geral da Casa, que é quem tem legitimidade para figurar nas ações em que leis estaduais e emendas constitucionais são questionadas como inconstitucionais. Era esse o recado.

Então, para a gente concluir, os deputados se reuniram aqui e nós vamos fazer um mutirão de, no máximo, três reuniões ou quatro para a gente encerrar essa Comissão, até porque o prazo finda com esse período legislativo. Logo, nós temos um Requerimento, deputado, que você vai encaminhar para aprovação da convocação dos técnicos e engenheiros, que em tese, consta nos autos que trabalharam nos estudos dos processos administrativos para a criação dessas 11 Unidades de Conservações.

A gente vai aprovar essa convocação, deputados,



Presidente e Relator, e, quando aprovada, nós vamos encaminhar um por um. Talvez não estejam todos aqui, porque tem gente que não faz mais parte do corpo técnico da Sedam, mas nós vamos localizá-los.

Na realização dessas oitivas nós já ouvimos todo o pessoal da Unidades de Conservações, e na oitiva dessas pessoas, a gente já marca - não estão todos que serão ouvidos esses são apenas os técnicos-, nós ouviremos os Secretários de Meio Ambiente da época e outros técnicos.

São essas as considerações de ordem técnica, bem objetivas. Nós vamos reunir com a sua equipe técnica-jurídica com a do Deputado Delegado Lucas e vamos elaborar um roteiro, e evidentemente vocês coletarão os depoimentos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Temos os Requerimentos? Vamos, então, aos Requerimentos. Passo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes para fazer a leitura.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Requerimento para convocação para a oitiva dos servidores abaixo elencados dia 23 de outubro de 2024, às 14 horas.

Tem alguma sugestão dos deputados? Dia 23 de outubro de 2024, às 14:30, quarta-feira que vem, de acordo Deputado Alex?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu vou participar de forma virtual. Está de acordo.

O SR. DELEGADO LUCAS – De acordo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vamos convocar, vou relacionar o nome das pessoas, e a gente aprova o Requerimento da data, horário e o nome das pessoas.

Vou requerer que compareça e que a nossa equipe técnica faça contato e convoque:

1. Isadora Araújo Chagas, Engenheira Florestal.
2. Dalita da Silva Rover, Engenheira Florestal.
3. Dárius Augustus Váquer Araújo e Osvaldo Castro Oliveira, Extrativista.
4. Priscila Rocha, Engenheira Florestal.
5. Paulo Sérgio Lima, Gestor Ambiental.
6. Elli Winte Shockness, Engenheiro Florestal.
7. Sebastiana Socorro da Silva Almeida, Engenheira Florestal.
8. Márcio Antônio Nunes Brandão, Engenheiro Florestal.
9. Silvia Gonçalves, Bióloga.

Essas pessoas estão convocadas para comparecer no dia 23 de outubro de 2024, quarta-feira, às 14:30 para serem ouvidos aqui no Plenário 2, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Passo para o Presidente colocar o Requerimento em apreciação.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Alguém para discutir o Requerimento? Não havendo, coloco em apreciação.

Como vota, Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS – De acordo.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Como vota, Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Também voto “sim”. **Fica aprovado o Requerimento.** Alguma consideração?

Quero mais uma vez agradecer aqui os nossos amigos do Soldado da Borracha. Hoje o tema principal foi Soldado da Borracha, também a Resex, mas foi mais falado do Soldado da Borracha.

Eu penso que o próximo passo agora é marcarmos uma reunião com o Governador, para ele passar o posicionamento dele e nós passarmos os nossos sentimentos para o Governo do Estado. O Deputado Pedro Fernandes já conversou com o líder do governo, Deputado Laerte, e essa é uma ação não somente dos deputados da CPI.

Eu penso que quanto mais deputados estiverem envolvidos melhor, porque é uma ação que não reflete somente dentro do Soldado da Borracha, dentro da Resex, dentro de Minas Novas, reflete em todo o Estado de Rondônia.

Hoje, nós comentamos sem exagero - não é, Deputado Delegado Lucas? -, se não tiver uma solução da questão de Minas Novas, da Resex, acaba a cidade de Buritis. Nós sabemos que grande parte da economia de Buritis depende de Minas Novas. E Cujubim também. Afeta muito Cujubim. Então, nós não estamos aqui falando apenas das reservas, nós estamos falando da economia do Estado de Rondônia, nós estamos falando de cidades inteiras que serão afetadas. Isso vira uma bola de neve.

“Ah, mas Buritis tem outras áreas.” Mas o reflexo é tão forte que vira uma bola de neve, um desânimo e, praticamente, quebra a cidade. Então, nossos governantes e demais autoridades, Poder Judiciário têm que ter noção dos reflexos negativos que essas decisões de agora podem ter em um futuro bem próximo. Deus nos proteja.

Sob a proteção de Deus, encerro a presente reunião. Obrigado a todos.

(Encerra-se esta Reunião às 16 horas e 19 minutos)



SECRETARIA LEGISLATIVA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI



A Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofilica Investimentos Ambientais S.A, para o desenvolvimento de projetos de conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o art. 58, § 3º da CF, c/c art. 36, § 2º, inciso III, e § 3º da Constituição Estadual, convoca para o dia 30/10/2024, as 14:30 h. os servidores e profissionais abaixo elencados, para prestar esclarecimentos acerca de relatórios e documentos insertos nos processos administrativos que deram origem a criação das 11 (onze) unidades de conservação objeto da investigação dessa comissão.

Convocados:

1. Isadora Araújo Chagas - engenheiro florestal _____
2. Dalita da Silva Rover - engenheiro florestal _____
3. Dárius Augustus Váquer Araújo – extrativista _____
4. Osvaldo Castro Oliveira – extrativista _____
5. Priscila Rocha - engenheiro florestal _____
6. Paulo Sérgio Lima - gestor ambiental _____
7. Elli Winte Shockness - engenheiro florestal _____
8. Sebastiana Socorro da Silva Almeida - engenheiro florestal _____
9. Márcio Antônio Nunes Brandão - engenheiro florestal _____
10. Sílvia Gonçalves – Bióloga _____

DEPUTADO ALEX REDANO
PRESIDENTE/CPI/ATO P Nº 008/2023

2941

VIDE ORIGINAL <https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/>



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



**ATA REUNIÃO DA 12^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, COM A
FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11
(ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE
RONDÔNIA, BEM COMO DOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS
EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E
BIOFILICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A., PARA O
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E
EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.**

Às Quinze horas e vinte e três minutos do dia trinta de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Plenário da Assembleia Legislativa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. Sob a presidência do Senhor Deputado Alex Redano e presenças dos Senhores Deputados: Pedro Fernandes e Dra. Taíssa. Participou como convidado o Senhor: João Francisco dos Santos - Assessor Técnico. Estiveram ausentes os Senhores deputados Jean Oliveira, Delegado Lucas e Cirone Deiró. Havendo número regimental o Senhor Presidente deu início a reunião. O senhor presidente solicitou a Senhora Deputada Dra. Taíssa que realizasse a leitura da ata de reunião anterior, que após lida foi aprovada por unanimidade. Os senhores deputados presentes fizeram uso da palavra. Ato continuo, o senhor presidente solicitou que fosse realizada a leitura



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



do expediente recebido: Documento elaborado pela Associação dos produtores rurais e pecuaristas soldado da borracha, que encaminha documentos e mídias visando auxiliar os trabalhos da comissão. Ato continuo o senhor presidente colocou em discussão e deliberação os seguintes requerimentos de autoria do deputado Pedro Fernandes: Requer ao cartório de registro de imóveis 1º Ofício da Comarca de Porto Velho que faça a expedição e forneça as certidões de consulta de todas as matrículas, bem como o inteiro teor de cada uma delas relativo ao projeto Fundiário Alto Madeira, Gleba Jacundá, Setor Manoa, pertencentes a base territorial de Porto Velho. Observando que as referidas certidões sejam expedidas de forma digital e encaminhada a essa comissão parlamentar de inquérito através do e-mail designado. Sendo aprovado por unanimidade. Requer a participação do técnico de assessoria jurídica, assim como já aprovado em plano de trabalho, concedendo-lhe o uso da fala para prestar esclarecimentos e indagações aos depoentes nessa sessão de oitivas. Sendo aprovado por unanimidade. Após as aprovações dos requerimentos, passou-se as oitivas, através de termo de declaração, dos seguintes representantes: Isadora Araújo Chagas - Engenheira Florestal Cpf [REDACTED] 9.692-19, Dalita da Silva Rover - Engenheira Florestal CPF [REDACTED] 1.062-72, Dárius Augustus Váquer Araújo- Extrativista CPF [REDACTED] 9.942-34, Priscila Rocha - Engenheira



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



Florestal CPF [REDACTED] 6.002.30, Sebastiana Socorro da Silva Almeida - Engenheira Florestal CPF [REDACTED] 0.692-04, Márcio Antônio Nunes Brandão - Engenheiro Floresta CPF [REDACTED] 2.342-87, Sílvia Gonçalves - Bióloga CPF [REDACTED] 9.749-87. Os depoimentos foram taquigrafados e juntados aos autos do processo. Nada mais havendo a tratar, e para constar o Senhor Presidente determinou a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente. Às dezoito horas e sete minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, BEM COMO NOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E BIOFILICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.

PRESENÇA

REUNIÃO: 12º

DATA: 30 / 10 / 2024

HORÁRIO: 15 / 23

DEP. JEAN DE OLIVEIRA _____

DEP. CIRONE DEIRÓ _____

DEP. ALEX REDANO _____ *Alex*

DEP. PEDRO FERNANDES _____ *PF*

DEP. DELEGADO LUCAS _____

DEP. DRA. TAISSA *Jessica dos S. Souza*

CONVIDADOS:

DEP. _____

DEP. _____

DEP. _____



Av. Farquhar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO |
CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 |
www.al.ro.leg.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO ATO P N° 008/2023-LEG/ALE,
DA DECÍMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA.**

Lista de presença convidados:

Data: 30/10/24

Hora: 15:23

Nome: Isadora Araújo Chagas: DE FORMA REMOTA

Órgão/Função: _____

Telefone: _____

Nome: Dalita da Silva Rover:

Órgão/Função: Dalita Rover

Telefone: 69- 99215 [REDACTED] - CPF 842.499-72

Nome: Dárius Augustus Váquer Araújo

Órgão/Função: SEDAH/ESPECIALISTA EN DES. AMBIENTAL

Telefone: (69) 99303- [REDACTED] CPF- [REDACTED] 9.942-34

Nome: Osvaldo Castro Oliveira:

Órgão/Função: _____

Telefone: _____

Nome: Priscila Rocha: DE FORMA REMOTA

Órgão/Função: _____

Telefone: _____



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



Nome: Paulo Sérgio Lima

Órgão/Função: _____

Telefone: _____

Nome: Eli Winte Shockness

Órgão/Função: _____

Telefone: _____

Nome: Sebastiana Socorro da Silva Almeida

Órgão/Função: IBAMA / SUPES - RO

Telefone: (69) 98418-2380 CPF: 180.692-04

Nome: Márcio Antônio Nunes Brandão: DE FORMA REMOTA

Órgão/Função: _____

Telefone: _____

Nome: Sílvia Gonçalves: DE FORMA REMOTA

Órgão/Função: _____

Telefone: _____



Av. Farquhar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO |
CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 |
www.al.ro.leg.br



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO



ANO XIII

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 08 DE NOVEMBRO DE 2024

Nº 207

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3225

TAQUIGRAFIA

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 30.10.2024

INÍCIO: 15h22min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES
MEMBROS: SRA. DRA. TAÍSSA

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A., para o desenvolvimento

de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, aos 30 dias do mês de outubro de 2024, no Plenário, da Assembleia Legislativa.

Com a presença aqui dos nossos deputados. O Deputado Pedro Fernandes, que é o relator dessa importante CPI, também aqui presente a querida Deputada Drª Taíssa, deputada muito dedicada, principalmente nessas questões ambientais. Tanto o Deputado Pedro, quanto a Deputada Drª Taíssa são moradores onde está o olho do furacão. O Deputado Pedro, de Cujubim, onde está o Soldado da Borracha, que é uma grande injustiça, são milhares de famílias que estão com uma insegurança jurídica muito grande e a Deputada Drª Taíssa, Minas Novas, Resex Rio Pardo, região de Nova Mamoré, Jacinópolis.

E, justificar a ausência do Deputado Delegado Lucas, ele teve uma importante reunião, está a trabalho neste momento, se deslocando para uma importante reunião, mas tem contribuído muito. E também os demais membros da CPI, deixo aqui a nossa gratidão.

Quero agradecer a presença dos nossos amigos aqui, a Senhora Sebastiana Almeida, Analista Ambiental, muito bem-vinda. Obrigado.

O Senhor Dárius Augustus, obrigado meu irmão, já participou conosco diversas vezes. A primeira? Não me é estranho esse nome. Já participou de alguma audiência representando a Sedam? Não? É especialista em desenvolvimento ambiental, representando a Sedam. Minha amiga Dalva Freitas, da Ponta do Abunã, Presidente da Asprecam (Associação dos Produtores Rurais e Extrativistas do Rio Castanhas e Madeira do Abunã). Parabéns pelo trabalho. Obrigado.

Minha querida amiga Dalita Rover, que hoje nós estaremos te ouvindo, que é engenheira florestal. Trabalhou aqui conosco na Casa, uma excelente profissional. Obrigado pela presença.

Meu amigo Francisco Andrade, Presidente da Associação Soldado da Borracha. Parabéns, Francisco.

Prefeito de Campo Novo, cumprimentamos.

Vereador Herlon Santos, Presidente da Câmara de Cujubim. Está na presidência lá? Estou acompanhando. Parabéns pelo trabalho.

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL
1º Secretário: CIRONE DEIRÓ
2º Secretário: JEAN MENDONÇA
3º Secretário: NIM BARROSO
4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miraniilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais - Whisraniely Alves do Nascimento

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITuíDO PELA RESOLUÇÃO N° 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO

3188

VIDE ORIGINAL <https://transparencia.al.ro.leg.br/Diario/>





O Jorge Ferreira, vice-presidente da associação Aspream. Obrigado pela presença.

Agradecemos todos os membros da Aspream e Soldado da Borracha.

Só comuniquei ao Cerimonial aqui, que a gente conhece as pessoas. Não está anotado, mas eu quero aqui agradecer imensamente a visita de dois grandes amigos, o Haroldo, que é vereador de Cujubim, o olho do furacão. Obrigado pela presença. E de forma especial, meu grande amigo, meu representante no Município de Cujubim, meu assessor, que é o Jonas da Feira. E agora também foi eleito. Jonas já foi vereador. Estava aí nos representando, e agora será vereador novamente. Parabéns. Parabéns. Acompanho de perto o trabalho e gratidão por sempre levar o nosso nome. As maiores emendas que eu tenho lá em Cujubim foi a pedido do Jonas, que é a feira. Então já leva o nome "Jonas da Feira". Obrigado pela presença, meu irmão.

Também agradecer a presença de Ricardo Botelho, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Ricardo Botelho, obrigado pela presença.

Todos que não foram mencionados, gente, obrigado pela presença de cada um de vocês. Está aqui o Zoca. Agradecer mais uma vez aqui em nome do Zoca todos os amigos do Soldado da Borracha. Agradecer a paciência também. Sei que não é fácil e sei o quanto está todo mundo sofrendo. Francisco sempre me liga angustiado, e é natural isso. Imagina você da noite para o dia ter a sua segurança jurídica ameaçada, a sua terra, a sua casinha. Então, é natural essa angústia. E esperamos em Deus que consigamos amenizar essa situação.

Por favor, gostaria de pedir para a nobre Deputada Dra Taíssa a leitura da Ata da última reunião.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Uma boa tarde especial a todos presentes, aos vereadores, às lideranças, aos presidentes de associação, ao nosso presidente tanto da Comissão, como futuro Presidente da Assembleia Deputado Alex Redano. E também ao meu colega de Parlamento Deputado Pedro Fernandes. E a todos os servidores desta Casa e a quem nos acompanha de forma on-line.

(Procede à leitura da ata da reunião anterior)

Lida, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Por favor, registrar o material de Expediente recebido.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Quero, primeiramente, agradecer a Deus por mais uma oportunidade de estarmos aqui. Cumprimentar o Francisco, Presidente da Associação do Soldado da Borracha, acompanhado pelo Nego do Cargo, o senhor Aloísio e Zoca. Hoje tivemos reuniões importantes tratando desse assunto, que não é tão fácil.

Quero cumprimentar o Presidente da Câmara de Cujubim, o Vereador Herlon, parabenizar pela reeleição;

cumprimentar o Vereador Jonas, que volta de novo a ser vereador. Parabéns Jonas pela eleição; Vereador Haroldo, também está aqui, parabenizar pela reeleição. Saíram de uma campanha há poucos dias e estão aqui em Porto Velho participando desses processos. Cumprimentar a todos presentes, as pessoas que vieram para serem ouvidas. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Recebemos o material que vai ser anexado ao processo.

"Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a criação de 11 Unidades de Conservação.

Associação dos Produtores Rurais e Pecuaristas Soldado da Borracha, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 16.640.425/0001-03, com sede no Lote 1, Gleba 07 – Jacundá, Setor Manoa Projeto Fundiário, zona rural do Município de Cujubim/RO, vem pelo presente expor e ao final requerer o que segue:

A Associação representa os moradores do Projeto Fundiário Alto Madeira, Gleba Jacundá, Setor Manoa, de conhecimento público que sobre esta área, um dos decretos objetos da investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito criou a Estação Ecológica Soldado da Borracha.

Por essa razão, estamos oficialmente encaminhando a essa Comissão de através de mídia e documentos digitalizados, vídeo do senador Confúcio Moura, então governador à época, em entrevista ao canal SIC TV, no qual, infelizmente declarações distorcidas da realidade dos fatos, imputam aos moradores/proprietários daquelas áreas, a pecha de grileiros, invasores e destruidores do meio ambiente...

Os documentos que oportunizamos o encaminhamento visa auxiliar os trabalhos da Comissão, e, também esclarecer à população e os setores midiáticos que os fatos narrados e justificações para criação da unidade de conservação no Soldado da Borracha não passam acusações gravíssimas sem fundamento probatório e legal.

Pelo exposto, requer a juntada da presente mídia e documentos aos autos.

Termos em que pede deferimento.

Porto Velho/RO, 17 de outubro de 2024.

Antonio Francisco de Andrade – Presidente-ASPROMUC".

Passo ao Presidente para solicitar... isso precisa votação para anexar ou a gente só acolhe?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Deputados é o seguinte: esse é um documento – que a CPI recebe todo e qualquer tipo de documento –, um documento encaminhado pelas pessoas que têm interesse, é uma mídia de vídeo. Evidentemente, que nós já vimos antes, é um recorte, mas iremos disponibilizar para não ficar uma coisa contextualizada, a íntegra do vídeo, e já que nós recebemos, a CPI acolhe. E uma mídia que está disponibilizada no canal SIC TV, então



não tem segredo, nem nada, podemos acolher e exibir a mídia, se for o caso, ok?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Ok. Vamos exibir.

(Apresentação de vídeo no telão)

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Ok, deputados. O vídeo é uma entrevista bem extensa e eu vou pedir, posteriormente, que a Assembleia disponibilize, no mesmo link da transmissão, o vídeo na íntegra que consta da entrevista da SIC TV, ok?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Passo a palavra agora aos deputados, ou se quiserem deixar...

Desculpa, tem mais material para ser aprovado? Aqui na ordem do roteiro está a palavra dos deputados.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca)

Nós recebemos materiais agora há pouco, em decorrência, por exemplo, do vídeo. A Associação dos Produtores Rurais e Pecuaristas Soldados da Borracha fez um requerimento com Inteiro Teor para levantar todas as matrículas do Soldado da Borracha, a fim de encaminhar à CPI como instrumento de prova de que aquela área é uma área titulada, estruturada, com Títulos expedidos desde de 1982.

E uma parte dessas matrículas estão nos dois Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca de Ariquemes, e outra parte está na Comarca de Porto Velho. A Comarca de Ariquemes não teve objeção em fornecer a relação dessas matrículas. Mas, eles encontraram dificuldade com uma resposta negativa ao requerimento da associação, em relação ao Cartório do Primeiro Ofício da Comarca de Porto Velho.

Eu gostaria de sugerir, deputados, à Comissão que elaborasse um Requerimento via CPI para que fosse disponibilizado, como instrumento de prova à essa Comissão, a relação dessas matrículas com o Inteiro Teor delas. Até porque não existe sigilo na matrícula dos registros de imóveis; é de direito público.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vou fazer o requerimento e o Presidente coloque em votação.

Requerimento para ao Cartório de Registro de Imóveis do Primeiro Ofício da Comarca de Porto Velho, para que faça a expedição e forneça a certidão de consulta de todas as matrículas, bem como o Inteiro Teor de cada uma delas relativo ao projeto fundiário acima descrito (Projeto Fundiário Alto Madeira, Gleba Jacundá, Setor Manoa), pertencentes à base territorial de Porto Velho. Observando que as referidas certidões sejam expedidas de forma digital e encaminhadas por e-mail para a Comissão, que irá fornecer o e-mail no documento expedido aqui pela nossa CPI da Assembleia Legislativa. Então, solicitando essa documentação ao Cartório de Registro de Imóveis do Primeiro Ofício de Porto Velho.

Presidente, vamos pôr em votação o Requerimento?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em votação o Requerimento. Como vota a nobre Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto "sim", Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Deputado Pedro Fernandes, como vota?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também voto "sim".

Fica aprovado o Requerimento.

Tem um novo Requerimento Deputado Pedro? Por favor, pode fazer a leitura?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Requerimento autorizando a participação do técnico da Assessoria Jurídica, de acordo já aprovado no plano de trabalho, para o uso da fala e prestação de esclarecimentos e indagações aos depoentes nessa sessão de oitivas.

Vamos aprovar esse Requerimento. Coloque em votação, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Coloco em votação. E eu acho muito justo e vai nos ajudar muito. O Doutor Doca é um advogado muito, muito dedicado à causa, tem contribuído muito com a CPI, com vários trabalhos aqui na Casa. Então, é importante a aprovação deste Requerimento.

Como vota a nobre Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota, Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Voto "sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Também voto "sim". **Fica aprovado o Requerimento.**

Vamos deixar as falas dos deputados para o final e vamos dar início. Eu passo a palavra então, já aprovado agora, para o Doutor Doca dar início às oitivas.

Quero, mais uma vez, agradecer, em nome da nossa amiga Dalita, a presença de todos vocês aqui. É de suma importância esclarecer os procedimentos, tirar qualquer dúvida da CPI. Então, mais uma vez, muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Pela ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, Deputada Drª Taíssa.

A SRA. DRA TAÍSSA – Eu só peço a gentileza, Doca, para a gente começar a indagar a Sebastiana, que ela parece que tem uma consulta e começar as indagações por ela. Por uma questão de consulta, está tão difícil essa questão de saúde. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. Com a palavra, Doutor Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Deputado, antes de iniciar, eu quero trazer aqui um esclarecimento. As pessoas que serão ouvidas hoje, nós qualificamos, nós convocamos e serão ouvidas como testemunhas.

Então, as pessoas que são ouvidas como testemunhas precisam prestar o compromisso de fazer a verdade. Havendo verdade pelo sistema que foi feito aqui, não é nem o sistema correto, porque as testemunhas, não sei se vocês participaram, tem algum advogado, as testemunhas ficam em apartado, são chamadas uma a uma, para que uma não ouça o depoimento da outra para não ficar aquela coisa encaminhada. Mas, não faria sentido nós ouvirmos vocês aqui apenas como informantes, porque não teriam o compromisso de dizerem a verdade. Tampouco vocês também são indiciados, que teriam o direito de se calarem e optarem por não responder.

Então, vocês não são indiciados, vocês estão aqui como testemunhas para prestar esclarecimentos nos processos administrativos que deram origem à criação dessas 11 unidades de conservação. Vocês são técnicos, na sua maioria engenheiros, biólogos, são técnicos da área e vão prestar esclarecimentos às questões relativas aos processos.

De início, eu não vou conduzir o interrogatório, ou apenas auxiliar e complementar naquilo que falte, porque isso é um mister dos deputados, mas conforme aprovado o Requerimento agora há pouco, eu estarei auxiliando e intervindo quando eu compreender necessário, de forma técnica. Então, os deputados têm um roteiro em mãos, vão conduzir, naquilo que restar alguma lacuna para esclarecer eu intervinho. Ok? Compreendido pelos senhores?

Deputada Drª Taíssa ou Deputado Pedro Fernandes, os dois o mesmo roteiro de questionamento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Pedro, com a palavra.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Vamos falar aqui da Lei 9.985/2000 da criação e implantação e gestão de unidades de conservação. Então, essa lei e o decreto que regulamenta a criação de unidade de conservação, Decreto 4.340/2022, a categoria de manejo, objetivos, etc. A gente vai iniciar o interrogatório. Eu vou

passar para a Deputada Drª Taíssa, e vamos ouvir agora a Dona Sebastiana.

Deputada Drª Taíssa, pode iniciar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Obrigada. Só reforçar que todos aqui, como o Doutor Doca relatou, estão como testemunhas para prestar esclarecimentos sobre os atos e eventos ocorridos dentro dos processos administrativos que deram origem a criação de 11 unidades de conservação sob investigação desta CPI. Estão cientes?

Dona Sebastiana, gostaria que a senhora me esclarecesse efetivamente, quando a senhora esteve nas unidades de reserva, com data, pelo menos se a senhora se recorda o ano e o mês que a senhora esteve nessas unidades de reserva com data, pelo menos se a senhora se recorda o ano e o mês que a senhora esteve?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só antes do início, Dona Sebastiana, a senhora por favor diga o seu nome e a ocupação.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – O meu nome é Sebastiana Socorro da Silva Almeida, sou Engenheira Florestal de Segurança do Trabalho. Trabalhei durante quase 40 anos no Governo do Estado. Hoje em dia, pela transposição estou no Ibama, sou analista ambiental do Ibama. Trabalho de exportação hoje em dia, exportação, recuperação de área. Isso. E na Sedam trabalhei muito tempo com área de manejo florestal, com unidade de conservação, licenciamento e o que "pintava" a gente participava.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. A senhora poderia me descrever? Vamos começar pelas 11 reservas que estão aqui, a senhora pode me descrever quais são elas?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sinceramente, nobre deputada, eu não lembro o nome dela. Inclusive, a única que eu participei do levantamento florístico, que é a que fica próximo, fica no rio Machado na margem direita, e faz divisa com uma unidade da Rebio Jaru (Reserva Biológica do Jaru) foi a única que eu fui na área, em que eu participei do levantamento florístico.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Essa é única reserva que a senhora foi na área, a senhora não recorda nem o nome da reserva?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Desculpe doutora. Eu não lembro o nome. Desculpe, doutora, pelo espaço de tempo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quando a senhora prestou esclarecimento, agora, a senhora acabou de falar que fez o levantamento florístico, não é?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – O que seria esse levantamento florístico?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Seria o levantamento da vegetação ocorrente na área, da vegetação remanescente abaixo de 45 centímetros e acima.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, especificamente, a senhora foi determinada para ir nesse local para ver a questão somente das árvores que tinham. Mais nada.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Mais nada.

A SRA. DRA. TAÍSSA – O que tivesse a mais disso, pessoas, produção, a senhora não teria que catalogar?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Qual foi o ano e o mês que a senhora esteve lá?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Eu creio que foi em 2018, mas sinceramente eu não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A senhora foi responsável por alguma elaboração de estudo técnico preliminar para fomentar e para dar base para criação de reserva?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não, não fui responsável. Porque, na realidade, tinha todos os técnicos da Coordenadoria e Unidade de Conservação foram convocados para participar desses, para a criação dessas 11 unidades.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Isso, quando?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Se não me engano, 2018.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A senhora tem certeza do que está falando?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não tenho certeza, não tenho.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Como a senhora falou que somente foi em uma e a senhora não se recorda. Nesse local que a senhora foi, a senhora chegou, mesmo que não tenha catalogado, visto moradores lá na localidade?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Essas que a senhora chegou a visualizar e não foi para os seus relatórios, elas tinham produção?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Tinham. Inclusive, uma colocação da Dona Joana, fica na “boca” do rio Juruá, Juruá com rio Machado, que eles são extrativistas, inclusive eles são, como na época eu era gestora da Reserva Rio Preto Jacundá, reserva estadual, a Associação Asmorex ampara, eu digo que ampara porque ela dá o maior apoio para o pessoal que está no rio Machado, para esse ribeirinho do rio Machado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, quer dizer que a senhora visualizou as pessoas, viu produção, mas não foram catalogados em nenhum momento.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim. Sim. Não foram catalogadas, porque não cabia no momento. O levantamento florístico é focado apenas para a vegetação. Não para levantamento socioeconômico.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, não foi feito nenhuma catalogação enquanto a senhora esteve lá, a senhora confirma?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Eu confirmo, mas, assim, o meu trabalho não era levantamento de produção. Não caberia, eu nem tenho perfil para fazer esse tipo de levantamento.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Existiam pessoas que não foram registradas?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A pergunta é essa.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Eu não sei. Eu não sei foram registradas. Não sei.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pela senhora, foram registradas?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não, porque não caberia. Não caberia no meu levantamento.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, não foram. Em alguma vez a senhora esteve, pisou no Soldado da Borracha?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Estive lá, mas em ocasiões anteriores, antes da criação da reserva quando tinha manejo florestal para fazer vistoria de projeto de manejo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, não especificamente para o item que nós começamos a conversa: criação de reservas.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não. Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Para contribuir, deputada. Dona Sebastiana, vão exibir uma imagem na tela. Eu quero que a senhora identifique se a sua assinatura está nesse documento.

(Apresentação de imagem no telão)

Dona Sebastiana, a senhora consegue identificar sua assinatura nesse documento?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Consigo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Esse documento está encartado nos estudos como “técnicos que realizaram os estudos para criação das unidades”. Essas assinaturas são dos técnicos que foram lá e realizaram estudos no Soldado da Borracha, no Umirizal e nas outras. Ou seja, a assinatura da senhora no dia 28 de dezembro de 2017. Então, a senhora não participou desses estudos nessas outras unidades de conservação, à exceção do Rio Machado?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Sim. Não participei no campo, mas na parte de, por exemplo, elaboração de texto, todos nós participávamos. Se você escrever uma linha de um documento técnico, você participou. É assim que funciona no governo. Se você fizer uma mera observação, uma retificação em um documento dentro do projeto, dentro de qualquer relatório, você participou.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Mas, a senhora lembra o que a senhora fez dentro desse relatório?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Ah, não lembro. Porque era muita coisa. E principalmente que ele era físico.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, quer dizer, só me esclarece, que eu fiquei com uma dúvida. Quer dizer que a senhora assinou um documento constando lá que eram técnicos para criação de reserva, onde a senhora nunca esteve nessas reservas, nem fisicamente, nem verificou nada?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não. É porque eu devo ter contribuído com a parte técnica em alguma parte lá de vegetação, qualquer coisa, elaborado, retificado um texto, qualquer coisa. E eles consideram assim, eles consideravam assim, que todos os técnicos que tinham cargo em comissão assinaram, ele colocou nessa comissão. O coordenador à época colocou. Inclusive está faltando gente nessa comissão.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, então é uma comissão meramente documental.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - É documental, mas o que eu falo, por exemplo, levantamento socioeconômico não consta niguém aí. A gente não atentou à época. Quem fez, deveria fazer aquele questionário, o levantamento sobre o questionamento que a senhora fez há pouco, ele não consta aí. Inclusive, a gente não atentou que tem colegas nossos que eram do administrativo na Sedam e estão na comissão.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, assim, só para esclarecer, significa que toda essa documentação que foi feita, ela foi meramente documental, in loco não teve nada.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não. Deve ter ocorrido; deve, não, ocorreu in loco porque a gente sabia que estavam viajando para cá e para ali. Ocorreu.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Não, mas a senhora viu essas pessoas nessas reservas que a senhora nunca nem foi?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não, eu nunca fui.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É porque o fato de a pessoa dizer que saiu para uma reserva tal, se a senhora não estava, como é que a senhora pode confirmar que esteve?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - O que a gente pode informar é que todas as fotografias da Sedam, dos projetos, documentos, elas são georreferenciadas, usava o Timestamp. Então, tinha a coordenada lá do local.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, reiterando a minha pergunta. A sua assinatura está ali com base apenas nos documentos que a senhora visualizou administrativamente, mas no local a senhora nunca esteve?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não.



A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. Tem outras pessoas que nunca estiveram lá, que a senhora pode citar o nome dessa documentação que foi apresentado?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Ai, meu Deus, pior que eu...

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mostra o documento novamente, Doca, por gentileza.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Eles são, é porque assim, é como se nós analisássemos esse documento para a criação. Ele não está sugerindo. Esse documento propõe uma criação.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O documento fala o seguinte, Dona Sebastiana.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Dona Sebastiana, para contribuir. Esse documento é uma declaração dos técnicos que realizaram os estudos.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - A participação da senhora lá é "Sebastiana Socorro da Silva Almeida, engenheira".

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - A senhora não participou lá como datilógrafa, fotógrafa, nem nada.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Porque o que se busca aqui é o seguinte, a engenheira florestal Sebastiana do Socorro Almeida esteve, participou do estudo da criação da Unidade de Conservação Soldado da Borracha?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Como engenheira?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não. No campo, não. Contribui textualmente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Textualmente de que forma? Qual documento a senhora produziu?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA

ALMEIDA - Com certeza na parte de composição florística, de vegetação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Dona Sebastiana.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Mas a senhora disse que só foi no Rio Machado.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Sim, só fui no Rio Machado, mas no texto a gente pegava, o documento era disponibilizado para todos nós e nós retificávamos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - A senhora é engenheira, não é?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Sou.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - A sua assinatura... a senhora é responsável, é tipo assim: se a senhora vai fazer um laudo de algo, a senhora é responsável por aquela autorização que a senhora dá, não é?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Sim, sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Aqui, a senhora é responsável pela criação dessas reservas. A senhora atesta que elas... como a senhora atesta que elas realmente tinham...

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Potencial...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O perfil, tinham todo esse estudo, sem fazer in loco? A senhora disse que não esteve nas áreas.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Esteve em uma área buscando algumas informações, mas a senhora não esteve nas áreas. Um exemplo: no Soldado da Borracha, quais foram os critérios principais utilizados para definir que ali seria uma Estação Ecológica?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Sinceramente, Deputado, eu não lembro desses critérios. Existem, têm os critérios dentro do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, mas assim, os critérios adotados pela coordenadoria à época, eu não lembro.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Senhora Sebastiana, o que se busca esclarecer aqui



é se o estudo foi realizado pelo técnico legalmente investido na função. Do que a senhora nos disse aqui, então podemos compreender que o seguinte: a senhora, como engenheira, trabalhou no gabinete em cima dos projetos. Seria isso? Do projeto de estudo.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Isso, isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – E a pergunta do deputado é: qual critério, por exemplo, para o Soldado da Borracha? O Soldado da Borracha, por exemplo, só a título de esclarecimento, se a senhora trabalhou em um projeto tão grandioso, há de se lembrar. É uma área de assentamento do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), dada aos soldados da borracha, com Título expedido desde 1982. São 42 anos.

Eu quero crer que uma engenheira, experiente como a senhora, não haveria em algum momento, de mesmo no escritório, se lembrar de relatar que aquela área toda era escriturada? De ter isso no relatório dos estudos. E qual o critério para se adotar que ali fosse criada uma Estação Ecológica - uma das unidades de conservações mais rígidas do regime jurídico, que é restritiva, sequer, se pode andar lá dentro.

Considerando que, se foi feito um estudo, aquela área está cercada de vias, para lá e para cá, de crianças para irem na escola, que hoje sofrem. As crianças hoje sofrem ali, de não poder arrumar as estradas, por quê? Porque aquela área, dado os estudos que foram feitos lá, é uma Estação Ecológica e as pessoas não podem trafegar lá dentro, não pode... A senhora compreendeu a gravidade e a natureza da pergunta? É saber se a senhora trabalhou nesse estudo ou não trabalhou?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não. Eu vou eu tornar a repetir, deputado. A parte socioeconômica e a parte fundiária é que atentam para esse detalhe. Eu me ative, como engenheira florestal, só a parte de vegetação. Porque era tudo fatiado, setorizado. Cada um de acordo com a sua qualificação, sua capacitação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E como a senhora avaliou a vegetação de lá da área? Como é que a senhora teve... Vamos dar um exemplo aqui, o Soldado da Borracha. Como a senhora fez esse estudo da vegetação do Soldado da Borracha, que a senhora assinou aqui também, na criação dela. Como a senhora fez para saber qual a vegetação que tinha ali, qual a proporção para a senhora dar um parecer? Esse documento foi feito por outro, essa coleta lá, in loco, foi feita por outra pessoa ou a senhora... Como a senhora fez esse trabalho?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Esse levantamento deve ter sido, à época, feito por outra equipe. E o trabalho nosso, era verificar a

questão, chegava o levantamento.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Senhora Sebastiana, eu quero que a senhora fale com certeza, é sim ou não? fica vazio para nós.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim, sim. Sim, foi feito por alguém.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Porque, a senhora estava lá presente, a senhora assinou ali?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não. Assinei, mas não estive presente, Deputado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E a senhora é responsável.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Então, a gente, sem ter ido ao campo, a gente focava o quê? Nomenclatura científica, se o nome científico daquela espécie estava compatível; se a carta-imagem que ele apresentou de determinada localização, tinha vegetação realmente, era só isso. No meu caso, como engenheira florestal.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Esse laudo que a senhora, fez essa documentação, está toda anexa aí, dentro desse processo, Doutor Doca? A parte que a senhora elaborou?

O SR. SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Não.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – A parte de vegetação, a parte de vegetação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E como funciona a vegetação? Qual o critério que a senhora adota para dizer que lá tinha que ser uma Estação Ecológica? Em vez de outro tipo de unidade de conservação?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Na realidade, não fui eu que me manifestei dizendo: "Não, vou criar lá esse tipo de unidade". Eu não lembro no momento como é que ocorreu essa definição, como foi determinado se aqui vai ser uma estação ecológica, uma APA (Área de Proteção Ambiental), que vai ser sei lá, ou um outro tipo de categoria de unidade de conservação.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Dona Sebastiana, nesse Relatório Técnico Florístico que a senhora elenca e que consta em um dos processos, há fotografias e pegadas de onça, mais parecendo um trabalho feito por biólogos. Todo esse relatório que existe é um documento apócrifo, sem assinatura digital ou assinatura física.



É possível acreditar em um documento apócrifo sem assinatura? A senhora daria credibilidade a esse documento?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Com certeza não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Qualquer intervenção ou estudo que a senhora, como engenheira, saia a campo para fazer e que vá se expedir dali um documento com a expressão técnica de engenheiro, a senhora não precisa da expedição da Norma de Técnica?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Precisa.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Foram expedidos a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) desses documentos? Desses estudos, para cada técnico que elaborou que seja, digamos, pelo que vejo aqui, tinha engenheiros trabalhando como datilógrafos, juntadores de imagem, de arquivo e acervo fotográfico, é isso?

Parece, indica - sem querer conduzir, evidentemente, a senhora como testemunha -, que todo esse estudo, esse relatório expedido, não era necessariamente obrigatório a expedição da ART, considerando ainda que era servidores públicos do Estado?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - É deveria ser anexado a ART, assim como a Emater, há um tempo atrás, o próprio CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) exigiu, que todos os engenheiros apresentassem a ART. Mas, no Governo do Estado, na época, aliás, a Sedam, que eu me lembre, nunca exigiu que fosse apresentada a ART.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só um adendo. Então, como já não cumpriu a ART, a senhora também não tem como garantir se cumpriu o estudo técnico prévio da criação das unidades de reserva?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Deputada, eu não saberia responder sinceramente, porque há muito tempo, não é de hoje, que o Governo do Estado, nós todos, eu, com 40 anos de governo, nunca assinei uma ART para o Governo do Estado e sempre cumpri as tarefas que me foram incumbidas.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então, essas unidades de reserva gradativamente não cumpriram os requisitos que a legislação determina, os parâmetros. Correto? Sim ou não?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Deveria sim, deveria estar anexado a ART.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mas não houve?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não, não está anexada ART de nenhuma.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Houve consulta pública para a criação das unidades de reserva?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não, não lembro. Não lembro, Doutora.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mesmo a senhora assinando, validando a criação, a senhora não se recorda?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - A única que eu lembro assim, remotamente, creio que 2016, foi Umirizal, que houve uma Audiência Pública.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Não, Consulta Pública.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - É. Não, que eu saiba não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tá. Então, reitero a pergunta: houve a elaboração dos estudos técnicos preliminar?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Esse seria um estudo técnico preliminar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - A questão só das árvores e o local que a senhora não foi?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Sim, esse seria um estudo preliminar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Do quê? Porque a senhora só foi em um lugar, que a senhora não lembra o nome?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Não, sinceramente, tanto é que se apresenta com proposta para criação.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Mas, um estudo apócrifo?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sem ser socioeconômico? Sem catalogar as pessoas?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA - Ele é um estudo prévio, porque a partir da manifestação do jurídico da Sedam, dar-se-ia prosseguimento ou não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Então, a senhora confirma que o decreto do governador

foi embasado em um estudo prévio, não em um projeto definitivo?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – É um estudo prévio. Tanto é, que é uma proposta. O documento lá em cima está: Proposta para Criação de Unidade de Conservação.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E tudo isso foi baseado apenas em documentos e não in loco. No seu caso, Dona Sebastiana.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – É, eu falo no meu caso.

A SRA. DRA. TAÍSSA – É. A senhora só pode falar pela senhora.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Em nenhum momento a senhora esteve in loco verificando as informações, apenas os documentos que chegaram para a senhora?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Os documentos chegavam para mim com relação a, acho que era FES (Floresta Estadual), FES Rio Machado. Uma coisa assim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - E a sua assinatura lá não condiz com o que efetivamente a senhora fez? Porque lá, em momento nenhum consta que a senhora apenas estava fazendo análise documental, fala da criação das reservas. Então, não condiz com o que a senhora fez efetivamente?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Para mim condiz, porque o que conta para mim é o que está lá no alto do documento, que fala de proposta para criação. Quem assina o documento? Todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas ali não está dizendo “foram pessoas que contribuíram de forma parcial”. Não está isso. Então, condiz ou não condiz?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não condiz.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sem mais perguntas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só para encerrar, Dona Sebastiana. A senhora, como pagamento por este trabalho, digamos, prestado na elaboração dos estudos, a senhora recebeu algum pagamento extra, além do que recebeu da Sedam, por um, digamos assim, algum projeto ambiental, do exterior, algum projeto tipo, gratificação pelo Funbio

(Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), alguma coisa nesse sentido?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Não. Nós não recebemos gratificação alguma. O que nós recebemos foi, no caso, quem se deslocava até as áreas, recebia diárias.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Da Sedam?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Do Programa Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia).

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Do Programa Arpa? O Programa Arpa é um fundo para?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – O Programa Arpa é um programa do Ministério do Meio Ambiente para proteção de áreas protegidas e a agência financiadora é o Funbio.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É o Funbio. Esses recursos eram pagos diretamente pela Sedam? Adentrava nos cofres do Estado ou feitos pelo Fundo especial? A senhora sabe?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Era pago diretamente pelo Fundo. Porque assim, eram oito unidades, se não me engano, oito unidades de conservação que recebiam recursos do Programa Arpa e cada uma dessas unidades tinha um gestor, um responsável pelo recurso. E cada gestor era responsável pelo seu CPF na administração desse recurso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – A senhora sabe se esses estudos foram, a senhora recebeu algum desses recursos pagos pelo Banco KFW (Banco de Desenvolvimento Alemão), um banco alemão?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Eu recebi diárias.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Diária.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – No período em que eu estive lá na reserva.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Mais alguma pergunta, Deputado Alex?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Pode falar, Dona Sebastiana.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Só a título de complementação. O KFW é



um dos financiadores do Programa Arpa. São vários doadores internacionais.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca)
– Ok.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito importante os esclarecimentos. Eu sei que às vezes a gente fica um pouco apreensivo, um pouco nervoso, mas o intuito da CPI, realmente, é esclarecer. E sempre falar a verdade. Provavelmente, o local que a senhora foi é Reserva Rio Machado, não é, Doutor Doca? Pelas características.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Ela faz limite com a Rebio do Jaru, lado direito e do lado esquerdo, Rio Machado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Quero aqui pedir licença a todos para cumprimentar o nosso amigo Fábio Camilo, grande jornalista, está aqui acompanhando a CPI. E falar que estamos muito felizes, uma satisfação te ver bem. Está na luta pela saúde. Vai dar tudo certo, meu irmão. Seja sempre bem-vindo aqui à Casa de Leis.

Por favor, Doutor Doca, pode dar continuidade.

Algum deputado tem mais algum questionamento?

Eu acho que foi bem conclusivo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu só queria agradecer, Dona Sebastiana, pelo esclarecimento. Como o nosso Presidente falou, aqui o intuito é a gente trazer a verdade aos autos e como foi feito o procedimento.

E também não poderia deixar de saudar e dizer que a gente está muito feliz, porque, graças a Deus, você está se recuperando, Fábio. E a gente fica muito contente de você estar aqui na nossa Casa, essa é a sua Casa também. Você contribui muito com o nosso trabalho como imprensa, porque traz a informação para o povo rondoniense. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pode ficar à vontade, Dona Sebastiana.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Só mais uma observação. Na qualificação dos servidores, tiveram algumas informações trocadas. Tem dois falecidos, que é o Elli Shockness e o Osvaldo Castro. O Elli era engenheiro, o Osvaldo era extrativista. O Paulão, à época, era administrativo, a gente estranha porque, nem a gente atentou para isso, porque o nome dele estava naquela comissão. Ele só dava apoio administrativo para nós. O apoio administrativo era na elaboração de solicitação de diárias, questão de veículo, essas coisas; era o trabalho dele. E outra, o Dárius, colega nosso, é jornalista; ele não é extrativista. É turismólogo, desculpe. Perdão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Então, é

importante trazer à tona essas situações.

Quero deixar um abraço aqui da família Salton, do Ronaldo Salton, trabalha com a senhora, não é?

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Isso.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Então, muito bem-vinda aqui. E aqui vocês estão sendo ouvidos como testemunhas. É para realmente esclarecer os fatos. Muito obrigado, Dona Sebastiana.

A SRA. SEBASTIANA SOCORRO DA SILVA ALMEIDA – Muito obrigada, Presidente. Obrigada ao nobre deputado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado esclarecedor. Vamos para a próxima pessoa a ser ouvida. Deputado Alex, está com a relação aí? Dalita.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Tem a Dalita e o Dárius. E várias pessoas on-line. Vocês querem ouvir as pessoas que estão on-line primeiro?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Pode ser.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Então, vamos conversar com a Dalita. Mais uma vez, obrigado pela presença.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Obrigada. Boa tarde, Senhor Deputado Alex Redano e os demais membros que compõem a Mesa. Eu sou engenheira florestal e estou trabalhando aqui na Assembleia Legislativa, junto com o Deputado Cirone; e estou aqui para prestar o que for produtivo e ajudar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pode iniciar.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Deputada, pode conduzir aí o interrogatório.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A palavra com a Deputada Drª Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Só reiterando que a senhora se encontra como testemunha para esclarecer a verdade dos fatos nos eventos ocorridos dentro dos processos administrativos que deram origem à criação das 11 unidades de conservação sob a investigação desta CPI. Senhora Dalita, por gentileza, consegue esclarecer o que efetivamente a senhora fez em relação a essas unidades de conservação, qual foi efetivamente a sua atuação?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Então, na época que eu participei foi do levantamento socioeconômico, em três reservas: a Bom Jardim, Serra Grande e Rio Jacundá. Eu fiz o levantamento socioeconômico que foi

ir na propriedade, nos locais, e levantar os moradores, a subsistência, como que era; e foi mais ou menos nesse sentido.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Bom Jardim, Serra Grande e...?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - E Rio Jacundá.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Rio Jacundá?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Quando a senhora chegou lá no local tinham moradores trabalhando?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Eles tinham produção de ado?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não. Era agricultura familiar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Agricultura familiar.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Exato.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O que tinha de agricultura familiar?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Extrativismo. Tipo, na Serra Grande, extrativismo como borracha... É... Deixa eu ver. Ah, agora eu não me recordo. Fiquei um pouco nervosa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Fica tranquila. É só para a gente esclarecer.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Enfim, era extrativismo.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Quanto tempo a senhora passou nessas localidades?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Então, aqui, como Bom Jardim é ao lado, foram cinco, acho que quatro dias, que a gente fez de levantamento socioeconômico.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Em Serra Grande?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não. Aqui em Bom Jardim. Serra Grande também foi mais ou menos uns cinco ou seis dias.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Cinco ou seis dias. E Rio Jacundá?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Também. Jacundá.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É, Jacundá. E cinco dias foi o suficiente para percorrer todas — efetivamente todas as propriedades — catalogar, fotografar?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tá. Todas tinham moradores lá e trabalhando na agricultura familiar?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Certo.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tá. Todos esses moradores que estavam lá, encontram-se dentro desse processo da criação das reservas?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Como que é? Não entendi.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Todos esses moradores que a senhora catalogou encontram-se no processo da criação das reservas?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Agora eu não estou tendo acesso a esse processo para saber se os moradores que estavam lá estão no processo. É isso que você perguntou, não é?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Isso.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Então, não tem como te responder. Só se eu pegar na íntegra.

A SRA. DRA. TAÍSSA - A senhora se lembra, quantas pessoas a senhora chegou catalogar?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Lá em Rio Jacundá eu acredito que tinham umas 12 famílias, em média. E já aqui em Bom Jardim, umas 20 famílias. Serra Grande, como foi o entorno, não foi especificamente dentro da reserva, foi no entorno da reserva, então eram bastantes famílias e, realmente, tinham até a produção de gado ou agricultura um pouco maior, entendeu?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Doze famílias. Então tinha produção?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Na Serra Grande, no entorno, sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Soldado da borracha a senhora esteve alguma vez?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não fui no Soldado da Borracha. Eu até vi agora, ali, que tem minha assinatura — e depois a gente chega nessa parte —, mas não cheguei in loco no Soldado da Borracha e nem...



A SRA. DRA. TAÍSSA - Nenhum estudo socioeconômico?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não. Não fiz, não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Umirizal?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Também não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Para complementar a pergunta da deputada. Esse estudo social que você.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Socioeconômico.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Socioeconômico. Ele também é uma atribuição do serviço de engenharia ou ele poderia ser feito, por exemplo...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Por qualquer um.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Por qualquer um.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Exato.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não precisaria necessariamente ser uma engenheira?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Essa não, no caso você está aqui como engenheira que participou, mas você foi lá como um, digamos...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Eu fui como uma técnica, porém não dá para caracterizar...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Mas não é um trabalho necessariamente da engenharia florestal.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Exato.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não é um relatório técnico florestal.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Ele está dentro do relatório, digamos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Sim, sim, está dentro do relatório, mas não seria, digamos, essa atribuição aqui seria específica de alguém?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Própria. Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Por exemplo, para ingressar com uma ação no Poder Judiciário, eu preciso ser um advogado. Para eu fazer uma cirurgia eu preciso ser médico? Para eu elaborar um estudo socioeconômico eu não preciso ser engenheiro?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Socioeconômico, não, qualquer um pode ir lá fazer o socioeconômico, exato.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Queria esse esclarecimento. Pode continuar, deputada. Desculpa a intervenção.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vou aproveitar então. Eram feitas reuniões com a equipe que estava participando dessa criação dessas 11 reservas? Era feito lá na Sedam com o Secretário, a equipe que coordenava? Como funcionava?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Então, no momento que eu estava na parte da CUC (Coordenadoria de Unidade de Conservação) no setor de unidade de conservação, eu fiquei muito com a parte de guarnição do policiamento do Parque Estadual Guajará-Mirim. Eu ficava cuidando mais das guarnições de policiamento. Quando começaram esses estudos, eu até passei por um procedimento cirúrgico, daí tinham equipes técnicas que eram designadas, mas eu não sei o nome de todas as equipes técnicas ou técnicos que foram designados. E através disso eu, acredito eu, que deve ter tido reunião, entendeu?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você participou de alguma para você ir nessas localidades?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Só quando foi designado para ir fazer o levantamento socioeconômico do Bom Jardim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você se reuniu com quem? Com o diretor diretamente ligado a você ou com a equipe?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Era com a equipe. Ele delegava e a equipe. O coordenador delegava e ia a equipe, não é? A gente acabava cumprindo...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Quem era o coordenador na época?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Denison Trindade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O Trindade.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Isso.



O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Tem dois Trindade. Tem o Trindade que hoje está à frente, que é o coordenador.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não é esse.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não é esse. É o outro que saiu e foi trabalhar para empresa.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Para a Permiam.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Para a Permiam. Que é a empresa investigada aqui na CPI.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Denison está aqui nos autos aqui, chefe. Eu pediria que colocasse novamente aquela imagem com as assinaturas. Dalita, você viu a imagem agora há pouco.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Vi.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu estou com ela aqui na tela, no monitor. Tem uma moça escrito "Dalita Rover". Essa assinatura é sua?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Essa assinatura está posta na participação dos estudos para criação da Umirizal.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – De todas, não é?

SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Está em todas, quer dizer, esse documento, sem mudar a data, nem nada, é uma cópia, está encartada como essa equipe participou dos estudos na elaboração dos estudos dessas onze.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Doutor Doca, uma sugestão aqui. Vamos supor, Limoeiro. Foram feitos os estudos. Como a gente sabe, foi tudo em 2017, eu acredito, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Certo.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Teve mais ou menos uns três meses. Então, por que não, talvez, fazer, puxar as diárias das equipes que foram? Porque teve deslocamento. Daí você consegue ter uma precisão bem certa das equipes que foram in loco, em campo,

entendeu? Já que aí não está todo mundo que participou do in loco. Eu, por exemplo, fui uma técnica que participei do levantamento socioeconômico de algumas unidades, da minoria.

Então, para fazer um levantamento mais preciso talvez puxaria esse levantamento das equipes que realmente foram, que você vai ter pelas diárias.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim, exatamente; mas, por exemplo, o trabalho que você, pelo seu relato, desenvolvido. Porque apenas dessas três que você numerou aí, apenas duas são objetos da investigação, que é a Serra Grande e a Bom Jardim; a outra, Jacundá.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – É, Rio Jacundá.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Essa não faz parte da investigação.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Certo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Então, esses estudos que você fez lá foram estudos socioeconômicos, mas o relatório de estudos consta...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Da parte de fauna, flora, essas coisas não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – De todos os processos.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Meu, não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Então, não consta. Eu - sem indução, evidentemente -, um relatório desse para construir e afirmar que esses técnicos fizeram um estudo do levantamento do Soldado da Borracha, do Umirizal, da Ilha das Flores. Esse documento é verídico, é verdadeiro?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Doca...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu estou perguntando a Dalita. Se a Dalita participou desses estudos, porque se eu subtrair esse processo por uma análise jurídica em apartado, eu vou ter a Dalita como engenheira florestal, que pelo que você indica aí, nem igual a Senhora Sebastiana no processo de coleção de fotografia, participou.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É isso?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Então vamos



08/11/2024



lá. Teve um corpo técnico, certo? Dentro desse corpo técnico, eu fiz o levantamento socioeconômico. Hoje, eu falar que dá para, como engenheira, falar que por essa proposta, o parecer total de uma área, não tem como, entendeu?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Eu vou refazer a pergunta.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Refaz.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - E de forma direta.

A Engenheira Dalita da Silva Rover. Você, em algum momento, participou dos estudos da área de proteção Rio Pardo?

A SRA. DALITA DA SILA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Floresta Estadual do Rio Pardo?

A SRA. DALITA DA SILA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Estação Ecológica do Umirizal?

A SRA. DALITA DA SILA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Reserva Pau-D'Óleo?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Pau-D'Óleo, não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Pau-D'Óleo, não.

Do Parque Estadual Abaitará?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Do Parque Estadual Ilha das Flores?

A DRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não, também.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Reserva Sustentável Rio Machado?

A DRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não, também.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Sim, que foi o entorno. Na verdade, eu fiz o entorno.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então não é toda ela, só a parte do entorno.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não, foi a parte que é do entorno. É onde é a zona de amortecimento, entendeu?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Ah, tá.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Sim, mas aí ela participou.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Participei.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não como engenheira, mas pelo menos esteve presente no estudo, ok?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Isso, isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Bom Jardim, "uhum".

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - E da Estação Ecológica Soldado da Borracha?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Então, é seguro afirmar que esse relatório que afirma que você, que Dalita da Silva Rover, participou dos estudos - eu vou ler como está aqui: "técnicos que realizaram estudos para criação das Unidades"...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Estudos técnicos.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Desses que você negou ter participado, que esse documento seria uma verdade, uma fraude? Porque ele consta que você esteve lá ou que participou alguma forma, indiretamente?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Eu participei de alguma forma indireta, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não, dessas você acabou de dizer que não participou.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Não, dessas não.



O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu me dou por satisfeito.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só reiterar aqui o questionamento. Então, significa que a tua assinatura no documento, falando especificamente das 11 unidades de conservação, não está correto? Pode responder que aí...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Então, não. Se for dessa...

A SRA DRA TAÍSSA - Tá. Foi feito, em relação às 11 unidades de conservação, a elaboração do estudo técnico preliminar?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Aí eu não sei te informar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. Nem em relação a essas Reservas, até mesmo a senhora assinou as 11 unidades de conservação, houve consulta pública?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Eu acredito que em algumas houve consulta pública, mas eu não fiz a consulta pública porque eu não fui designada para isso.

A SRA DRA. TAÍSSA - Só para reiterar, você está sendo ouvida como testemunha. E aí, para trazer a verdade dos fatos. Em relação à informação que você viu, que você ouviu, em relação às 11 unidades de conservação, houve consulta pública?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Houve consulta pública.

SRA. DRA. TAÍSSA - De qual delas?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - A Rio Jacundá é uma das que teve consulta pública.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só dessa. E qual mais?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – A Rio Jacundá, não é objeto da investigação.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – A Estação Ecológica, tipo, Soldado da Borracha, acho não teve porque não é, não cabe, não é, segundo a legislação. E nem o Umirizal. Então, eu acredito que não teve consulta pública por isso. Então, mas eu não quero entrar nesse mérito porque não cabe, entendeu?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então não teve? Em relação às outras?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Igual eu falei, se eu participei de um levantamento socioeconômico de

três áreas, a pergunta é não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – "Uhum".

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – A resposta é "não".

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. Então, só para reiterar. Lá no documento que o Doutor Doca falou, ele se refere a uma, praticamente uma comitiva, que assinou validando essa criação de reservas. Essa sua assinatura, não condiz em nada às 11 criações de reservas?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. Sem mais perguntas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Só para concluir. Desse seu estudo socioeconômico, você quando foi a campo, foi expedida a ART?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não, porque... não. Não, não foi expedido em momento algum desses estudos, foi expedido ART. E isso também acho que cabe a coordenadoria, aos chefes, porque a gente era subordinado. Então, você acabava obedecendo ordens ali, entendeu?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim, mas a apresentação...

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu venho com outro questionamento...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Outro questionamento que eu vou fazer também, tem técnicos que não estão aí nessas assinaturas, mas que participaram da criação das unidades. Então, por isso que eu estou te falando que...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Então, você me leva a concluir que documento encartado é fraudulento, porque os técnicos que participaram não constam da relação, e os que não estão aqui...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER - Aí vocês têm que se subentenderem.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – A sua afirmação é que técnicos que trabalharam não estão na relação. Aqui tem um documento assinado por Jorge Lourenço da Silva.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Eu acredito que teria que fazer uma nova...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É porque a gente tem que trabalhar com o que estão nos



autos, evidentemente.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Certo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Então, o que que temos do processo? Denison Trindade, o coordenador, assinou aqui no dia 28 e tem dizendo que os técnicos que lá fizeram todo o estudo, que por sinal estão nos autos apócrifos, sem assinatura de quem foi que fez. Tem ali um relatório e não se sabe quem. E o seu depoimento conduz e induz a percebermos que o documento que está nos autos não é verdadeiro; é uma fraude. Porque se outros técnicos trabalharam e eles não fazem parte da relação, por quê?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Por quê?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Por quê?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Tem alguém que você pode citar o nome, que trabalhou, que você lembra?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Ah, eu não quero citar nomes não, acho que não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Não? Obrigado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só mais uma pergunta, deixa eu pegar uma informação aqui.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só para esclarecer, a Dona Sebastiana relatou que ela recebia alguns valores do Fundo. A senhora também recebia?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Então, a Sedam funcionava assim, a parte da CUC: o Arpa, que é um programa fora daqui que paga por diárias e subsídios para você ir à unidade, fazer fiscalização e monitoramento.

Então, por aí eu acredito que deve ser, se eu recebi por alguma fiscalização e monitoramento que eu tive in loco. Mas eu acredito que, até o levantamento socioeconômico, talvez eu tenha recebido pelo Estado. Não sei se foi pelo programa Arpa. Geralmente, eu não fazia diárias; não era uma técnica que estava sempre em campo, porque eu fazia mais a parte administrativa, entendeu?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Entendi. Então, só para reforçar: na sua assinatura da criação das 11 reservas de unidade de conservação, a senhora pode afirmar que, poderia, vamos dizer assim, boa parte foi apenas em documento e não efetivamente in loco, vendo se tinha pessoas ou se não tinha, como é que estavam?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Eu acredito que foi equipes técnicas sim, in loco.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, mas da senhora? É da Dalita.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Você fala como?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Da senhora. Que ali a senhora fala da criação de 11 unidades.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Parte sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Só das três e mais nada.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Exato, sem mais.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Quilvia Carvalho, a senhora conhece? Já ouviu falar? Trabalhou nesse projeto de criação? Quilvia Carvalho.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Não lembro, não me recordo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Nunca trabalhou nesse projeto.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Nunca nem vi lá.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Nenhuma empresa nesse sentido?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Tinha alguma empresa fazendo esse tipo de trabalho?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Que eu lembre, não, Doca. Assim, eu lembro que ia técnicos a campo e, depois, no final, relatórios parece que foi a Ecoporé, que chegou finalizar os relatórios, entendeu, dos técnicos que foram em campo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Tá. Eu me dou como satisfeito.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só um questionamento: essa Ecoporé que a senhora falou aqui, finalizou os relatórios. Qual foi a empresa? Ela é um órgão público, empresa privada?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – (inaudível – fora do microfone)

A SRA. DRA. TAÍSSA - É uma ONG (Organização Não Governamental). Mas a pergunta é: os relatórios que foram base para vocês assinarem foram feitos por uma ONG?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Então, aí eu não sei. Eu sei que eu assinei só esses últimos relatórios finais.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sim. Mas assim, além dos



08/11/2024

relatórios que chegaram para vocês validarem a criação das 11 reservas, também vieram relatórios de ONG?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não sei te falar isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O que essa Ecoporé fez mesmo? Que você falou.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Ah, eu não sei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você falou que...

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Ela juntou, fez os relatórios.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Ela participou na elaboração do relatório final do caso.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – É, isso, isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Pegou de todo mundo.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – É isso que eu entendia ali, por estar ali.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Ela tinha um convênio com a Sedam? Como é que funciona? Qual o interesse dessa ONG?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não sei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você não sabe, não é?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não sei te dizer.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Isso me reaviva a memória. Sabe em que época? Porque esses processos, em 2018, quando foram editados os decretos, quer dizer, o decreto é o último ato do processo administrativo.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Certo.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ou seja, todo e qualquer estudo teria que ter sido feito antes disso. Logo em seguida, que os decretos do governo foram lançados, e a Assembleia Legislativa fez 11 Decretos Legislativos sustando os efeitos dos do Executivo. O Ministério Público ingressou com Ação Civil Pública e juntamente com o Governo do Estado contra os Decretos da Assembleia.

Os processos administrativos que aparelham a Ação Direta de Inconstitucionalidade, não tem nenhum relatório. Esse relatório, que eles chamam têm o apelido na Sedam de "livro azul", "capa azul", ou seja, só foram agrupados aos processos administrativos agora recentemente com a instauração da CPI, porque a CPI

requereu os documentos e desses documentos foram agregados. E você diz que tem a Ecoporé, que muito provavelmente participou dos relatórios. É isso?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não sei.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA)

– Não sabe?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA)

– Ok.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Mais alguma pergunta?

Pesado, não é, amiga? Mas é importante ser verdadeiro, falar "olha, realmente aconteceu, isso, isso e isso". Tem muitas coisas que a gente imagina, praticamente tem certeza, mas é importante os esclarecimentos dos fatos, a comprovação.

Tem alguma pergunta, Deputado Pedro?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – A Ecoporé.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não adianta me perguntar da Ecoporé. Melhor não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Me preocupou, porque a gente precisava esclarecer por que essa Ong teve esse papel de estar junto ali. Essas pessoas ficavam dentro da Sedam direto, indo lá, você via elas por lá?

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Não. Eu não acompanhei essa parte. Mais com a coordenação. A gente era técnico.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Você não quer falar, mas tem alguma coisa. Mas, está bom.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Eu vou fazer uma pergunta, Dalita. Eu quero que você fale, com seu conhecimento mesmo, se você imagina que tem alguma relação, qual o seu entendimento com relação dessa empresa Permiam Global, crédito de carbono, relação da empresa no crédito de carbono com influência na Sedam e criação das reservas? Qual a sua opinião como profissional, como pessoa?

Nós vemos aqui tem um dos principais coordenadores da criação das reservas hoje funcionário dessa empresa, Permiam Global. E os estudos apontam que é um valor acima de R\$ 1 bilhão de lucratividade em cima do crédito de carbono.

Vocês como funcionários, você como funcionária, qual a visão? O que, na época, se falava quando teve essa licitação de crédito de carbono? É uma coisa pessoal sua, "olha, minha opinião."



A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Olha, deputado, eu vou ser bem sincera, que eu sou um pouco leiga nesse assunto, apesar de estar bem em evidência.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – No olho do furacão.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Na época, eu não cheguei a acompanhar essa parte do carbono, não cheguei a saber como funcionava essas tramitações, nem tive tempo de estudar o carbono até agora.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Entendi. Obrigado. Ok, Dalita. Muito obrigado.

A SRA. DALITA DA SILVA ROVER – Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – A Dalita, gente, trabalha na Casa junto com um grande colega nosso. O Deputado Cirone faz parte também. Então, agradecemos a sua presença espontânea. Nosso muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Obrigada, Dalita.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado, Dalita, pelo depoimento. Da minha parte, você está liberada.

Vamos ouvir o Dárius, que está presente, depois vamos ouvir o pessoal que está on-line. É isso, Presidente?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Agradecer à Dalita, pode ficar à vontade. E agradecer ao Dárius, o seu nome não me é estranho, mas é a primeira vez que está participando conosco aqui.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – A gente já se viu por aí.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Seja bem-vindo. Nossa muito obrigado por participar aqui da nossa CPI.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Dárius, peço para que você se identificar, falar se você trabalhava lá na época, qual a sua função. Se apresentar para a gente conhecer o senhor.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Perfeito. Boa tarde senhores deputados, deputada, aos presentes. Quero agradecer imensamente essa oportunidade de ser ouvido hoje. Eu vejo essa polêmica das unidades de conservação há bastante tempo e agora nós, técnicos, estamos sendo ouvidos. Então, cumprimentar os senhores deputados que estão dando esse espaço para darmos os nossos esclarecimentos e participar do processo.

Eu sou especialista em Desenvolvimento Ambiental. Minha função é turismólogo e eu estou na Sedam. Minha primeira missão foi, realmente, quando eu cheguei na Sedam, recebi a missão de participar dos estudos técnicos para a criação das unidades de conservação. E assim, criar uma unidade de conservação é um motivo de orgulho. Para qualquer país desenvolvido é uma, foi com muita satisfação que eu trabalhei na criação dessas unidades de conservação. Até porque a gente estando na Sedam, somos ambientalistas e o auge de você ter um sistema de unidades de conservação saudável no Estado é motivo de orgulho.

Eu só lamento que estejamos aqui no inquérito sendo interrogados; porém o senhor falou da Lei 9.985, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e lá fala, certamente, da criação de cada unidade. Mas, enfim, eu estou à disposição para responder aos senhores e falar a respeito dessa iniciativa, desse nosso empreendimento.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Eu vi que o senhor já se declarou que trabalhou e colaborou na elaboração dos estudos técnicos das 11 unidades.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Desses 11 reservas, em qual o senhor participou diretamente e qual era a sua função?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Deputado, que eu me recordo, fazem quase 10 anos, eu estive na Serra Grande, estive na Bom Jardim, foi a primeira que eu fui; até em uma missão em que a Dalita esteve, tinha um sociólogo com a gente lá — o senhor perguntou para a Dalita sobre a questão técnica —; eu fui em Bom Jardim, fui na Ilha da Flores, eu fui também na Unidade de Conservação Surpresa, chegando lá nós vimos. A deputada falou sobre as audiências públicas, não é isso? Consulta pública.

O processo, a lei permite a você facultar: consulta pública ou oitivas. Eram poucas pessoas, nós optamos pelas oitivas. E em cada processo desse que foi mandado aqui para Assembleia, foi mandado um DVD. Eu entrevistei as pessoas, questionei onde elas assinaram o acordo na criação da unidade de conservação. Foi tudo filmado. Nós temos os registros em vídeo, o DVD de cada unidade dessa em que nós fomos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, o senhor não foi nas 11 unidades, o senhor foi...

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Não, eu não fui nas 11 unidades. Se o senhor falar o nome aí, eu me recordo delas. Foram: Ilha das Flores, Bom Jardim, Serra Grande; a Limoeiro eu fui, mais de uma vez inclusive.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Em Umirizal,

senhor esteve?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não, senhor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Pau D’Óleo?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não, senhor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Soldado da Borracha?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Rio Pardo?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Também não fui em Rio Pardo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Abaitará?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Ilha das Flores o senhor falou que foi.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - É.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – A Rio Machado, o senhor esteve lá?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não, senhor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Limoeiro?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Serra Grande?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Serra Grande.

Na Limoeiro, eu fui fazer o levantamento faunístico juntamente com a equipe de técnicos e, a gente assim, vai, faz o relatório e os analistas dão os pareceres. É assim que acontece. E na Limoeiro não tinha habitantes. Nós fomos fazer oitivas, mas consultamos todas as pessoas. Não tinha dentro, mas tinha uma colônia de pescadores a montante no rio Santo Antônio.

A Dalita falou da Serra Grande. Em Serra Grande não tinha. Tinham 3 moradores dentro. A gente circulou tudo, por isso que ela foi no entorno. Só para os senhores terem uma ideia, Ilha das Flores é um parque.

O que eu queria falar também é: que a gente precisa nivelar algumas situações. Se os senhores permitirem. A gente fala aqui de reservas e, assim, o Sistema

Nacional de Unidade de Conservação, o SNUC, divide, classifica, duas categorias de unidade de conservação, que são unidades de conservação, não são reservas; e a gente fala geralmente “reservas”. As unidades de conservação têm algumas que são de proteção integral, onde não tem ninguém dentro, não permite, são biomas sensíveis.

O senhor perguntou: “Como que decide uma categoria de unidade de conservação?” Uma unidade de conservação se classifica para proteger populações tradicionais, com cultura, modo de vida, são unidades de uso sustentável; onde se permite morar pessoas dentro; e, proteção integral, onde são para preservar mesmo o meio ambiente.

E onde há proteção integral, realmente, não moram pessoas; elas moram no entorno. Mas, assim, depois da criação da unidade de conservação é feito um documento chamado Plano de Manejo, onde as pessoas dão as opiniões, falam o que querem, a gente cria regras, elas mesmas criam as regras de convivência e de como vai funcionar aquela unidade de conservação. Uma estação ecológica e proteção integral, por exemplo.

E o Serra Grande seria parque, proteção integral; mas como nós vimos que só haviam três moradores, mudamos a categoria para uma RDS.

Em Surpresa, quando nós chegamos em Surpresa, nós recebemos a ordem para ir lá, não foi decisão nossa, certo? É uma decisão política criar unidade de conservação.

Chegamos em Surpresa, fizemos a oitiva, fizemos uma consulta pública, fomos no Idaron e em todas as instituições; Emater, a gente pesquisa todos. “Ó, estamos aqui criando uma unidade de conservação, vamos fazer uma reunião na praça central. O senhor quer participar, por favor?” E foram as pessoas. Aí falaram: “Não, mas aqui nessa localidade tem o assentamento do Incra”. Então ejetamos da categoria, tiramos a Surpresa. Não tem na lista aí, mas antes, no projeto, tinha a Surpresa.

Então, quando a gente vê um problema a gente vai in loco, consulta a população e, conforme as colocações, a gente muda o plano, tira da lista.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Então, vou fazer uma pergunta para o senhor. Na criação da Estação Ecológica Soldado da Borracha, se o senhor que tivesse ido lá e visse os moradores, as pessoas lá, seria o mesmo caso dessa?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Seria. Seria se tivesse uma população. Veja bem, uma unidade de conservação é criada para proteger populações tradicionais e cultura. Se a gente vê que existe uma população fazendo uso do meio ambiente ali, com o modo de vida peculiar dela, nós protegemos. A Sedam às vezes é vista — não é? — porque a gente tem uma bancada muito, assim, focada no agronegócio. A cultura do Estado de Rondônia é pecuária, agronegócio. Então, tem uma resistência quando vê a Sedam, mas a Sedam é uma Secretaria de Desenvolvimento Ambiental.



Quando a gente vê que existe uma população que precisa ser preservada, mantida, a gente cria uma unidade de conservação dentro de regras, onde as pessoas vão viver em harmonia com o meio ambiente ali. Aí tem regras, claro que não pode desmatar, não pode fazer criação extensiva de gado. Então, as pessoas são os extrativistas. E como o senhor falou, a estação ecológica, eu não entendi o caso, a não ser que seja um bioma muito sensível.

Se for um bioma sensível ou uma população tradicional, aí se cria a unidade, as categorias naquela unidade de conservação. Eu não sei como foi categorizada essa Esec (Estação Ecológica) aí que o senhor falou, a estação ecológica, que é uma das categorias mais restritivas que tem.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Para fazer um complemento. Gostei muito do seu esclarecimento técnico.

SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Muito obrigado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Porque é o que se cobra. O que se cobra nesses processos é isso que você acabou de dizer agora há pouco.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É uma responsabilidade.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Os estudos. Tanto que quando você elencou as unidades de conservações que você participou dos estudos, são unidades que estão no contexto geral porque fazem parte do pacote, digamos assim.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas, as não são as problemáticas.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É isso o que eu estou vendo agora.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – As problemáticas são aquelas em que as pessoas tinham Títulos expedidos em 1982 e que em 2018 aquela área, se você vir a foto de satélite do Soldado da Borracha, estava praticamente preservada. Por quê? Porque as pessoas que estavam ali tinham escritura pública e a comercialização maior era manejo florestal. E 2018, guardado um marco temporal de 2008, ou seja, dali só se poderia suprimir 20% daquela floresta. Então, esse estudo é o que essa CPI investiga. Você não participou do Soldado da Borracha?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Doutor, seu nome é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – João, Doca.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Doutor Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu vou fazer um breve comentário e já passo à pergunta.

Da Estação Ecológica de Umirizal você também não participou. Ali, originariamente, se tinha uma história de que estaria para proteger o umiri. Umiri que é uma arvorezinha que parece que só tem ali. Mas, a área do umiri é uma coisa insigne, perto do todo de quase 70 mil hectares. E ali tem uma problemática também do lago da usina, que avança contra as pessoas. O Terra Legal estava expedindo os Títulos ali, já tinha feito toda a regularização fundiária, inclusive com recursos pagos pelo Governo do Estado. Tem um processo que o Incra pediu. Quer dizer, era uma área já para ser regularizada. Eu trago essas informações porque muito provavelmente o que se busca aqui é saber o quê? Esses estudos foram feitos. Em algumas, nós observamos que realmente têm e são unidades de conservações que não são questionadas. As mais questionadas são essas duas — Umirizal e o Soldado —, porque elas têm escritura pública. Lá no Umirizal, tem gente com escritura pública, com Título expedido antes da contraordem que o Incra cessasse.

Então, o que estamos apurando aqui é o quê? Que se estes documentos encartados nos processos administrativos são a expressão da verdade do que ocorreu, de fato, ou se esse documento é produzido mediante fraude? Porque, eu vou citar aqui — eu acho que você já viu a imagem que a gente disponibilizou na oitiva da Dona Sebastiana e da outra —, se seu nome "Dárius Augustos Váquer Araújo", sua assinatura consta dentre as que estão aqui?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Consta, só que eu estou ali como extrativista. Eu vi algumas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sim, para você ver o cuidado que tem com o relatório, não é? A seriedade da coisa.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu achei que foi um engano.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas, a sua assinatura está aí?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Não, mas você não consta como extrativista. É, pode ser, porque tem duas pessoas e o extrativista está indicando um depois da sua assinatura. Talvez não te qualificaram corretamente.



O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - A pergunta é: você participou dos estudos de outras Unidades, à exceção dessas que você elencou?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Essas que o senhor citou, não. Eu participei dessas. Mas, eu penso que não existe a questão de desapropriação, indenização por parte do Estado para as pessoas?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não. O Estado, só para complementar, essas unidades foram criadas em 2018, nós já estamos há 06 anos. Teria no máximo, pela Lei do SNUC, no máximo 05 anos, para que se fizesse um plano de manejo dessas unidades. Nunca teve nada.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - É, não teve nenhuma.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Inclusive, o Decreto está até caduco. Já padece de caducidade. Então, só para aclarar: não tem decreto de desapropriação, não tem plano de manejo, quer dizer, o SNUC está rasgado.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Nós temos o CEUC (Cadastro Estadual de Unidade de Conservação) que é o Estadual, mas é uma cópia do SNUC. O Estadual pode ser mais restritivo do que o Federal.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Mas, essa é uma questão posterior, o que estamos a investigar é a origem. Se os estudos que a lei prevê que sejam feitos prévios, foram realizados. A pergunta, eu reitero, apenas para esclarecimento: nas demais unidades de conservação, conforme o Deputado Pedro enumerou aqui, você só participou daquelas que você demonstrou com pormenores.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Sim, senhor. Eu estive até mais de uma vez fazendo o socioeconômico...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Nas demais, nenhuma participação?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Essa assinatura está posta nos demais encartes aí de forma...

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Geral.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Equivocada.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - É, eu estive

nessas que eu citei. E têm os vídeos, têm os registros.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Ok.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu queria só confirmar com o senhor, uma pergunta para a gente finalizar. Qual o nome da área que o senhor foi e observou que não teria perfil para se criar uma unidade?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Surpresa, RDS Surpresa. Seria uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que não tira os moradores, permite atividades agroflorestais. É diferente de uma Reserva Extrativista. Uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável já permite atividades. E também, existem unidades que permitem a extração madeira também, de manejo florestal mesmo, são as Florestas Estaduais.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Que na época - eu estou fazendo essa pergunta aqui, eu gostaria que deixasse bem frisado na Taquigrafia -, eu era prefeito da cidade de Cujubim, na época que criaram a Estação Ecológica Soldado da Borracha.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Eu não tive a oportunidade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E pelo fato de o senhor não ter ido lá, se o senhor tivesse ido lá como o senhor foi em Surpresa, o senhor iria ter uma "surpresa" lá, e iria talvez, tomar uma decisão.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Se fosse um técnico da qualidade que o senhor mostrou aqui que fez o estudo...

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - As áreas que o senhor falou, a gente vê que elas, realmente, tiveram um perfil. E o senhor falando que chegou em uma área, e o senhor percebeu, a equipe que estava com o senhor, quem foi na área do Soldado da Borracha, às vezes, não identificou realmente com clareza.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E criou uma Estação Ecológica, uma área muito restritiva. Então, a gente quer comprovar, nesse trabalho que nós estamos fazendo aqui, a verdade.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO - Sim. Perfeito.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Que critérios



adotaram para criar algumas áreas?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Sim, deputado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Não são todas que a gente está aqui - às vezes a "olho nu", sem adentrar profundamente em todos os autos -, que agora a gente está fazendo as oitivas com os técnicos, e foi por isso que eu fiz essa pergunta. Eu quero deixar aqui frisado, isso aí. Porque era um perfil que tinha que ter sido analisado, ao meu ver, fora aqui do procedimento, com outros critérios.

E isso aqui me trouxe, assim, de ver que tinham pessoas imbuídas realmente, em transmitir aos autos, a verdade dessas áreas.

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, a gente tem que ouvir também esses técnicos que chegaram lá no Soldado da Borracha, chegaram em Umirizal, que são áreas tituladas que têm um critério diferente das outras. Então, obrigado pelas informações, foi muito útil. Deputada Drª Taíssa, Doutor Doca, Deputado Alex, se tiverem mais algum questionamento... Da minha parte já está dispensado. Muito obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Como eu percebi que o senhor é bem técnico, eu gostaria de fazer um questionamento. Para a criação de unidade de conservação, ela deve estar precedida do quê?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – Os estudos técnicos e os motivos que estão no SNUC: ou bioma ameaçado, ou uma área sensível. Por exemplo: a criação dessas unidades respeitou o zoneamento. Rondônia é um Estado pioneiro no zoneamento agroecológico-conômico. Foi o primeiro Estado no Brasil. E todas essas unidades, se o senhor for ver, são áreas propícias mesmo para criação de unidade de conservação. As onze.

A SRA. DRA. TAÍSSA - As consultas públicas ou até mesmo da forma que o senhor falou que foi registrado, gravadas as entrevistas, são pré-requisitos para a criação?

O SR. DÁRIUS AUGUSTO VÁQUER ARAÚJO – As oitivas, ou consultas públicas, sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sem os estudo e sem a consultoria pública ou as oitivas é invalida uma criação? Ou não pode nem ser criada?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO - Eu acredito que... Não. Faz parte.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Faz parte do quê?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Do processo de criação.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Áí não poderia criar?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, agora eu vou para o próximo questionamento: o senhor relatou que foi em três locais, não é?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Quatro, acho que quatro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quatro, não é? Surpresa.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Quatro ou cinco, não é? Uma foi tirada, porque a gente viu, in loco, a gente viu que não tinha as condições.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Serra Grande, Bom Jardim, Surpresa.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Ilha das Flores.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ilha das Flores e Limoeiro, não é?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Limoeiro. Sim, senhora.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Nos outros locais, o senhor pode me esclarecer, o senhor fez algum estudo técnico lá?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não, senhora deputada.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Alguma consulta pública?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Também não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Alguma entrevista?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Também não.

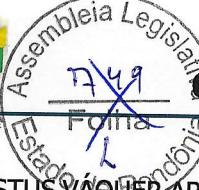
A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, por que...

O documento está, assinatura dele, não é? Sim. Por que o documento que valida a criação das 11 reservas, consta sua assinatura?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Porque eu fiz parte do processo de criação.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Das 11 reservas?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – De cada



08/11/2024



uma delas, não. Eu fiz parte da equipe que criou as 11. Deve ser por isso que meu nome está fazendo parte. Eu fiz parte da equipe que criou as 11 unidades. De uma só vez. Foi de uma vez criada. Mas foram várias equipes que se dividiam.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, então, o senhor me confirma. Se não tem nada disso, não tem estudo, se não tem consulta pública, se não tem entrevista, está inválido?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É, acredito que sim. Eu não sou do Direito, mas eu acredito que sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E outra coisa. A Ecoporé, como é que era o processo dela junto na Sedam?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Pois é, a Ecopré, eu não vi o movimento da Ecoporé. Eu acredito que alguém falou a Ecoporé, porque eu acho que o presidente dela já tinha sido, antes de eu chegar Sedam, coordenador da CUC. Mas, a Ecoporé não a vi participando.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Algum relatório feito por eles?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não vi essa parte.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Em relação aos que o senhor atuou, não é? As outras o senhor não sabe.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Não sei. Mas talvez algum técnico foi lá e ajudou a escrever algum relatório, talvez. Não sei informar. Não vi a Ecoporé.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Como o senhor é uma pessoa bem técnica, não é do Direito, mas percebi que o senhor tem bastante conhecimento, eu queria entender uma coisa. Como consta a sua assinatura falando de 11 unidades, 1 locais de reserva, se o senhor foi apenas em uma, duas, três, quatro?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Acho que cinco, não é?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas uma não foi, então quatro.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É isso que eu já falei, eu fiz parte da equipe que criou as 11. Eu não estive em todas.

A SRA. DRA. TAÍSSA – O senhor não valida as 11? Porque o senhor não tem conhecimento da documentação?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – As que eu fui eu garanto que eu fiz os trabalhos.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E as outras?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – As outras, eu tenho só a satisfação de estar na equipe com grandes técnicos, e eu tenho certeza que os colegas estiveram.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, eu estou falando do senhor, não dos outros. E as outras?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Das outras, eu não sei informar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – O senhor não pode, não é?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu não posso.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Entendi. Então, significa que a sua assinatura não condiz com a in loco e fazer o procedimento conforme a lei prevê. Umirizal...

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Só das que eu falei, eu fui.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Serra Grande, não. O Soldado da Borracha?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu não fui nessas. Eu fui nas cinco que eu mencionei.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito.

Da Ecoporé, senhor falou não ver nada. Teve algum servidor da Sedam que, depois que passou esse processo das reservas, passou a trabalhar na Permiam Brasil?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – A questão da Permiam é outra situação. Foi posterior à criação das unidades de conservação.

A Permiam é uma empresa inglesa que trabalha com áreas de natureza vigorosa e negocia o crédito de carbono, dividindo com o Estado. Tanto que tem um contrato aqui numa unidade de conservação dessa empresa, a Permiam.

E, pelo que eu sei, eles trabalham com áreas acima de 50 mil hectares. Então, eu não sei se essas unidades têm mais de 50 mil hectares. A Permiam, nós fizemos um procedimento de manifestação de interesse na Sedam para serviços ambientais, em que empresas interessadas em fazer negócios com unidades de conservação se manifestariam. E foi aí que surgiu essa Permiam.

Era um procedimento de manifestação de interesse em turismo. Como eu sou turismólogo, então eu até recebi as pessoas da Permiam para uma reunião, e eles se interessaram apenas em serviços ambientais, que é a questão do crédito de carbono.

Mas, não deu certo, porque o parque estadual Guajará-Mirim, que era a unidade em questão na época, era uma unidade de proteção integral. Então, assim, as questões administrativas e legais não permitiam e estavam muito em conflitos, também o parque Guajará com questão de invasão. Então, eles não quiseram fazer e dar



continuidade no projeto com o parque Guajará-Mirim. Então, eles foram para uma outra unidade. Não foi dessas 11; foi a reserva extrativista do Rio Cátaro, que é lá em Costa Marques. Eles estão atuando lá, com um projeto bem consistente realmente, lá em Costa Marques. A empresa Permiam.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A pergunta que eu fiz, que eu queria que o senhor me respondesse: se teve alguma pessoa que trabalhava na Sedam que, após o processo das 11 unidades, passou a trabalhar na Permiam Brasil?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quem? Pode descrever o nome?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu não me recordo de todos, mas eu acredito que tiveram técnicos que foram exonerados da Sedam, não para ir para a Permiam.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, foi uma consequência, o próximo trabalho?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eles foram convidados para ir trabalhar na Permiam, como já tinham conhecimento da área a Permiam falou: "Opa, você já trabalhou na coordenadoria? Vem trabalhar com a gente". Porque eles cuidam de unidades de conservação também. Eu acho, acredito, que tenha sido esse o motivo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Teve, durante esse processo, dessas idas, que o senhor mesmo falou, que relatou que foi, vocês receberam algum valor de um Fundo?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – De forma alguma, deputada. Questão de diária, quando se fala em diárias, por exemplo, nós funcionários, servidores públicos, diária não é pagamento de serviço de ninguém. Diária é para fazer deslocamento, despesas diárias. Não consta nem na nossa Folha de Pagamento, nem no Imposto de Renda, diária. Porque diária não é pagamento de trabalho. Então, a diária é inerente ao nosso deslocamento. Foi isso que a gente, nada mais do que isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Recebeu da questão da Arpa?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É o Programa Arpa. É o Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Vocês receberam?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – É uma política pública do Ministério do Meio Ambiente que alcança unidades de conservação aqui na Amazônia. Eles apoiam manutenção de unidades de conservação. E

o Programa Arpa apoiou a criação dessas 11 unidades, com diárias, combustível para as pessoas se deslocarem para criar. Nós somos pagos para criar unidades de conservação. Somos pagos para cuidar de unidades de conservação. E foi o nosso trabalho.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Obrigada.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu que agradeço a oportunidade, mais uma vez, de a gente ser chamado para sermos ouvidos aqui. Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado pela sua disposição.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só um comentário final. você levantou a questão que a criação das 11 unidades de conservação respeitou a lei de zoneamento.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Sim.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas, leis ruins trazem resultados ruins. O nosso zoneamento é ótimo. Mas os Títulos expedidos do Soldado da Borracha datam de 1982 e neles tem atividade que é a agropecuária. E o zoneamento foi lá e tornou a área Zona 2.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Doutor, acredito que se houve algum erro a gente precisa consertar os erros o mais rápido possível, antes que criem consequências maiores.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Seria bom. Seria bom, mas não é assim que funciona.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Se fosse tão simples a gente não estava sofrendo tanto, os produtores não estavam sofrendo tanto, as pessoas não estavam com tanta insegurança jurídica e nós, deputados, eu estou no primeiro mandato, o Deputado Alex Redano já está no segundo mandato e a gente está na mesma luta e as pessoas sofrendo. Imagina um produtor que tinha lá Título definitivo da sua propriedade e de repente, agora, é unidade, é reserva e simplesmente a pessoa não sabe o que fazer.

Infelizmente, como o senhor falou, quando é feito certo não dá problema, mas quando não faz o estudo, não vai na localidade, não faz o estudo socioeconômico, não vê quem está lá, não verifica a documentação, a gente sofre. E quem está sofrendo, na ponta, são milhares de pessoas que têm produção, que têm família e ainda sendo impedidos de os filhos poderem estudar, sendo impedidos, hoje, da manutenção nas estradas, sendo impedidos, hoje, de ter o sustento.

Infelizmente, hoje, é a realidade. Soldado da Borracha, Umirizal e outras localidades, estamos vivendo

um caos.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu seria o primeiro a apoiar as iniciativas, assembleias, eu não tive conhecimento dessa situação lá. Mas, eu seria o primeiro a colocar no relatório a situação e tirar da relação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado pela participação. A gente está aqui em busca dos fatos e como o senhor participou o senhor deu seus esclarecimentos. Muito obrigado.

Deputada Drª Taíssa, Doca.

E vamos agora ouvir, está on-line, a Sílvia Gonçalves, bióloga. Ela está on-line, vai participar com a gente.

Boa tarde, Sílvia. Oi, está ouvindo?

ASRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Boa tarde.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Sílvia, se apresente, fale qual a sua profissão, aproveita e fala se você tem conhecimento do porquê você foi convidada a estar aqui hoje e se você participou desse processo da criação das 11 reservas.

ASRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Boa tarde, meu nome é Sílvia Gonçalves, sou gestora financeira do Programa Arpa, na Estação Ecológica de Samuel, desde 2015. Em relação às criações das 11 unidades, eu fui escalada para fazer o estudo da fauna na Serra Grande. Só, apenas, na Serra Grande, que estava indicada para ser um parque estadual Serra Grande. Chegando lá, vista a população que havia no entorno, então foi sugerido que seria a categoria de rendimentos sustentável.

Friso bem: só fui uma única vez fazer o estudo de fauna no Serra Grande. Não participei de nenhum outro estudo, de nenhuma outra unidade. E não assinei o relatório, como consta aí nessa figura que os senhores demonstraram.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Perfeito, Sílvia.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sílvia, só um questionamento. A senhora não assinou o relatório porque a senhora não concordava com a situação de 11 unidades de conservação?

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Muito pelo contrário. Eu não assinei o relatório por não ter participado dos estudos técnicos. Eu fui muito favorável à criação de todas as unidades de conservação e ainda sou favorável à criação de mais unidades de conservação.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A senhora pode abrir a câmera, por gentileza, para pegar a imagem? Porque a gente está

aqui em uma convocação da senhora como testemunha.

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Aqui estou eu.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Boa tarde, Dona Sílvia. Muito obrigado pela presença. Dona Sílvia, eu acho que a senhora respondeu aos questionamentos que essa CPI busca, que é justamente saber se esses estudos foram feitos ou não foram. E a senhora foi taxativa: participou do estudo da Serra Grande, e, das demais, não participou.

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Exatamente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Todavia, nesse documento consta que a senhora participou do estudo das demais. Ele é um documento, então, que não expressa a verdade?

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Mas, eu não assinei o documento.

O SR. PEDRO FERNANDES – Ah, a assinatura da senhora não consta, então, desse elenco aqui? Só o nome?

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Consta aí a minha assinatura?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Vamos exibi-lo para a senhora confirmar: sim ou não. Por favor, exibe aí, a equipe técnica, aquela imagem. A assinatura da senhora está aí?

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Não.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ah, não está. Só o nome: Sílvia Gonçalves, bióloga. E a assinatura não está entre as presentes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Eu me dou por satisfeito no questionamento dela, já.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Eu também.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu também estou extremamente satisfeita.

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Posso fazer algumas considerações?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Pois, não.

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Esses estudos, na época, os técnicos da Sedam foram

divididos em equipes para fazer os estudos nas unidades de conservação. Então, nem todos estiveram em todas as unidades por conta da dimensão do nosso Estado e da distância de cada unidade. Correto?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Correto.

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Isso foi lá para o estudo. A outra consideração que eu gostaria de dizer aos senhores, em relação ao artigo 225 da Constituição Federal, que fundamenta e cobra do poder público, a preservação do meio ambiente.

No artigo 225 diz: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo (brasileiro) e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade (sociedade) o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Então, a criação das unidades está no inciso I, II, III e VII. No SNUC, no art. 22, § 4º, diz que: "Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta pública (...)".

Dito isso, a criação dessas 11 unidades foi indicada pela realização do zoneamento socioeconômico e ecológico do Estado. Uma solicitação da Assembleia Legislativa, por acaso.

A criação de uma unidade de conservação constitui um mecanismo eficaz para proteção e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, prestando serviços ao ecossistema na sociedade e garantindo a sustentabilidade do agronegócio.

Então, vejam os senhores, as unidades de conservação são essenciais para a sadia qualidade do meio ambiente, inclusive, porque elas prestam serviços ecossistêmicos fundamentais para o nosso agronegócio, para o nosso desenvolvimento econômico do Estado.

E, ainda ressalto. Eu sempre digo, não é só aqui que eu falo, falo em qualquer outra palestra, em qualquer outra oportunidade; se cada árvore e se cada animal tivesse um Título de Eleitor, um CPF, as unidades de conservação não seriam questionadas e, sim, seriam estimulada a criação. Muito obrigada, senhores.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Dona Sílvia, já que a senhora quis falar mais, eu quero fazer uma pergunta. Com a criação dessas unidades de conservação, vamos falar, efetivamente, a preservação do meio ambiente ganhou ou perdeu com a criação delas?

SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) - Sempre ganha, nunca perde. A proteção do meio ambiente, a criação de espaços protegidos nunca perde, sempre ganha. Ganha o agronegócio, ganha a população e ganha o planeta. O senhor tem filhos, tem neto, tem bisneto, vai ter tataraneto. Qual é o planeta que o senhor quer deixar para as suas descendências?

— que o senhor quer deixar para as suas descendências? Quando no artigo 225 diz “preservar para os presentes” — nós — “e futuras gerações”, está dizendo dos seus descendentes.

A unidade de conservação ~~nunca~~ é prejuízo. Nunca perde. Sempre ganha. É sempre um ganho para o Estado. É sempre um ganho para a sociedade. É sempre um ganho para o planeta.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Estamos satisfeitos.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Obrigada, Dona Sílvia. Só que como a senhora é boa de legislação, a senhora não pode esquecer também do artigo 5º, que fala bem claro que todos nós somos iguais perante a lei, garantindo direito à liberdade, à igualdade, à propriedade; quando a pessoa já tem propriedade, à alimentação. Então, artigo fala bem claro. Antes da questão...

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) – Na criação da unidade de conservação, a propriedade é preservada; caso seja criada uma unidade de conservação de proteção integral, as pessoas que lá moram são indenizadas. Existe um mecanismo chamado regularização fundiária, que é a indenização dessas pessoas. Nas áreas que foram criadas à época não havia uma só pessoa lá dentro. Nem na Umirizal nem no Soldado da Borracha.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, sem estudo prévio não pode... A senhora está falando uma coisa que a senhora nem esteve lá.

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) - Os que entraram foram após os estudos realizados para a criação, foram oportunistas. O Soldado da Borracha foram entregues para pessoas centenárias.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então a senhora fala, Dona Sílvia, Dona Sílvia, por favor. Então a senhora está falando aqui que não morava ninguém no Soldado da Borracha quando foram criadas as 11 reservas? A senhora confirma isso?

A SRA. SÍLVIA GONÇALVES (Por videoconferência) -
Confirmo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Está ok. Satisfeito. Vamos lá, vamos ouvir outra. Quem é o próximo que está on-line, que está no ponto? Vamos ouvir agora a Priscila Rocha. Priscila Rocha, on-line, engenheira florestal. Oi, Priscila. Seja bem-vinda.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) -
Obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu quero que você se apresente. E se você tem conhecimento do porquê você está aqui hoje.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência)
- Então, como já dito, meu nome é Priscila, sou
engenheira florestal de formação. Atualmente estou

cursando Mestrado de Conversação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável pelo Instituto de Pesquisa Ecológica — IPE. E, sim, estou ciente pelo motivo que eu estou aqui fazendo parte dessa assembleia.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Fala para mim o motivo, por favor.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - É com relação aos estudos técnicos para criação das 11 unidades de conservação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você participou e colaborou com a elaboração dos estudos técnicos para a criação das 11 unidades de conservação, que é o objetivo dessa investigação?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Bom, sim. Eu fiquei incumbida na época de participar do levantamento florístico da RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) Limoeiro e não estive nas outras áreas, apenas na área Limoeiro.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então, só para esclarecer, tem um documento aqui que fala "técnicos que realizaram o estudo para a criação das 11 unidades de conservação". E a pergunta é: a senhora foi nas 11 unidades de conservação e participou desse estudo ou não? A senhora acabou de falar que foi em uma, não é?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Exatamente. Passei apenas de uma, porque como a própria Sílvia falou anteriormente, os colegas, tínhamos grupos de equipes e eles eram divididos e eram encarregados de algumas ações.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então, o documento aqui presente que fala das 11 não é verídico?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Bom, eu posso dizer que eu participei apenas da RDS Limoeiro e não participei das outras áreas.

A SRA. DRA. TAÍSSA - E lá a senhora só fez o estudo florístico, isso?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Exatamente. Florístico e fauna também, porque tinha uma outra equipe comigo que ficou responsável pelo levantamento de fauna.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você conhecia alguém da equipe que foi no Soldado da Borracha ou no Umirizal?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Não. Não consigo me recordar, sinceramente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - No Umirizal você

lembra de alguém que foi que fez o trabalho lá, algum colega seu?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você é engenheira, não é?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você fez o trabalho como engenheira nesse processo de criação das Unidades?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Sim, fiz um levantamento preliminar da parte de flora e a outra equipe que estava comigo ficou responsável pela parte de fauna, da RDS Limoeiro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, as outras áreas você não conhece nem um engenheiro que ficou responsável pela equipe de lá, que foi lá?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você trabalhava na Sedam mesmo, na época?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Sim, trabalhava, na coordenadoria.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E você não tinha nenhum colega seu que você falava: "Oh, estou indo lá para o Soldado da Borracha, estou indo lá para o Umirizal. Você não via..."

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Eu conheço todos os meus colegas engenheiros que atuavam naquela época, mas eu não consigo me recordar para falar para o senhor, com toda certeza, qual é a área que cada um estava participando da pesquisa.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Está certo. Obrigado.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Eu posso afirmar que eu estava na RDS Limoeiro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Satisfeito.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Priscila, para complementar a pergunta do deputado, você teve alguma notícia que alguma outra empresa de qualquer natureza prestou serviço de estudos em algumas das criações de outras unidades?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) - Não, não tenho ciência, até mesmo porque o que eu me lembro, é que a equipe da Sedam estava responsável



por fazer esses levantamentos em campo. Todos que estiveram atuando diretamente nesses estudos, elaboraram os relatórios de viagens, então, até mesmo porque você tinha que prestar contas com relação à diária que você recebia, e todos esses documentos e relatórios foram assinados. De campo, não é?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Para concluir, creio que você está acompanhando a sessão on-line, eu não sei.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Estou.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Já foi exibido o documento aqui, várias vezes, uma relação de técnicos que fizeram os estudos prévios para a criação dessas unidades de conservação. A sua assinatura se encontra entre eles?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Sim, se encontra.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Esse documento está encartado em todos os processos, como sendo essa equipe na criação de todas as unidades, nos processos de todas unidades. Você já foi categórica aqui, disse que participou apenas da questão do Limoeiro, não é?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Exatamente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Seria dizer que esse documento para sustentar, como uma técnica que participou do estudo das demais, estaria sendo um documento que não teria validade, ok?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Bom, eu posso dizer que eu estive na RDS Limoeiro e não estive nas outras áreas, e não saberia te dizer, com certeza, se esse documento é válido ou não, por ele (**inaudível**) feito nas outras áreas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Você recebeu a cópia dos processos?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Recebi hoje.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Recebeu hoje, não é?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – É.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ok.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Satisfeito da minha parte. Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Satisfeita, vamos para o próximo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Obrigado.

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Vamos convidar agora Isadora Araújo Chagas. Está on-line, Isadora?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Estou.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Boa tarde.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Boa tarde.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Seja bem-vinda.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Você pode se apresentar e aproveitar e falar se você tem conhecimento do que estamos tratando aqui hoje.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Sim, meu nome é Isadora Araújo Chagas, sou engenheira florestal, mas no momento não estou atuando na área e, sim, estou ciente que fui chamada sobre as 11 unidades de conservação que foram criadas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Deputada Drª Taíssa, tem alguma pergunta?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Eu gostaria de saber, em quais, se a senhora foi em alguma dessas unidades, quais que a senhora participou? O que é que efetivamente a senhora fez?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Sim, eu participei de algumas, mas a principal foi a Parque Estadual...

A SRA. DRA. TAÍSSA – Travou aqui. Tem que pedir para ela reconectar aí.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Oi, voltou? Pode Continuar. Isso.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência) – Então, eu participei de algumas, algumas unidades, mas em especial o Parque Estadual Ilha das Flores. Eu fui fazer os levantamentos preliminares dos estudos socioeconômicos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Mais alguma você participou?



A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Sim, participei da Limoeiro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Limoeiro. Qual mais?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Isso. Eu não lembro, mas teve mais.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Ilha das Flores e Limoeiro, esse aí você tem certeza que você participou.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Isso. Essas eu tenho certeza.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Vou perguntar uma por uma e você me diz, que aí fica mais fácil.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Tá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Rio Pardo?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Rio Pardo, participei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Floresta Estadual do Rio Pardo? Tem a Área de Proteção Ambiental Rio Pardo, que é uma. E tem a Floresta Estadual do Rio Pardo, que é outra. Você participou das duas?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não, participei só de uma, mas eu não recordo agora qual das duas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Estação Ecológica Umirizal. Você participou?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não. Umirizal não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Reserva de Fauna Pau D'Óleo?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Em São Francisco do Guaporé?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Parque Estadual Abaitará, em Pimenta Bueno?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não, também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Parque Estadual Ilha das Flores, em Alta Floresta?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Sim, participei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado, em Porto Velho?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, em São Francisco do Guaporé?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Participei.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande, em São Francisco Guaporé?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Participei também.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim, em Porto Velho?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Estação Ecológica Soldado da Borracha?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Ok.

A SRA. DRA. TAÍSSA - A senhora falou que participou da Área de Proteção Ambiental de Rio Pardo, em Porto Velho e Buritis. Quando isso?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Lembro o ano só. Foi em 2017, agora o período não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA - E o que a senhora fez lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- A gente fez o levantamento socioeconômico da área.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Quem a senhora estava acompanhada?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Ah, eu não lembro. Faz muito tempo.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Nenhum desses outros engenheiros, técnicos da Sedam? Ou empresas privadas?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Não. Porque a gente não foi só uma vez, fomos várias vezes. Então, nunca repetia a mesma turma, vamos dizer assim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quantas vezes a senhora foi lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Aí nossa, tem sete anos, não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tinha famílias lá trabalhando?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tinha pessoas que tinham criação de gado?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
-Também não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tinha pessoas plantando ou cultivando agricultura familiar?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não. Não lembro.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Priscila, só para contribuir com a deputada. Você fez os estudos para criação da Rio Pardo?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Eu, não é, deputado?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Da Área de Proteção Rio Pardo?

A SRA. PRISCILA ROCHA (Por videoconferência) – Eu fiquei apenas na RDS Limeiro.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Não, não, Priscila, me desculpa, eu me equivoquei na data. Você já fez o seu depoimento. É a Isadora.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não, não lembro.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ué, Isadora, mas.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Desculpa, não. Eu fiz sim, participei.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Do Rio Pardo? Mas qual trabalho você desenvolveu?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Mas, a que eu mais participei mesmo foi Ilha das Flores.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ah, então Rio Pardo você não participou?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Participei, mas como eu falei, fui poucas vezes.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas que trabalho você desenvolveu lá? Porque Rio Pardo tem particularidades que são muito presentes, a criação dela. Eu gostaria de saber qual trabalho que você como engenheira, desenvolveu lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- A gente foi fazer levantamento socioeconômico.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Socioeconômico lá de Rio Pardo?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Isso.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Para qual finalidade lá? Para qual finalidade esse levantamento socioeconômico?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Para ver se tinham pessoas, moradores.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – E você não se lembra de ter encontrado pessoas lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não lembro, porque eu fui só uma vez.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ah, só foi uma.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- É, por isso que eu estou falando, o que eu participei mais foi a Ilha das Flores.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Quantos dias você ficou lá?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Sabe porquê? Porque Rio Pardo, Rio Pardo é uma parte. Esses decretos apenas delimitaram o que seria FERS (Floresta Estadual de Rendimento Sustentável) e o que seria APA (Área de Proteção Ambiental). Porque lá é uma área desmembrada da Floresta Nacional, por uma lei federal, e o que se buscava ali era dizer o que seria Área de Proteção Ambiental e o que seria Floresta Estadual Ambiental. Então, há muita particularidade, ali é muito habitado,

ali é uma região que tem para mais de 10 mil famílias. Aquela região de Rio Pardo tem banco, posto de saúde, escolas, posto de gasolina; é inacreditável que você tenha feito um levantamento lá e não se lembre que tenha conversado com pessoas.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E não se lembre de nada.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não. É como eu estou falando, eu fui uma vez, que foi um dia, e eu não lembro onde fomos. É isso que eu estou falando.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, então já que a senhora foi lá, na Área de Proteção Ambiental de Rio Pardo. A senhora hoje, reside em qual município do Estado?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não, hoje eu moro fora do Estado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, tá! E o Rio Pardo ele fica próximo de qual cidade? Já que a senhora foi lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Ah, eu não lembro. Eu fui lá só uma vez.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, sim. Se a senhora não lembra onde fica, a senhora falou agorinha há pouco, a senhora ficou um dia lá.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- "Uhum". Fiz um estudo em um dia. A minha parte foi só um dia.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, sua parte foi só um dia. Em um dia daria para catalogar todos os moradores lá de Rio Pardo, pela sua função de engenheira?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não. Eu estou falando assim, eu fui um dia, mas outras várias equipes foram.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, eu quero saber da senhora. A senhora, como engenheira, tem como catalogar as pessoas que moravam lá em um dia, em Rio Pardo?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não, eu não. Uma parte. Uma parte, sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tá. E quantas pessoas a senhora catalogou?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Ai, moça. Como eu já falei fazem sete anos, eu não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas catalogou pessoas que moravam lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)

– Não tem como lembrar. Creio que sim, eu não lembro, mas sim, fomos fazer o estudo, então sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A senhora chegou a ter conhecimento que tinha pessoas que tinham o Título definitivo da propriedade?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – No estudo sócio econômico você solicita a documentação das pessoas?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Sim, perguntamos.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E a senhora solicitou?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Creio que sim. Creio que na época, sim. Mas, na verdade disso, eu não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – De quantas pessoas?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Eu fui uma única vez. A que eu estou mais a par é a Ilha das Flores. Eu participei bastante.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, em relação a Rio Pardo, já que a senhora, já repetiu duas vezes, a senhora está mais a par da Ilha das Flores. E em relação a Rio Pardo, a senhora tem certeza que consegue confirmar que fez estudo socioeconômico lá? Já que a senhora não sabe nem onde é.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sim, o quê?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Consigo confirmar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – "Uhum".

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Todas essas diligências de estudos quando o servidor se desloca, ele recebe diárias. Se lembra o ano pelo menos, para a gente pedir o seu deslocamento para a região, já que a senhora não sabe onde é, de Buritis, para a gente ver?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
- Creio que foi em 2017. Não lembro muito bem, mas, se não me engano, o ano foi esse, 2017.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tá. Já que a senhora esteve na localidade, sabe me dizer sem tem posto de saúde lá?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
– Não lembro.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Se tem criação de gado nas propriedades?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)
– Eu já respondi essa pergunta, eu não lembro, gente.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Eu posso só dar um esclarecimento, para contribuir?

É que a APA é uma unidade menos restritiva de todas, ela é de uso sustentável. Por exemplo, nós estamos em uma APA. A beira do rio aqui até a usina, a estrada de ferro, está tudo dentro de uma APA.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Sim. Os estudos ali era só para definir o que era APA e coisa que não teve estudo de criação.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – No Nordeste existem APA's que que envolvem 30 municípios tudo dentro de uma APA. Então, a APA não é uma unidade que restringe, pode ter posto de saúde, pode ter posto de gasolina, pode ter várias coisas dentro de uma APA.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Dárius, é o seguinte: o objetivo do processo aqui é esclarecer se os documentos que tem aqui, o relatório que diz que foi feito se ele foi feito de fato. Porque o papel que foi feito lá na APA está aqui, inclusive, com a sua assinatura. Você entendeu?

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Só estou esclarecendo que a APA não tem problema ter gente, gado, pode ter. Só existem algumas regras.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (DOCA) – Dárius, não se torna uma discussão que não é questão do tema. Eu sei que você quis contribuir. O objetivo da CPI aqui é esclarecer se os documentos que nós temos aqui, são documentos que demonstram o que de fato ocorreu lá. Por quê? Porque esses moradores nunca viram essas pessoas lá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Porque para entrar com a Ação de Inconstitucionalidade contra, quando houve o decreto desafetando parte dela, o que se alega é que não tem estudo. E nós estamos aqui buscando as informações, apurar se, realmente, quando foi feito houve estudo. A gente já observou que houve estudos de partes, que já foi confirmado.

O SR. DÁRIUS AUGUSTUS VÁQUER ARAÚJO – Só que precisa esclarecer isso, ninguém vai ser tirado de uma APA.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Não. Entendi.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas aqui a gente está falando de unidades de conservação, efetivamente, no caso aqui, os questionamentos. Só tem uma coisa que eu gostaria de saber da Isadora.

Isadora, você falou que foi uma única vez, um único dia lá em Rio Pardo. Eu gostaria de saber, esse estudo socioeconômico que a senhora disse que fez em um dia, foi efetivamente para o quê?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)

– No caso, para conhecer a população. Para saber a expectativa, qual o sustento das famílias, esse tipo de coisa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas isso não estava atrelada à criação de alguma reserva, não, não é?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)

– Então, como eu falei. Eu fui para um levantamento preliminar para a gente conhecer a área.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, tá! Mas não para nenhum estudo, não é? Só um levantamento preliminar.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)

– Um levantamento preliminar. Isso. Eu, eu, Isadora, fui para um levantamento preliminar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E esse levantamento preliminar em um dia não foi concluído, não é? Que a senhora disse que foi em um dia.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)

– Não. Não. Eu não prossegui, porque eu fui para a Ilha das Flores.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ah, então, na verdade, foi uma passagem rápida.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)

– Isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Então a senhora não consegue nem definir efetivamente o que a senhora viu lá em Rio Pardo?

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)

– Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sem mais perguntas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Muito bem! Obrigado pela participação da Isadora. Obrigado pela sua participação.

A SRA. ISADORA ARAÚJO CHAGAS (Por videoconferência)

– Isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Eu já me dou



por satisfeito, Deputada Taíssa também e Doutor Doca também.

Vamos agora com o Márcio Antônio Nunes Brandão, está on-line, Márcio?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Boa tarde, deputados.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Boa tarde.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Estamos aqui on-line.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Seja bem-vindo. Obrigado por estar aqui junto conosco participando.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você tem conhecimento do porquê você está aqui?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Sim, sim, eu tenho conhecimento. Isso tem a ver com a questão da criação das unidades de conservação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Muito bem. E você atua como quê? Técnico? Engenheiro? Qual era a tua função?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Bom, me apresentando, o meu nome é Márcio, eu sou engenheiro florestal. Na época, eu trabalhava na CUC - Coordenadoria de Unidade de Conservação e trabalhava como engenheiro florestal na parte da geociência.

O que é geociência? Essa é a parte que você mexe com a elaboração de mapas e monitoramentos ambientais.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Muito bem. Você era chefe do setor, desse setor?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Isso, no meu CDS constava que eu era chefe de unidade de conservação, se eu não me engano. Eu não lembro e não me recordo, mas era alguma coisa relacionada a chefe de unidade de conservação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Como você mexia com os mapas, você foi in loco nessas unidades tirar os pontos?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Não, não. Então, vamos lá. O que é acontece? Da minha parte, que eu fui designado para delegado para fazer, era de atribuição técnica, para mim, na época, elaborar, confeccionar os mapas temáticos e os mapas dos polígonos dessas unidades de conservação

que estavam proposta para a criação.

Eu criei na época, 56 mapas. Elaborei esses 56 mapas, que são os mapas temáticos, que é geologia, geomorfologia, solos, relevo, hidrografia e também o mapa do polígono das unidades. Só que todos esses arquivos são chamados arquivos shapefiles, que são arquivos vetoriais prontos.

Esses arquivos vetoriais prontos a gente joga no software específico, é o QGIS, e lá a gente elabora um layout como se fosse um autocad. Sai uma planta baixa, no caso saíam os mapas. Os mapas das unidades de conservação.

Aí eu criei um layout, um modelo padrão, fiz esses mapas, para contribuir para os estudos também para a elaboração do documento técnico da escrita de todos os dados técnicos que estavam presentes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, você está confirmado que não houve um trabalho de campo.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Eu não fui em nenhum momento, nesses dias, para realização do trabalho de campo, porque geologia de geomorfologia, solo, relevo, geografia você não precisa. Isso são dados secundários. São dados que tem na base de dados geográficos do IBGE.

Então assim, a pessoa que tem expertise para realizar uma elaboração de mapa, vai nessa base de dados geográficos, toda pessoa que trabalha com o SIG, que é o Sistema de Informação Geográfica, que sabe manipular esses dados, ele sabe o local onde baixar essas bases de dados, que no caso são os shapefiles (arquivos vetoriais).

Então, você não precisa ir, porque é uma escala de um para 250 mil (1:250.000), que é uma escala a nível de municípios; e lá nós temos a hidrografia formada, os rios formados. O Estado de Rondônia delimitado, a questão do estudo de geologia, entendeu? Tudo isso são prompts.

O que é que você faz? Você leva isso...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, você está afirmando que Rondônia tem uma cartografia atualizada, quando você fez os estudos?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - Com certeza. Na época, o IBGE atualiza na verdade esses dados — entendeu?

E na minha época eu peguei os dados do IBGE atualizados. E a cartografia...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - De qual ano o senhor usou a base de dados do IBGE?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) - 2017.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - De 2017.



O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – É, hoje nós estamos aí em 2024, então...

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Você sabe que o IBGE atualizou os dados dele em 2010. Foi a última atualização. As outras, foi tudo por aproximação. Você usou, então, sete anos depois de o IBGE ter atualizado os dados. É isso?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Sim, sim. É o que consta mais atualizado, perdão. É o que consta mais atualizado.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - E como é que vocês conceberam essas poligonais de cada área? Isso foi feito antes da criação, depois do estudo? Quem delimitou e disse: "Olha, vai ser essa área aqui, o polígono XX". Quem determinou e disse: "Essa área, especificamente a cartografia dela, o polígono é esse, esse." E em que tempo foi feito isso?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Boa pergunta, boa pergunta. Existe dentro da Sedam uma Coordenadoria de Geociência, que é a Cogeo. Entendeu? Na Cogeo eles faziam esse trabalho, que é um laboratório, eles faziam esse trabalho de confecção desses polígonos. Os polígonos da criação das unidades foram confeccionados no laboratório. Não participei dessas reuniões, não participei dessas discussões, como foi feito, "aqui vai ser determinado, centralizado, aqui vai ser conforme a memorial descritivo, aqui vai ser Ilha das Flores". Não participei.

Isso era conversado, acordado de coordenadoria para coordenadoria. Esses polígonos vinham para mim e eu jogava no SIG (Sistema de Informação Geográfica), que é um programa específico, onde eu fiz o layout, plotei esses mapas — entendeu? — dessas áreas. Mas eu não alterei, não fiz nenhum tipo de recorte nessa parte.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas em que tempo foi feito isso? Antes ou posterior já aos pseudoestudos realizados? Em alguns casos, evidentemente, restou claro, pela oitiva dos técnicos, seus colegas que participaram, que realmente teve estudo, que o relatório técnico foi feito, que foram in loco; mas isso, o tempo da construção dessa cartografia, você se lembra? Consegue precisar que ano foi, se antes de 2015, depois de 2018?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Você está falando do polígono vetorial da área?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É. Dos polígonos que determinavam qual seria a área de unidade de conservação.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Não. Não tenho conhecimento. Não tenho conhecimento, mas eu tive conhecimento agora do processo, que hoje chegou, hoje na parte da manhã chegou o processo para a gente. Foi encaminhado. Eu vi lá o estudo de Umirizal, o documento, e vi lá os mapas que foram feitos em 2016 — biologia, geomorfologia, solos e relevos —, aquilo que eu acabei de explicar para vocês. Esses mapas desse estudo eu não confeccionei. Eu confeccionei mais três mapas apenas à parte, desse Umirizal.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – De todas as unidades você fez?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Somente de Umirizal. As outras unidades eu fiz.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só Umirizal que você fez o mapa da cartografia?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Cartografia? O que o senhor quer dizer com cartografia?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Que você fez o trabalho, você está dizendo que foi quem fez, elaborou os mapas?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Os mapas temáticos, geologia, geomorfologia, solos e relevos, clima, vegetação eu não confeccionei porque, inclusive, está lá nos estudos que foi feito em 2016.

O que eu fiz, que eu tenho aqui em mãos, eu fiz só a questão fundiária, carta imagem atualizada, que é a carta imagem, que é chamada imagem de satélite, e também o mapa do zoneamento, apenas para dizer onde é que se enquadra essa estação ecológica, que no caso seria subzona 2.1, zona 2, subzona 2.1.

Eu fiz apenas três mapas de Umirizal, mas os temáticos eu não fiz.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Ok. E em que ano? Você lembra quando você fez isso?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Foi 2017. Eu entrei em fevereiro de 2017. E nesse período, que eu não me lembro quantos meses foram esses estudos, eu fiquei apenas na Sedam, na Secretaria, confeccionando esses mapas. Não viajei um minuto sequer.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Você que fez esse mapa da Rio Pardo também?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – APA Rio Pardo?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – É.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Sim. Fiz. APA Rio Pardo, eu fiz três mapas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Do Umirizal você fez?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Umirizal fiz apenas três mapas, mas os temáticos não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Pau D’Óleo você fez mapa?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Fiz.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Parque Estadual Abaitará?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Abaitará, fiz.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Parque Estadual Ilha das Flores?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Ilha das Flores, fiz geologia, geomorfologia, solo, relevo, solo, vegetação e clima.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Fiz fundiária, carta imagem e zoneamento. Fiz quatro mapas.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Limoeiro, fiz. Fiz todos os temáticos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Fiz, inclusive de altimetria e modelo de elevação digital.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Bom Jardim também fizemos todos os temáticos.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Estação Ecológica Soldado da Borracha?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Fiz três mapas, que é a carta imagem, o fundiário e a localização.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – O fundiário como é? Explica para mim o fundiário.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Fundiário é onde você pega uma base fundiária, que na época tinha uma informação interna do Incra em que a gente plotava onde eram as áreas, entendeu? As áreas cortadas pelo Incra.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – E essas áreas cortadas, estava tudo delimitado os lotes que tinha titulação do Incra.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Eram 727 lotes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Muito bem. Obrigado pela informação.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Ok.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Só para concluir, então você afirma que esses dados você não fez nenhum levantamento, teve como base os dados que já estavam prontos na Cogeo, arquivo pronto da Cogeo. É isso?

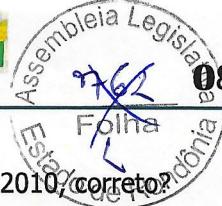
O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – É. Isso. Separando os dados que eu utilizei para a questão da confecção dos mapas temáticos, geologia, geomorfologia, solo e relevo, a vegetação, hidrografia, esses dados você pode pegar em plataformas abertas, que no caso, eu peguei do IBGE, entendeu? Agora, essa estrutura do polígono, da construção do polígono de cada unidade vetorial, essa foi feita, criada no laboratório do Cogeo e repassada de coordenadoria para coordenadoria, onde eu confeccionei esse mapa.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É todo um estudo secundário, não é?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – A questão da vетorização das unidades, eu acredito que não seria secundário. Não seria secundário.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Mas, já existia uma base de dados no Cogeo, então, é um...

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por



videoconferência) - Não, a base de dados do Cogeo que existia, que eu peguei também, é...

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Não foi você quem delimitou o polígono, certo?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Não, não fui eu.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – E a base de dados já existia, do Cogeo, você apenas se utilizou dele para...

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Confeccionar os mapas.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – É.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Exatamente.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Secundário, um estudo secundário. Ok, eu me dou por satisfeito.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Márcio, só um questionamento. Quando você recebeu as informações do Incra para você confeccionar os mapas, essas informações do Incra estavam atualizadas?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Informação do Incra, não. Não recebi informação do Incra.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, você falou para ver os lotes, os cortes na questão fundiária.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Isso é uma base de dados que é utilizada também, entendeu? Que é chamada malha fundiária. Ela é utilizada, que está lá na Sedam, que possui uma base de dados. Eu utilizei ela para verificar essa questão, a existência de áreas que foram... mas com certeza, na época, eu não tinha ela atualizada mais, parece que ela deixou, inclusive, de atualizar em 2010, se eu não me engano.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, quando foi feito em 2017, não tinha atualização desde 2010, isso?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – O Incra deve ter isso atualizado, porque hoje nós temos uma outra base...

A SRA. DRA. TAÍSSA – Sim, eu entendi, eu não estou falando da plataforma, eu estou falando assim: quando você fez em 2017, você pegou algumas informações do Incra. Nessa base de dados do Incra, estava

desatualizado desde 2010, correto?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Deixaram de atualizar em 2010 e o que a Sedam utilizava era essa.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Outro questionamento. Para você fazer os mapas, em algum momento foi disponibilizado estudo socioeconômico, levantamento de dados de pessoas que estavam lá, para subsidiar na elaboração dos seus mapas?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Não. O que solicitaram para mim, na época, foi a questão para contribuir para o estudo do meio físico e o meio biótico, entende? Tipo: "Márcio, a gente está precisando das informações de solo". Então, a gente precisa de um mapa para visualizar isso daqui na área, para poder fazer a descrição. Aí eu confeccionava. "Eu preciso de relevo". Tenho aqui, eu fazia. "Eu preciso da hidrografia, para poder ver os principais rios". Entendeu? Ver os fluxos d'água. Eu pegava, confeccionava e baseado nessas informações que eu prestava a eles, eles escreviam essas informações de meio físico e meio biótico.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então, na verdade, os mapas elaborados por você, foram, na verdade, para fazer um reconhecimento da área. Mas, se você confrontar entre o que tinha na prática, o que tinha na análise documental, você não pode afirmar que era 100%, porque você não estava in loco, correto?

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Não, não era para confrontar.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, confrontar não, confeccionar.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – No caso, o meu trabalho é o meio físico e o meio biótico. Em todo estudo, você precisa ter o estudo de clima, de solo, de vegetação, de hidrografia. E esses dados a gente consegue de forma secundária, porque esses rios estão lá há muito tempo, entendeu? Isso faz parte do estudo.

Agora, não. Mapa de população, não. Não fiz. Eu fiz o mapa para contribuir para o estudo do meio físico e o meio biótico.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Obrigada, amigo. Obrigadão.

O SR. MÁRCIO ANTÔNIO NUNES BRANDÃO (Por videoconferência) – Está ok.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Quero aqui agradecer a participação do Márcio. Obrigado pelas informações. Alguém tem mais algum questionamento a fazer a ele ou não?



O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Não, deputado. Eu me dou por satisfeito também.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Deputada Dra Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Satisfeita.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) – Tem mais alguma matéria a tratar? Quarta-feira que vem é que dia mesmo da semana?

Então vamos convocar a reunião da CPI, para o dia 6, às 14 horas, aqui no Plenário da Assembleia Legislativa. Então, não tendo mais nada a tratar, invocamos a proteção de Deus, e está encerrada a presente Reunião.

(Encerra-se esta Reunião às 18 horas e 07 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 2813/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

ADAURO CALIXTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-16, no Gabinete do Deputado Pedro Fernandes, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313118

ATO Nº 2810/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

AMELIANE GONÇALVES DA COSTA SANTANA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-12, no Gabinete do Deputado Laerte Gomes, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313060

ATO Nº 2808/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e, conforme o Memorando nº 0312511/2024-ALE/PRESIDENCIA/ASSTEC, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

O ATO Nº 2755/2024-SUP-RH/ALERO de 06/11/2024, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 205 de 06 de novembro de 2024, que exonerou a servidora **EDNILVA GONSALVES**.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0312746

ATO Nº 2815/2024-SUP-RH/ALERO

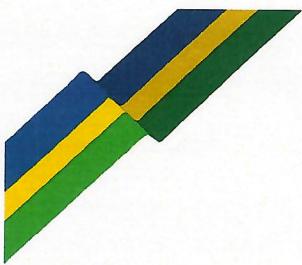
O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

FLAVIO MOREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-12, no Gabinete do Deputado Delegado Camargo, a contar de 01 de novembro de 2024.

Porto Velho, 08 de novembro de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0313157



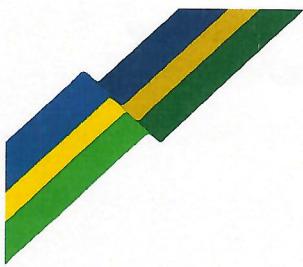
Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

**ATA REUNIÃO DA 13^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, COM A
FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11
(ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE
RONDÔNIA, BEM COMO DOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS
EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E
BIOFILICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A, PARA O
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E
EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.**

Às Quinze horas e quinze minutos do dia seis de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Plenário da Assembleia Legislativa, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. Sob a presidência do Senhor Deputado Pedro Fernandes e presenças dos Senhores Deputados: Lucas torres, Alex Redano e Gislaine Lebrinha. Participou como convidado o Senhor: João Francisco dos Santos - Assessor Técnico. Estiveram ausentes os Senhores deputados Jean Oliveira, Dra. Taissa e Cirone Deiró. Havendo número regimental o Senhor Presidente deu início a reunião. O senhor presidente solicitou ao Senhor Deputado Delegado Lucas que realizasse a leitura da ata de reunião anterior, o mesmo solicitou a dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Os senhores deputados presentes fizeram uso da palavra. Ato continuo, passou-se as oitivas, através de termo de declaração, do seguinte



Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO | CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 | www.al.ro.leg.br



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

representante: Paulo Sergio Costa Lima - Gestor Ambiental - CPF [REDACTED] 902-59, os depoimentos foram taquigrafados e juntados aos autos do processo. Ato continuo o senhor presidente colocou em discussão e deliberação os seguintes requerimentos: Requer da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) relatório das diárias, referente ao exercício de 2017, dos servidores Paulo Sergio Lima e Isadora Araújo chagas. Sendo aprovado por unanimidade. Requer a convocação os servidores abaixo relacionados para serem ouvidos em reunião da comissão parlamentar de inquérito a ser realizada no dia 18 de novembro de 2024, no plenário da assembleia legislativa, as 14 horas. Jorge Lourenço da Silva - Biólogo / Gerente da CUC/SEDAM, Deninson Trindade da Silva - Coordenador da CUC/SEDAM, Vilson Salles Machado - Secretário da SEDAM, Matheus Carvalho Dantas - Diretor da Procuradoria Ambiental SEDAM, Maria Keiliane de Souza Costa - Gerente da CUC/SEDAM, Renado de Moraes Ramalho - Assessor / SEDAM e Tania Maria Colossi Daniel - Assessora / SEDAM. Sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, e para constar o Senhor Presidente determinou a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Senhor Presidente. Às quinze horas e cinquenta sete minutos do dia seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião.

alj



Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO | CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 | www.al.ro.leg.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE 11 (ONZE) UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA, BEM COMO NOS CONTRATOS PACTUADOS COM AS EMPRESAS PERMIAM BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA E BIOFILICA INVESTIMENTOS AMBIENTAIS S.A, PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E CONSERVAÇÕES E EXPLORAÇÕES DE CARBONO NAS RESERVAS ESTADUAIS.

PRESENÇA

REUNIÃO: 13º Reunião

DATA: 06 / 11 / 24

HORÁRIO: 15 / 15

DEP. JEAN DE OLIVEIRA _____

DEP. CIRONE DEIRÓ _____

DEP. ALEX REDANO Remota _____

DEP. PEDRO FERNANDES _____

DEP. DELEGADO LUCAS _____

DEP. DRA. TAISSA _____

CONVIDADOS:

DEP. Gislaine Clemente _____

DEP. _____

DEP. _____



Av. Farquar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO |
CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 |
www.al.ro.leg.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO ATO P N° 008/2023-LEG/ALE,
DA DECÍMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA.

Lista de presença convidados:

Data: 06/11/2024

Hora: 15:15

Nome: Ronaldo Sergio Costa Lima

Órgão/Função: Assistente I

Telefone: 92 97-18000-18000 - CPF: 1.302-59

Nome: Jair Fco Sauts

Órgão/Função: Assessoria Jurídica Dep. Rondon

Telefone: 69.9843-18000

Nome: _____

Órgão/Função: _____

Telefone: _____

Nome: _____

Órgão/Função: _____

Telefone: _____

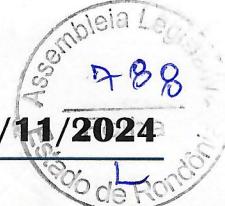
Nome: _____

Órgão/Função: _____

Telefone: _____



Av. Farquhar nº 2562, Bairro Olaria | Porto Velho | RO |
CEP: 76.801-189 Fone: 69 3218.5605 | 5645 |
www.al.ro.leg.br



TAQUIGRAFIA

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: Investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 06.11.2024

INÍCIO: 15h15min

PRESIDENTE: SR. PEDRO FERNANDES

MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS

SR. ALEX REDANO

CONVIDADA: SRA. GLISLAINE LEBRINHA

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A., para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, aos 06 dias do mês de novembro de 2024, no Plenário, da Assembleia Legislativa.

Com a presença dos Deputados Delegado Lucas, Alex Redano e Pedro Fernandes.

Solicito ao Deputado Delegado Lucas que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. DELEGADO LUCAS – Senhor Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Nosso Presidente, ora presidindo a Sessão, Deputado Pedro Fernandes, Deputado Delegado Lucas, e cumprimentar todos os demais deputados presentes na reunião.

Quero registrar a minha presença na Comissão e já justificar: estou aqui corujando, sou pai “fresco” e não pude estar aí presencialmente, mas estarei acompanhando a reunião e estamos à disposição.

Quero agradecer ao Deputado Pedro, ao Deputado Delegado Lucas e demais deputados presentes, por tão bem conduzem essa importante Comissão.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Obrigado, Deputado Alex Redano, por estar aqui, dando quórum para que a gente possa fazer os encaminhamentos da reunião de hoje.

Hoje vamos ouvir o senhor Paulo Sérgio da Costa Lima. Senhor Paulo, bom dia, tudo bem? Se o senhor puder sentar mais próximo aqui, fazendo um favor.

Antes de iniciar a oitiva, vou fazer um Requerimento aqui e colocá-lo em votação para que os colegas possam aprovar, se estiverem de acordo.

Vou colocar em votação o Requerimento, que autoriza a intervenção da nossa Assessoria Jurídica, que é o Doutor João Francisco dos Santos (Doca), que de acordo já aprovado no plano de trabalho, no início desta CPI, autorizar o uso da fala para indagações e prestar esclarecimentos aos depoentes e aos deputados, se houver necessidade, nessa sessão de oitivas. Vou colocar em votação, para autorizar o Doutor Doca participar. Deputado Delegado Lucas, como vota?

O SR. DELEGADO LUCAS – De acordo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Deputado Alex Redano, como vota?

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) – Voto “sim”.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Deputado Pedro Fernandes, vota “sim”.

Está aprovado o Requerimento.

Então, o Doutor João Francisco dos Santos (Doca) está autorizado a participar e contribuir aqui com esta sessão. Agora, passar ao Deputado Delegado Lucas para iniciar os trabalhos e pedir ao senhor Paulo Sérgio da Costa Lima que se apresente, fale o seu nome, qual a função e se ele está ciente do porquê foi convocado para estar presente aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Sim. Eu estou ciente. Recebi a convocação. Meu nome é Paulo Sérgio da Costa Lima. Na época, eu era Assistente Administrativo e também como apoio logístico em algumas unidades.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Ok. Deputado Delegado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS – Senhor Paulo, seja bem-vindo a esta Casa. Boa tarde ao senhor.

O senhor mencionou que, na época, o senhor exercia a função de auxiliar administrativo. O senhor tem alguma formação nível superior?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Na época, eu fazia faculdade de Gestão Ambiental, mas eu não era formado ainda. Me formei um ano depois; eu só tinha praticamente o 2º grau. Trabalhava no administrativo da CUC (Coordenadoria de Unidades de Conservação).



11/11/2024

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor exerceu essa função de auxiliar administrativo na Sedam, é isso?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – E de que período a qual período?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – De 2011 a 2018.

O SR. DELEGADO LUCAS – Atualmente, o senhor tem algum vínculo com a administração pública?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Sim. Eu continuo na Sedam, mas como foi trocado o cronograma da Sedam, hoje eu sou Assistente nível 2.

O SR. DELEGADO LUCAS – Assistente nível 2.

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor é servidor concursado, efetivo, ou é comissionado?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Comissionado.

O SR. DELEGADO LUCAS – Assistente nível 2?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Desculpa. É Assessor nível 2.

O SR. DELEGADO LUCAS – Assessor. E desde 2018 então, 2019? Quando foi que o senhor ingressou? Foi quando mudou a nomenclatura?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Isso. Aí trocaram de assistente para assessor.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor sempre permaneceu, só mudou a nomenclatura do cargo, não é?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – Tudo bem.

O senhor trabalhou ou colaborou na elaboração dos estudos técnicos para a criação das 11 unidades de conservação que são objetos da apuração desta CPI?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Sim. Eu fui apoio logístico na Limoeiro e na Soldado da Borracha.

O SR. DELEGADO LUCAS – Apoio logístico?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – O senhor pode descrever, de forma resumida, quais são as funções que considera apoio logístico?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Sim. Comprar combustível, comprar comida, levar o marmitech para o pessoal de campo. Esse tipo de trabalho. Pilotar o barco, porque eu tenho arrais. Ajudava nesse sentido.

O SR. DELEGADO LUCAS – Entendi. Na Limoeiro e na Soldado da Borracha?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – E, efetivamente, esse trabalho foi feito em campo?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Em campo. Exatamente.

O SR. DELEGADO LUCAS – Você foi para a região, permaneceu um tempo lá. Há registros de diárias, de ordem de missão, de passagens de ônibus ou de liberação de viaturas e tudo mais?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Sim. Diárias.

O SR. DELEGADO LUCAS – Recebeu diárias, não é? O senhor sabe informar em que consiste os estudos técnicos preliminares que são tratados no artigo 4º do Decreto nº 4.340/2002?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Sei não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Não tem conhecimento desta legislação?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Não tenho conhecimento.

O SR. DELEGADO LUCAS – Essa pergunta é mais direcionada a engenheiros. E tampouco então o artigo 2 da Lei Federal nº 9.985/2000?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Não.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mas, o senhor trabalhou lá na função de apoio logístico como auxiliar administrativo, não é?

O SR. PAULO SÉRGIO DA COSTA LIMA – Isso.

O SR. DELEGADO LUCAS – É natural que não tenha necessidade de ter um conhecimento tão específico da área.

O senhor sabe informar qual é o tipo de técnico, na prática, que desenvolve, de fato, esses estudos? O senhor estava lá como apoio logístico, mas devia ter um efetivo de servidores para desenvolver o estudo que se pretendia, em tese, ser realizado.

O senhor sabe dizer qual é o tipo de técnico que tem esse encargo? Que desenvolve esses estudos?